



CORPO TÉCNICO DO IEA  
em exercício  
Diretor: Nelson Batista Martin

Assistência Técnica de Acompanhamento e Controle

Constantino Carneiro Fraga  
Fernando Sebastião Gomes Junior  
João Batista de Mattos  
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero  
Oscar José Thomazini Etori  
Salomão Schattan  
Sebastião Nogueira Junior  
Sergio Gomes Vassimon

Divisão de Comercialização

Diretor: Eduardo Pires Castanho Filho

Adalberto de Oliveira Rodrigues  
Afonso Negri Neto  
Alfredo Tsunechiro  
Ana Maria Futino  
Antonio Ambrósio Amaro  
Antonio José Braga do Carmo  
Célia Regina Roncato Penteado  
Clotilde Cantos  
Domingos Desgualdo Neto  
Eloisa Elena Bortoleto  
Everton Ramos de Lins  
Flávio Condê de Carvalho<sup>(1)</sup>  
Flávio Loureiro Paes Junior  
Gabriela Toscano  
Gilberto Correia Godoy  
José Roberto da Silva  
Lidia Hatue Ueno  
Malimíria Norico Otami  
Marina Brasil Rocha  
Maria de Lourdes do Canto Arruda  
Mauro de Souza Barros  
Nelma Lucia Heiffig  
Nelson Giulietti<sup>(1)</sup>  
Paulo Augusto Wiesel  
Paulo David Criscuolo  
Roxana Maria Moraru Topel  
Sylvia Regina Hellmeister  
Waldemar Pires de Camargo Filho<sup>(1)</sup>  
Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Divisão de Política e Desenvolvimento

Diretor: Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

Alceu de Arruda Veiga Filho  
Ana Elisa de Brito Garcia  
Elcio Humberto Gatti<sup>(1)</sup>  
Ismar Florencio Pereira  
José Sebastião de Lima  
Leonia Gadelha de Lima Furtado  
Luiz Carlos Assef  
Maria Auxiliadora de Carvalho  
Maria Tanajura Cruz Gimenes  
Nelson Kazaki Toyama  
Regina Junko Yoshii<sup>(1)</sup>  
Sonia Martins Giordano

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Minoru Matsunaga

Alfredo de Almeida Bessa Junior  
Arthur Antonio Ghilardi  
Cesar Roberto Leite da Silva  
Danilo de Albuquerque  
Denise Chabaribery  
Fernando Villela  
Hiroshige Okawa<sup>(1)</sup>  
Ykuyo Kiyuna  
José Roberto Viana Camargo  
Jovelino de Souza Barbosa Filho  
Nilda Tereza Cardoso de Mello  
Paul Frans Bemelmans  
Paulo Edgard Nascimento de Toledo  
Ramon Moreira Garcia  
Richard Domingues Dullely<sup>(1)</sup>  
Roberto de Assumpção  
Selma Ataíde do Paço  
Sílvia Toledo Arruda  
Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Abel Ciro Minniti Igreja  
Ana Maria Montragio Pires de Camargo<sup>(1)</sup>  
Denise Navas Viani  
Elizabeth Alves  
Fernando Antonio de Almeida Sêver  
Francisco Alberto Pino  
José Roberto Vicente  
Julio Humberto Jimenez Ossio  
Laura Olitta de Souza Barros  
Luiz Henrique de Oliveira Piva  
Manuel Joaquim Martins Falcão  
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado<sup>(1)</sup>  
Maria Carlota Meloni  
Maria de Fátima Packer  
Maria de Lourdes Barros Camargo<sup>(1)</sup>  
Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi  
Maristela Simões do Carmo<sup>(1)</sup>  
Maura Maria Demétrio Santiago  
Milton Nogueira de Camargo

Divisão de Apoio à Pesquisa

Diretor: Devancyr Aparecido Romão

Antonio Augusto Botelho Junqueira  
Antonio Roger Mazzei  
Celuta Moreira Cesar Machado  
Luiz Carlos Miranda  
Maria Elisa Benetton Junqueira

Serviço de Biblioteca e Documentação

Diretor: Maria Rodrigues

Aguri Sawatani<sup>(1)</sup>  
Alice May R. X. de Mendonça  
Gabriella Menni Ferreri  
Maria Luiza Alexandre Peão  
Tita Norma Miki

<sup>(1)</sup> Realizando programa de pós-graduação ou de aperfeiçoamento.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA AGRICULTURA  
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

**PROGNÓSTICO 79/80**

**SÃO PAULO  
1979**

Como vem fazendo desde o ano de 1971, nesta época, o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo dá a público o Prognóstico da Agricultura Paulista para a safra 1979/80. Ao longo desses anos, a Secretaria da Agricultura vem aperfeiçoando o seu sistema de coleta e distribuição de informação, de modo a contribuir para o dinamismo do processo de produção/consumo de produtos agrícolas. Esse trabalho leva ao agricultor e a todos aqueles que se encontram ligados ao setor, uma avaliação do comportamento da safra passada e das perspectivas da safra vindoura, com o sentido de permitir um leque de opções mais seguro.

Esse volume se encontrava em processo de impressão quando, em 06/08, foram divulgados pelo Governo Federal os novos níveis de preços mínimos para a safra 1979/80. A título de complementação, esses preços foram incluídos, e brevemente analisados, no Capítulo 8. Assim, mediante as análises e informações pertinentes à conjuntura nacional, aos mercados de produtos agrícolas e de fatores, aos custos de produção, projeções de oferta e demanda, e instrumentos de política agrícola, almeja-se contribuir para tornar mais informado o processo de tomada de decisões do produtor agrícola paulista.

São Paulo, agosto de 1979

## PROGNÓSTICO 79/80

Coordenação: Nelson Batista Martin  
Devancyr Aparecido Romão  
Eduardo Pires Castanho Filho  
Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva  
Minoru Matsunaga  
Rosa Maria Pescarin Pellegrini  
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero  
Sebastião Nogueira Junior

Editoração: Celuta Moreira Cesar Machado  
Mária Rosa Sartori Brandão

Datilografia: Anélia Alaburda  
Cleusa Batista Pastori  
Elaine Orso  
Wilson Roberto de Paulo Cardoso

Capa: Walter G. Figueiredo

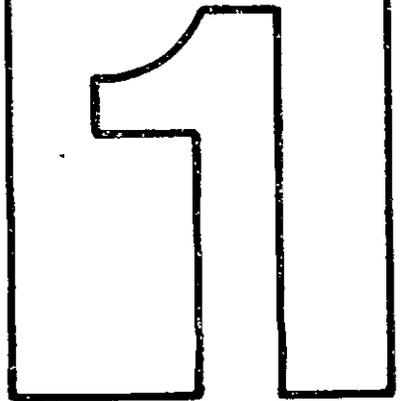
Comissão Editorial: Paulo David Criscuolo  
Ismar Florêncio Pereira  
Paul Frans Bemelmans  
Antônio Augusto Botelho Junqueira  
Francisco Alberto Pino  
Paulo Edgard Nascimento de Toledo  
Sebastião Nogueira Junior

## PROGNÓSTICO 79/80

### ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL.....	3
3 - MERCADO DE FATORES.....	21
- Fertilizantes.....	21
- Tratores.....	28
- Mão-de-obra.....	32
- Terra.....	39
- Sementes.....	45
- Defensivos.....	48
4 - MERCADOS DE PRODUTOS.....	53
- Cebola.....	53
- Batata.....	57
- Arroz.....	62
- Feijão.....	67
- Café.....	72
- Milho.....	82
- Mandioca.....	86
- Laranja.....	88
- Trigo.....	92
- Oleaginosas: soja e amendoim.....	94
- Banana e outras frutas.....	102
- Cana-de-açúcar.....	107
- Mamona.....	113
- Tomate.....	118
- Avicultura.....	122
- Suinocultura.....	126
- Pecuária de leite.....	130
- Pecuária de corte.....	134
- Algodão.....	138
5 - POLÍTICA AGRÍCOLA.....	143
6 - PROJEÇÕES DE OFERTA E DE PROCURA.....	151
7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA.....	155
8 - PREÇOS MÍNIMOS.....	165

IEA



INTRODUÇÃO

## 1 - INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira voltou novamente em 1979 a sofrer o impacto negativo das variações climáticas com a ocorrência de secas no período de desenvolvimento das culturas anuais no Sul do país e parte do Estado de São Paulo. Essas afetaram severamente as safras do ano agrícola de 1978/79, principalmente no caso da soja, arroz, feijão e milho. Por outro lado, a ocorrência de geada intensa e num período em que raramente ocorre, maio-junho, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, reduziram levemente a safra de café no ano 1979 e provocará uma redução da ordem de 27% na oferta brasileira para 1980.

Assim, se por um lado estes fatores exógenos afetaram sensivelmente o comportamento do setor agrícola, as mudanças ocorridas nos órgãos de decisões federais colocaram a agricultura como o setor prioritário na economia brasileira, ao mesmo tempo em que o novo governo se propunha a executar amplas mudanças na política agrícola a partir do ano agrícola de 1979/80 e na realocação de recursos intersetoriais, visando basicamente reduzir os déficits na balança de pagamento, alternativas para enfrentar a crise energética e uma reformulação na política de controle da inflação. Neste contexto, ocorreu uma ampla discussão da política agrícola e do papel que a agricultura vinha desempenhando na economia brasileira. Surgiram inúmeras propostas de reorientação da política agrícola no início do novo governo, que a partir de maio começaram a ser implantadas visando uma rápida expansão da oferta agrícola para o próximo ano. Em geral as medidas de política propostas se caracterizam basicamente na reorientação da política de crédito rural para custeio e investimento, onde efetuaram-se modificações quanto aos mutuários, níveis de recursos, taxas de juros e assistência técnica, desvinculando-se o financiamento de custeio da política de preços mínimos e reorganizando o PROAGRO objetivando cobrir 100% das perdas, inclusive as relativas a recursos próprios e atendimento aos pequenos produtores. Enquanto que para crédito de custeio tem-se uma conta extra limite, no caso do crédito para investimento além de alterações nas taxas de juros nominais, a medida em que aumenta o volume financiável, os recursos para este tipo de financiamento continuam restritos.

A fim de se obter uma ampla oferta agrícola para 1979/80, o Conselho Monetário Nacional elevou os créditos de custeio estimulando a tecnificação das culturas, uma vez que produtores com maiores níveis de produtividade terão níveis maiores de crédito de custeio e provavelmente os preços mínimos serão estimulantes.

Assim, até o presente momento, alterações substanciais na política de crédito subsidiado, taxação da terra e heranças, taxação das exportações agrícolas, não foram efetuadas. O único fato que poderá reduzir a taxação implícita nos produtos agrícolas exportáveis se constitui nas alterações na política cambial, pois as autoridades monetárias têm manifestado intenção no sentido de que as desvalorizações tenderão a ser 5 a 8% superiores às estimadas, visando corrigir a sobrevalorização cambial que vem caracterizando nossa política econômica desde o iní

cio da década.

Dado o comportamento desfavorável da oferta agrícola no ano de 1978/79, a crise de abastecimento de milho, óleos vegetais, arroz, feijão e carne bovina começa a se manifestar e tenderá a se agravar no início de 1980, já que no ano agrícola de 1977/78 as safras tinham sido reduzidas, fazendo com que os estoques brasileiros se encontrassem em níveis muito baixos. No caso específico da carne bovina o Brasil passou de exportador a importador líquido do produto e neste ano a crise tende a ser mais aguda, dado a redução de oferta que vem se observando, com recuperação só a médio prazo.

O setor agrícola nacional, que em 1978 apresentou o pior desempenho dos últimos 11 anos, com o produto real decrescendo em 1,7% terá em 1979 um comportamento mais favorável, apesar da ocorrência de condições climáticas desfavoráveis no sul do País.

A agricultura paulista que em 1977/78 apresentara um decréscimo no valor da produção da ordem de 11,29% em termos reais, em relação à safra anterior, no ano agrícola 1978/79 as estimativas indicam um crescimento de 7,53%, com um aumento de produção da ordem de 4,32%, resultante de um crescimento da ordem de 14,42% no rendimento das principais culturas.

Devido à situação de escassez generalizada, estima-se para o ano agrícola 1978/79 ganhos de preços reais para vários produtos. Os produtos de origem vegetal apresentam um decréscimo de 0,67% em preços reais enquanto que os preços de produtos de origem animal mostram acréscimos de 22,30%.

A escassez de arroz, soja (óleo), milho e carne bovina, resultando em problemas de abastecimento e encarecendo drasticamente os preços dos insumos para a avicultura, pecuária leiteira e suinocultura, tendem a elevar os seus custos de produção, contribuindo assim para maior elevação no Índice de custo de vida. Ao nível do custo da alimentação na cidade de São Paulo, considerando-se a Cesta de Mercado, observa-se que no período de janeiro a junho de 1978 ocorreu uma variação de 19,6%, enquanto que para o mesmo período deste ano o crescimento já atingiu 25,1%.

Ao nível do Estado de São Paulo, com a reorientação da política agrícola as autoridades estaduais dos órgãos de decisão do setor da agricultura, se empenham em apoiar as políticas federais para o setor e, num trabalho conjunto com o Ministério da Agricultura, objetivar uma expansão da oferta para a maioria dos produtos agrícolas. As expectativas iniciais a nível de produtores, em função de mudanças ocorridas na política agrícola, são no sentido de expandir a oferta para a próxima safra.

O Estado de São Paulo, tendo em vista as políticas federais de produção de álcool e de condições de mercados internos e internacionais, se caracteriza por apresentar uma agricultura de exportação e de fornecimento de matérias-primas para a indústria, tendo em vista a evolução marcante de sua agroindústria.

As mudanças propostas ao nível de política econômica nacional, se por um lado refletem o reconhecimento de que no passado recente houve reflexos negativos sobre o setor agrícola brasileiro, transformando o país em importador de cereais, cujas estimativas para 1979 alcançaram safra superior a US\$1,0 bilhão, por outro lado colocou o setor agrícola entre aqueles que teriam condições de uma maior contribuição para expansão da economia brasileira, além de poder fornecer alternativa para enfrentar a crise energética, principalmente quando se observam novos aumentos nos níveis dos preços de petróleo, da ordem de 50%, aumentando drasticamente o déficit na balança de pagamentos, através da elevação dos níveis de exportação de produtos agrícolas, redução das importações de alimentos e aumento da oferta de produtos agrícolas destinados a alimentação.

IEA

2

RESULTADO  
ECONÔMICO  
E CUSTO  
OPERACIONAL

## 2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL

A exemplo de anos anteriores, neste capítulo são apresentados os custos operacionais das explorações agropecuárias realizadas durante o ano agrícola 1978/79, utilizando-se os preços médios obtidos durante esse período, as rendas bruta e líquida e, finalmente, a estimativa do custo operacional para a próxima safra que se inicia a partir de setembro de 1979.

A estimativa do custo operacional é um dos elementos indicativos para a tomada de decisão sobre o que e quanto plantar, uma vez que, dentro do processo de cultivo, os desembolsos a serem efetuados e a receita a ser obtida deverão orientar o produtor na escolha da exploração a cultivar e área a combinar, a fim de maximizar sua renda líquida. Esta decisão é precedida de estudo de outras variáveis como, por exemplo, os preços mínimos, a tendência de aumento e decréscimo da área cultivada em relação ao ano anterior, situação dos mercados externo e interno, etc.

Por definição, o custo operacional envolve todos os gastos desembolsados pelo produtor, sejam diretos ou indiretos. Desta forma, considera-se a mão-de-obra, operação de máquinas e animais de trabalho, materiais, juros bancários e as despesas indiretas como luz, administração, despesas gerais, conservação de benfeitorias, utensílios diversos, impostos, etc. Além desses itens, incluem-se também as depreciações.

No presente trabalho, com exceção do café, as despesas indiretas não foram consideradas, por serem extremamente variáveis, ficando por conta do produtor a inclusão de tais encargos.

O custo operacional assim definido, em confronto com a renda bruta (produção total x preço), dará um resíduo que se destina a remunerar o empresário, benfeitorias, máquinas e terra.

### - Resultado Econômico 1978/79

O resultado econômico das principais culturas no ano agrícola 1978/79 estampa a receita líquida auferida pelos produtores, em termos de média, com o auxílio de custo operacional obtido e a produtividade média do Estado. Sendo esta produtividade média relativamente baixa, para o custo operacional que envolve o uso de determinada tecnologia mais refinada que o produtor marginal, pode-se considerar que os valores da receita líquida estejam subestimados. Porém, na ausência de melhores dados, admite-se que sejam bons indicadores para tomadas de decisões. Dois são os fatores que afetam a renda do produtor: preço recebido e produtividade.

Nos quadros 2, 3, 4 e 5 foram calculados os custos operacionais das principais explorações do Estado, considerando as alterações para mais e para menos das estimativas realizadas no ano anterior. A mão-de-obra foi estimada em 1978/79 a Cr\$90,00 por dia para trabalha

dor comum e Cr\$120,00 por dia para tratorista.

Entre os produtos que apresentaram maiores rendas líquidas por hectare destacam-se a cebola, tomate santa cruz envarado, maracujã e uva niagara. Outro grupo de rendas líquidas por hectare é representado pelo algodão, batata das águas, cana-de-açúcar, banana, café e laranja (quadro 6, 7, 8 e 9).

O melhor resultado econômico foi verificado na cultura do maracujã, onde a receita líquida atingiu Cr\$99.463,00 por hectare, considerando a produtividade de 1.000 caixas por hectare a um preço de Cr\$130,00 por caixa de 17kg. Não muito longe do maracujã, destacou-se a uva niagara com receita líquida por hectare de Cr\$90.039,00, também em função da produtividade obtida na última safra 1978/79.

Dentre os produtos amparados pela política de preços mínimos fixados pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), com relação à receita líquida por hectare, apenas o milho (média do Estado), milho na região de Tatuí, amendoim e mamona tiveram resultados negativos, apesar de o preço médio ter sido superior ao mínimo fixado: o fator do resultado negativo foi a baixa produtividade obtida na safra.

Resultados desfavoráveis ainda foram constatados para trigo (1978), batata da seca, cana-de-açúcar (nova), tomate caqui envarado, tomate rasteiro irrigado (1978), abacaxi (TMM), café (5sc.60kg), figo e pêssego.

#### - Estimativa de Custo Operacional em 1979/80

Para a próxima safra de 1979/80, foram estimados custos operacionais para as principais explorações do Estado, sendo incluído o chá no rol das culturas permanentes (quadros 10 a 15).

Na composição do custo foram analisados cada item de per si apresentados em seus detalhes. Cabe ressaltar que o Instituto de Economia Agrícola (IEA) vem procurando aperfeiçoar os dados estimativos destes custos operacionais. Nesse sentido, alterações ocorreram para diversos produtos, seja das matrizes de coeficientes e insumos, seja da metodologia anterior. Como os dados são agregados, comparações só serão viáveis a partir dos custos operacionais a serem publicados posteriormente em Informações Econômicas, de Julho/79 (nº 7), os quais apresentarão em detalhes as novas composições advindas destas alterações e permitindo a correta avaliação desta nova estimativa com a de anos anteriores.

Mão-de-obra - O uso da mão-de-obra é feito através de trabalhador comum, podendo ser este residente ou volante. Procurou-se determinar a diária média, partindo dos levantamentos de novembro/78 e abril/79 efetuados pelo IEA, ponderando o valor com os respectivos volumes existentes, levando-se em conta os mensalistas, diaristas e volantes ou eventuais. Para o caso dos mensalistas, foram considerados os encargos sociais. Com base naqueles levantamentos foi determinada a diária média por DIRA, multiplicada pelo percentual de elevação observado em relação ao ano anterior nos salários rurais, corrigido com base na elevação do salário mínimo, os quais indicam uma projeção de elevação média estadual estimada em torno de 40%.

Como o uso da mão-de-obra é mais intenso em determinados períodos, variando de cultura para cultura, e tendo em vista as épocas críticas quando há competitividade entre colheitas de outras culturas, a tendência da diária é de se elevar nesses períodos, caso da DIRA de Ribeirão Preto, onde a colheita de cana-de-açúcar provoca esta tendência de elevação (quadro 1).

QUADRO 1. - Estimativa do Valor de Diária da Mão-de-obra<sup>(1)</sup> por DIRA, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

DIRA	Diária para 1979/80	
	Comum	Tratorista
Araçatuba	117,00	194,00
Bauru	118,00	165,00
Campinas	129,00	190,00
Marília	107,00	155,00
Presidente Prudente	113,00	158,00
Ribeirão Preto	138,00	189,00
São José do Rio Preto	133,00	180,00
São Paulo	123,00	194,00
Sorocaba	117,00	160,00
Vale do Paraíba	113,00	162,00
Média do Estado	122,00	172,00

(<sup>1</sup>) Valor ponderado para diarista, mensalista e volante.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Maquinaria - O custo diário de maquinaria foi obtido somando-se os valores de reparos, depreciação, combustível e lubrificante. Os reparos e a depreciação foram estimados partindo-se do valor novo, na base de 10% deste para reparos, e descontado o valor final para depreciação. O uso anual de cada máquina foi considerado conforme informações obtidas nos últimos anos. No caso do combustível e lubrificantes, foram adicionados 30% sobre o valor de maio de 1979.

Animal de trabalho - Foi considerada a alimentação do mesmo, além da depreciação, por ser um fator produtivo.

Semente - Na medida do possível, foi considerado o valor da semente vendida pela Secretaria da Agricultura no ano 1978/79, adicionado de 30% como regra geral para 1979/80, tendo em vista que a Comissão que atualiza esses preços ainda não possui elementos para fixação dos mesmos.

Fertilizante - Consideraram-se os valores tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), em maio de 1979, pela Resolução CIP-106/79, adicionando o processo de mistura (Cr\$601,00) e o transporte (Cr\$313,00), e mais 12%, exceto transporte, sobre esses valores como projeção para 1979/80.

Defensivo - Em geral são aplicados nas culturas, nos meses de novembro e dezembro, e desta forma tomou-se os preços vigentes nas tabelas fornecidas pelas firmas no mês de maio/junho de 1979, projetando na base de 20% o acréscimo.

Juros - Calculados na base de 15% ao ano sobre a metade do valor do custeio, exceto adubo, considerando a duração do ciclo da cultura.

Produção por hectare - Foi adotada a produção média esperada, tendo em vista a tecnologia utilizada. Se efetivada por aquela técnica e com a ocorrência normal dos fatores externos, pressupõe-se atingir os resultados preconizados.

Empreita - Aos valores atuais das operações realizadas por empreita, são adicionados 20% como previsão, principalmente da colheita.

Embalagem - Nas culturas onde foram consideradas embalagens, foram adicionados 30% sobre o valor das mesmas em maio de 1979.

Calcário - Na composição do valor dos corretivos, foi considerado o transporte para uma distância média de 300km, acrescido de uma projeção de 12%.

Finalmente, deve-se esclarecer que os custos operacionais são indicadores para a tomada de decisão do produtor individual. Subentende-se ainda que os custos operacionais são de produção e, portanto, são excluídos os de comercialização. Nesse sentido, por exemplo, transporte, FUNRURAL, ICM, e eventuais taxas outras incidentes, quando do processo de comercialização, não são considerados.

Alfredo A. Bessa Junior, Danilo de Albuquerque, Denyse Chabaribery, Fernando Villela, José Edson Rosolen, Minoru Matsunaga, Nilda Tereza C. de Mello, Paul Frans Bemelmans, Roberto de Assumpção, Silvia T. Arruda

(IEA, 26/06/1979)

QUADRO 2. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1978/79

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas <sup>(1)</sup>	Outros <sup>(2)</sup>	Colheita por empreita	Depreciação <sup>(3)</sup>	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM) (Região do Vale do Paraíba)	33	60kg	2.518,08	612,00	1.391,71	288,12	2.880,74	1.001,45	-	897,86	9.589,96	290,60
Arroz sequeiro (TM) (Município de Olímpia)	20	60kg	1.770,52	333,00	1.714,00	112,84	1.173,62	414,50	700,00	359,85	6.578,33	328,92
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	1.383,20	415,99	525,46	265,93	88,61	448,87	-	57,32	3.185,38	318,54
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	15	60kg	1.471,36	413,16	2.024,10	1.457,32	968,37	342,52	-	284,01	6.960,84	464,06
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	2.010,00	358,79	631,72	258,37	170,31	468,98	-	63,27	3.961,44	396,14
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	1.613,40	432,59	732,05	230,57	1.746,95	249,48	-	652,39	5.657,43	565,74
Milho (TM) (Estado)	29	60kg	912,90	127,30	1.498,80	-	1.570,58	532,92	-	474,86	5.117,36	176,46
Milho (TM) (Região de Ribeirão Preto)	38	60kg	546,50	130,45	1.812,48	27,74	1.245,87	629,92	-	380,34	4.773,30	125,61
Milho (TMA) (Regiões de Tatuí e Capão Bonito)	22	60kg	1.207,52	119,46	1.025,28	28,60	768,61	436,64	-	226,26	3.812,37	173,29
Sorgo granífero (TM) (Região de Jaboticabal)	43	60kg	654,50	290,70	1.072,20	51,43	1.200,10	712,06	645,00	467,22	5.093,21	118,45
Trigo (TM) (Sub-região de Assis) (1978)	8	60kg	110,91	750,00	1.481,05	384,71	755,59	96,98	-	195,72	3.774,96	471,87

<sup>(1)</sup> Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

<sup>(2)</sup> Foram incluídos sacaria, beneficiamento e juros bancários.

<sup>(3)</sup> Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1978/79  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas(1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Depreciação(3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA) (Sub-região Orlândia)	115,5	15kg	1.646,50	159,55	3.105,82	2.446,50	1.120,60	735,70	3.465,00	385,19	13.064,86	113,12
Algodão (TM) (Sub-região Orlândia)	125	15kg	1.679,00	175,95	2.344,18	2.605,59	1.530,26	784,04	3.750,00	407,25	13.276,27	106,21
Algodão (TMA)(Sub-região Avaré)	91	15kg	1.881,01	200,00	3.054,68	2.228,33	1.088,33	714,57	2.730,00	354,75	12.251,67	134,63
Algodão (TMA)(Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	104	15kg	1.429,32	186,75	2.350,28	1.466,95	1.061,00	619,00	3.120,00	336,81	10.569,51	101,63
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	104	15kg	1.182,00	186,75	2.350,28	1.853,27	1.667,01	664,96	3.120,00	474,72	11.498,99	110,57
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	84	15kg	1.108,65	202,80	768,96	3.108,53	1.721,16	669,07	2.100,00	443,16	10.122,33	120,50
Amendoim das águas (TA)	55	25kg	2.152,80	3.864,42	1.593,90	1.054,32	268,10	438,03	2.200,00	169,40	11.740,97	213,47
Amendoim das águas (TM)	69	25kg	1.468,80	4.385,81	1.593,90	1.099,20	1.560,48	513,92	2.760,00	445,14	13.827,25	200,40
Mamona (TMA)	21	60kg	3.111,64	28,56	768,96	41,14	836,00	351,52	-	259,39	5.397,21	257,01
Soja (TM) (Região Ribeirão Preto)	26	60kg	498,00	549,50	1.477,82	631,65	719,37	125,99	-	227,38	4.229,71	162,68

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento, juros bancários e seguro obrigatório para algodão.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4.- Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Raízes e Tubérculos, Cana-de-açúcar, Batata, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1978/79

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas <sup>(1)</sup>	Outros <sup>(2)</sup>	Colheita por empreita	Depreciação <sup>(3)</sup>	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas (TA) Município de Divinolândia e S.S. da Gramma)	188	60kg	6.672,12	14.040,00	4.753,41	3.217,82	244,22	3.247,13	-	137,80	32.312,50	171,88
Batata das águas (TMA) (Município de Divinolândia e S.S. da Gramma)	198	60kg	6.467,76	14.568,00	5.689,63	3.352,12	805,82	3.412,59	-	290,10	34.586,02	174,68
Batata da seca (TMA) (Município de Divinolândia e S.S. da Gramma)	222	60kg	8.553,60	34.477,00	7.357,68	2.282,42	3.662,54	4.600,48	-	1.166,33	62.100,05	279,73
Batata da seca (TM) (Município de Itapetininga e Ibiúna)	323	60kg	5.384,10	43.768,90	23.561,16	22.692,06	5.256,70	6.932,24	-	1.666,03	109.261,19	338,27
Batata das águas (TM) (Município de Itapetininga e Ibiúna)	327	60kg	5.379,54	24.960,00	15.318,43	26.426,85	5.359,27	6.437,43	-	1.655,37	85.536,89	261,58
Cana-de-açúcar (nova) (TM) <sup>(4)</sup> (Região de Ribeirão Preto)	93	t	3.251,25	3.720,00	4.717,14	1.280,33	6.372,10	2.107,51	3.385,20	2.073,18	26.906,71	289,32
Cana-de-açúcar (soca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	67	t	1.310,50	-	1.347,63	858,12	2.142,03	489,12	2.211,00	765,16	9.123,56	136,17
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	53	t	1.108,50	-	1.440,57	893,14	2.019,89	432,79	1.749,00	703,56	8.347,45	157,50
Cana-de-açúcar (nova) (TMA) <sup>(4)</sup> (Região de Piracicaba)	85	t	6.814,53	2.460,00	2.947,46	17,30	7.191,74	1.892,43	-	1.689,21	23.012,67	270,74
Cana-de-açúcar (soca) (TMA) (Região de Piracicaba)	55	t	2.411,98	-	1.852,24	14,94	2.604,64	377,37	-	747,22	8.008,39	145,61
Cana-de-açúcar (ressoca) (TMA) (Região de Piracicaba)	46	t	2.162,46	-	1.602,90	15,79	2.318,24	337,24	-	634,89	7.071,52	153,73
Cebola de muda (TMA) (Sub-região de Casa Branca) (1978)	232	45kg	6.365,96	5.918,40	6.444,84	2.086,67	1.976,30	3.066,12	-	610,43	26.468,72	114,09
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba) (1978)	408	45kg	9.882,24	7.891,20	16.973,02	2.746,25	2.419,50	4.866,08	-	605,19	45.383,48	111,23
Cebola bulbilho (TM) (Sub-região de Sorocaba)	327	45kg	14.137,90	18.925,60	12.477,32	4.122,85	5.061,19	6.581,29	-	1.442,06	62.748,21	191,89
Mandioca (TMA) <sup>(4)</sup>	21	t	2.538,21	1.985,60	750,60	23,84	591,66	385,45	-	23,84	6.299,20	299,96
Tomate sta. cruz envarado (TM)	1.482	cx.	68.283,20	251,35	26.994,39	12.364,99	8.331,07	67.051,45	-	2.975,61	186.252,06	125,68
Tomate Caqui envarado (TM)	667	cx.	65.404,90	1.772,41	27.886,71	10.081,70	5.443,20	46.437,97	-	1.209,90	158.236,79	237,24
Tomate rasteiro irrigado (TM) (safra 1978)	17	t	7.310,70	1.193,50	5.484,88	8.291,21	6.534,66	874,88	-	2.036,27	31.726,10	1.866,24

<sup>(1)</sup> Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

<sup>(2)</sup> Foram incluídos sacaria, beneficiamento e juros bancários.

<sup>(3)</sup> Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

<sup>(4)</sup> Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

QUADRO 5.- Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1978/79  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas e animais (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TMM) implantação e 2º ano (4)	21.200	kg	14.615,20	10.500,00	10.369,80	1.099,54	4.199,12	2.667,52	1.060,14	44.511,32	2,10
Abacaxi (TA) implantação e 2º ano (4)	21.000	kg	15.555,14	7.231,00	1.689,69	692,92	312,63	2.169,57	174,38	27.825,33	1,33
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano (4)	25.000	kg	14.150,96	8.250,00	8.381,30	1.517,62	5.229,19	2.571,27	1.337,67	41.438,01	1,66
Banana na várzea (ciclo 14 meses)	20	t	6.660,00	-	4.489,20	1.339,47	149,33	713,02	24,89	13.375,91	668,80
Banana no morro (ciclo 14 meses)	20	t	6.940,00	-	4.762,38	1.339,47	190,81	741,15	31,80	14.005,61	700,28
Café formação 1º ao 4º ano (1.000 covas)	10	60kg	21.749,90	3.300,00	8.893,56	3.482,20	3.606,76	2.409,00	1.238,30	44.679,72	-
Café	20	60kg	6.632,14	60,00	3.482,13	2.118,50	5.361,37	3.189,78	1.775,28	22.619,20	1.130,96
Café	15	60kg	6.232,14	90,00	2.167,42	2.118,50	5.283,58	2.983,28	1.757,87	20.632,79	1.375,52
Café	10	60kg	5.332,98	120,00	1.516,67	2.118,50	4.350,27	2.630,98	1.530,82	17.600,22	1.760,02
Café	5	60kg	4.375,48	-	-	2.012,96	4.178,84	2.253,17	1.440,16	14.260,61	2.852,12
Figo formação (1º e 2º anos) (1.660 pés)	1.067	engrad.	25.250,01	- (6)	10.893,60	8.122,90	1.870,04	10.342,39	421,25	56.900,19	53,33 (5)
Figo produção	6.204	engrad.	45.401,84	-	16.045,80	24.806,88	3.745,36	32.337,76	943,26 (7)	123.280,90	19,87
Laranja formação 1º ao 4º (TM) (200 pés)	200	cx.40kg	8.147,70	3.750,00	3.930,71	5.718,11	5.792,91	1.796,55	1.894,20	31.030,18	155,15 (5)
Laranja produção	400	cx.40kg	2.730,00	-	2.382,24	4.530,42	1.674,21	711,18	824,73 (7)	12.852,78	32,13
Maracujá formação (500 pés) (TMM)	-	-	3.906,00	4.400,00	1.151,82	919,60	1.931,29	14.815,63	534,99	27.659,33	- (5)
Maracujá produção (500 pés)	500	cx.17kg	2.747,10	-	2.205,45	-	2.136,07	366,24	4.598,81 (7)	12.053,67	24,11
Maracujá formação (1.000 pés) (TMA)	-	-	8.044,80	8.400,00	2.310,27	459,80	3.937,08	29.521,52	1.012,04	53.685,51	- (5)
Maracujá produção (1.000 pés) (TMA)	1.000	cx.17kg	6.266,00	-	4.410,90	4.031,07	5.425,70	1.179,21	9.223,92 (7)	30.536,80	30,54
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	4.100	cx.2,5kg	63.789,60	5.280,00	26.088,10	33.847,91	9.301,91	51.440,55	3.118,85	192.866,92	47,04 (5)
Pêssego produção (TM) (220 pés)	6.000	cx.2,5kg	38.850,00	-	14.186,42	17.401,90	6.546,80	63.818,72	5.071,39 (7)	145.875,23	24,31
Uva niagara formação 1º ao 3º ano (4.000 pés)	1.120	cx.8,0kg	75.440,52	8.000,00	38.974,00	9.952,30	4.617,90	30.724,31	1.015,91	168.734,94	150,66 (5)
Uva niagara em produção	2.000	cx.8,0kg	30.107,60	-	11.062,00	4.591,35	1.904,36	16.207,75	4.047,69 (7)	67.920,75	33,96

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos juros bancários e, no café, administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas, exceto para o café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Semiperene : tração animal (TA) e motomecanizada (TM) na região de Bauru ; motomecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

(5) Custo de formação (unidade=pé) estão incluídos juros bancários.

(6) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(7) Inclui depreciação do pomar baseada no custo de formação. Deste foi deduzida a receita auferida por produção no período.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1978/79  
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Arroz irrigado(TM)(Região do Vale do Paraíba)	33	60kg	12.540,00	380,00	9.589,96	290,60	2.950,04	89,40
Arroz sequeiro(TM)(Município de Olímpia)	20	60kg	7.600,00	380,00	6.578,33	328,92	1.021,67	51,08
Feijão das águas(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	6.500,00	650,00	3.185,38	318,54	3.314,62	331,46
Feijão das águas(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	15	60kg	9.750,00	650,00	6.961,84	464,12	2.788,16	185,88
Feijão da seca(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	6.500,00	650,00	3.961,44	396,14	2.538,56	253,86
Feijão da seca(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	6.500,00	650,00	5.657,43	565,74	842,57	84,26
Milho (TM)(Estado)	29	60kg	4.930,00	170,00	5.117,36	176,46	-187,36	- 6,46
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	38	60kg	6.460,00	170,00	4.773,30	125,61	1.686,70	44,39
Milho (TMA)(Sub-regiões de Tatuí e Capão Bonito)	22	60kg	3.740,00	170,00	3.812,37	173,29	- 72,37	- 3,29
Sorgo granífero(TM)(Sub-região de Jaboticabal)	43	60kg	5.590,00	130,00	5.093,21	118,45	496,79	11,55
Trigo(TM)(Sub-região de Assis) (1978)	8	60kg	2.592,00	324,00	3.774,96	471,87	-1.182,96	-147,87

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1978/79 e variando segundo a tecnologia.

(2) Receita líquida para cobrir os custos fixos = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

QUADRO 7. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1978/79

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento <sup>(1)</sup>		Receita		Custo operacional		Receita líquida <sup>(2)</sup>	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Algodão (TMA) (Sub-região Orlândia)	115,5	15kg	17.902,50	155,00	13.064,86	113,12	4.837,64	41,88
Algodão (TM) (Sub-região Orlândia)	125	15kg	19.375,00	155,00	13.276,27	106,21	6.098,73	48,79
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	91	15kg	14.105,00	155,00	12.251,67	134,63	1.853,33	20,37
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	104	15kg	16.120,00	155,00	10.569,51	101,63	5.550,49	53,37
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	104	15kg	16.120,00	155,00	11.498,99	110,57	4.621,01	44,43
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	84	15kg	13.020,00	155,00	10.122,33	120,50	2.897,67	34,50
Amendoim das águas (TA)	55	25kg	9.900,00	180,00	11.740,97	213,47	-1.840,97	-33,47
Amendoim das águas (TM)	69	25kg	12.420,00	180,00	13.827,25	200,40	-1.407,25	-20,40
Mamona (TMA)	21	50kg	4.725,00	225,00	5.397,21	257,01	-672,21	-32,01
Soja (TM) (Região Ribeirão Preto)	26	60kg	7.800,00	300,00	4.229,71	162,68	3.570,29	137,32

<sup>(1)</sup> Rendimento estimado para o ano agrícola 1978/79 e variando segundo a tecnologia.

<sup>(2)</sup> Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 8. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1978/79  
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento <sup>(1)</sup>		Receita		Custo operacional		Receita líquida <sup>(2)</sup>	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Batata das águas(TA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	188	60kg	49.256,00	262,00	32.312,50	171,88	16.943,50	90,13
Batata das águas(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	198	60kg	51.876,00	262,00	34.586,03	174,68	17.289,97	87,32
Batata da seca(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	222	60kg	58.164,00	262,00	62.100,05	279,73	-3.936,05	-17,73
Batata da seca(TM)(Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	323	60kg	84.626,00	262,00	109.261,19	338,27	-24.635,10	-76,27
Batata das águas(TM)(Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	327	60kg	85.674,00	262,00	85.536,89	261,58	137,11	0,42
Cana-de-açúcar(nova)(TM) <sup>(3)</sup> (Região de Ribeirão Preto)	93	t	23.401,59	251,63	26.906,71	289,32	-3.505,12	-37,69
Cana-de-açúcar(soca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	67	t	16.859,21	251,63	9.123,56	136,17	7.735,65	115,46
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	53	t	13.336,39	251,63	8.347,45	157,50	4.988,94	94,13
Cana-de-açúcar(nova)(TMA) <sup>(3)</sup> (Região de Piracicaba)	85	t	21.388,55	251,63	23.012,67	270,74	-1.624,12	-19,11
Cana-de-açúcar(soca)(TMA)(Região de Piracicaba)	55	t	13.839,65	251,63	8.008,39	145,61	5.831,26	106,02
Cana-de-açúcar(ressoca)(TMA)(Região de Piracicaba)	46	t	11.574,98	251,63	7.071,52	153,73	4.503,46	97,90
Cebola de muda(TMA)(Sub-região de Casa Branca)	232	45kg	72.152,00	311,00	26.468,72	114,09	45.683,28	196,91
Cebola de muda(TM)(Sub-região de Sorocaba)	408	45kg	126.888,00	311,00	45.383,48	111,23	81.504,52	199,77
Cebola de bulbilho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	327	45kg	101.697,00	311,00	62.748,21	191,89	38.948,79	119,11
Mandioca(TMA) <sup>(3)</sup>	21	t	8.748,60	416,60	6.299,20	299,96	2.449,40	116,64
Tomate santa cruz envarado(TM)	1.482	cx.	251.940,00	170,00	186.252,06	125,68	65.687,94	44,32
Tomate caqui envarado(TM)	667	cx.	133.400,00	200,00	158.236,79	237,24	-24.836,79	-37,24
Tomate rasteiro(TM) irrigado(1978)	17	t	20.060,00	1.180,00	31.726,10	1.866,24	-11.666,10	-686,24

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1978/79 e variando segundo a tecnologia.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(3) Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 9. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1978/79  
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento <sup>(1)</sup>		Receita		Custo operacional		Receita líquida <sup>(2)</sup>	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Abacaxi(TMM) implantação e 2º ano <sup>(3)</sup>	21.200	kg	37.312,00	1,76	44.511,32	2,10	-7.379,32	-0,35
Abacaxi(TA) implantação e 2º ano <sup>(3)</sup>	21.000	kg	36.960,00	1,76	27.825,33	1,33	9.134,67	0,43
Abacaxi(TM) implantação e 2º ano <sup>(3)</sup>	25.000	kg	44.000,00	1,76	41.438,01	1,66	2.561,99	0,10
Banana vārzea (ciclo 14 meses)	20	t	28.524,00	1.426,20	13.375,91	668,80	15.148,09	757,40
Banana morro (ciclo 14 meses)	20	t	28.524,00	1.426,20	14.005,61	700,28	14.518,39	725,92
Cafē	20	60kg	39.334,40	1.966,72	22.619,20	1.130,96	16.715,20	835,76
Cafē	15	60kg	29.500,80	1.966,72	20.632,79	1.375,52	8.868,01	591,20
Cafē	10	60kg	19.667,20	1.966,72	17.600,22	1.760,02	2.066,98	206,70
Cafē	5	60kg	9.833,60	1.966,72	14.260,61	2.852,12	-4.427,01	-885,40
Figo produção (TM)	6.204	engrad.	107.639,40	17,35	123.280,90	19,87	-15.641,50	-2,52
Laranja produção (TM)	400	cx.40kg	20.400,00	51,00	12.852,78	32,13	7.547,22	18,87
Maracujã produção (500 pēs)	500	cx.17kg	65.000,00	130,00	12.053,67	24,11	52.946,33	105,89
Maracujã produção (1.000 pēs)	1.000	cx.17kg	130.000,00	130,00	30.536,80	30,54	99.463,20	99,46
Pêssego produção (TM) (220 pēs)	6.000	cx.2,5kg	138.720,00	23,12	145.875,23	24,31	-7.155,23	-1,19
Uva niagara produção	2.000	cx.8kg	157.960,00	78,98	67.920,75	33,96	90.039,25	45,02

<sup>(1)</sup> Rendimento estimado para o ano agrícola 1978/79, e variando segundo a tecnologia.

<sup>(2)</sup> Receita líquida = receita menos custo operacional.

<sup>(3)</sup> Cultura do abacaxi: Semiperene: TA e TM na Região de Bauru; e TMM no Vale do Ribeira.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 10. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivos	Operação de máquinas (1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Depreciação(3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado(TM)(Região Vale do Paraíba)	39	60kg	1.521,00	1.053,00	1.688,47	1.780,60	2.576,89	1.890,15	-	722,63	11.232,74	288,02
Arroz sequeiro(TM)(Sub-região de Barretos)	20	60kg	811,83	288,99	882,52	44,88	2.121,88	490,40	1.080,00	578,20	6.298,70	314,94
Feijão das águas(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	2.040,22	540,78	819,67	268,40	148,63	598,60	-	141,95	4.558,25	455,83
Feijão das águas(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	16	60kg	2.181,20	537,10	2.591,70	1.558,43	1.638,76	391,06	-	443,54	9.341,79	583,86
Feijão da seca(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	60kg	2.371,80	466,43	849,66	310,01	170,31	724,50	-	98,19	4.990,90	554,54
Feijão da seca(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	1.941,06	562,37	984,61	310,01	1.903,34	335,10	-	529,26	6.565,75	547,15
Milho(TM)(Estado)	41	60kg	1.268,90	165,49	2.201,76	-	2.635,04	820,65	-	719,32	7.811,16	190,52
Milho(TM)(Região de Ribeirão Preto)	47	60kg	713,42	169,58	2.770,59	36,47	2.077,35	798,39	-	569,07	7.134,87	151,81
Milho(TMA)(Região de Taubaté e Capão Bonito)	37	60kg	1.792,34	155,34	1.599,36	37,59	1.297,86	716,30	-	353,04	5.951,79	160,86
Sorgo granífero(TM)(Região de Ribeirão Preto)	52	60kg	596,00	353,60	2.751,54	61,71	1.889,09	845,22	936,00	504,71	7.937,87	152,65
Trigo(TM)(Sub-região de Assis)	30	60kg	217,61	1.262,50	2.354,70	530,60	1.217,29	315,23	-	325,14	6.223,07	207,44

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas <sup>(1)</sup>	Outros <sup>(2)</sup>	Colheita por empreita	Depreciação <sup>(3)</sup>	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA) (Sub-região Orlandia)	109	15kg	2.256,07	207,42	4.782,28	2.879,10	1.717,87	1.244,94	3.924,00	458,07	17.469,75	160,27
Algodão (TM) (Sub-região Orlandia)	118	15kg	2.279,99	228,74	3.591,00	3.301,04	2.401,72	1.475,17	4.248,00	700,99	18.226,65	154,46
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	96	15kg	2.603,69	260,00	3.973,39	2.648,35	1.826,56	1.306,14	4.608,00	541,87	17.768,00	185,08
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira, São João da Boa Vista)	119	15kg	1.954,20	242,78	3.801,39	1.796,18	1.887,64	1.158,11	4.641,00	611,12	16.092,42	135,23
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira, São João da Boa Vista)	119	15kg	1.595,60	242,78	3.801,39	2.257,96	2.815,43	1.259,12	4.641,00	732,70	17.345,98	145,76
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	72	15kg	1.479,78	263,64	1.199,52	3.785,29	2.604,15	1.245,95	2.160,00	670,47	13.408,80	186,23
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	86	25kg	1.323,86	5.262,40	1.560,44	2.059,68	3.085,20	1.717,46	516,00	816,01	16.341,05	190,01
Amendoim das águas (TM) (Guaíra)	97	25kg	3.402,78	4.156,10	3.707,28	1.602,43	2.402,26	2.350,26	-	775,27	18.396,38	189,65
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	20	60kg	4.111,31	37,13	1.199,52	49,37	1.414,25	491,12	-	411,33	7.714,03	385,70
Soja (TM) (Região Ribeirão Preto)	35	60kg	487,04	749,16	2.372,20	1.021,99	1.607,47	196,84	-	479,10	6.913,80	197,54

<sup>(1)</sup> Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes, e tração animal.

<sup>(2)</sup> Foram incluídos, sacaria, beneficiamentos, juros bancários, desbaste e seguro.

<sup>(3)</sup> Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 12. - Estimativa do Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1979/80  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas (TA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	149	60kg	9.156,42	32.994,00	7.417,58	3.396,72	420,84	3.733,46	-	221,62	57.340,64	384,83
Batata das águas (TMA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	157	60kg	8.863,12	34.234,80	8.990,03	3.546,32	1.369,74	3.918,89	-	465,80	61.388,70	391,01
Batata da seca (TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	140	60kg	11.720,63	42.271,80	9.896,04	4.009,94	5.041,70	4.252,40	-	1.775,30	78.967,81	564,05
Batata da seca (TM)(Municípios de Itapetininga e Ibiúna)	278	60kg	7.422,77	56.879,40	31.895,63	27.874,49	8.884,33	7.554,98	-	2.664,02	143.175,62	515,02
Batata das águas (TM)(Municípios de Itapetininga e Ibiúna)	313	60kg	7.421,25	43.992,00	23.169,47	17.530,55	9.066,80	7.176,16	-	2.647,89	111.004,12	354,64
Cana-de-açúcar (nova) (TM) (4)(Região de Ribeirão Preto)	96	t	2.875,41	5.158,40	6.612,07	1.654,27	8.175,67	2.619,27	4.193,28	2.215,84	33.504,21	349,00
Cana-de-açúcar (soca)(TM) (Região de Ribeirão Preto)	74	t	1.757,19	-	2.104,50	1.020,76	3.510,57	714,06	3.232,32(5)	1.063,60	13.403,00	181,12
Cana-de-açúcar (ressoca)(TM) (Região de Ribeirão Preto)	60	t	1.480,95	-	2.249,64	1.094,99	3.363,14	641,99	2.620,80(5)	967,27	12.418,78	206,97
Cana-de-açúcar (nova) (TMA)(4) (Região de Piracicaba)	85	t	6.476,22	3.411,20	4.489,24	20,75	8.120,34	2.533,24	-	2.740,69	27.791,68	326,96
Cana-de-açúcar (soca) (TMA) (Região de Piracicaba)	55	t	3.263,43	-	2.879,61	19,63	3.975,16	760,33	-	1.372,35	12.270,51	223,10
Cana-de-açúcar (ressoca) (TMA) (Região de Piracicaba)	46	t	2.925,77	-	2.491,97	20,75	3.570,60	675,68	-	1.208,57	10.893,34	236,81
Cebola de muda (TMA) (Sub-região de Casa Branca)	230	45kg	10.888,43	18.000,00	11.367,47	2.350,78	3.336,88	4.437,75	-	965,66	51.346,97	223,24
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	281	45kg	13.687,07	18.000,00	10.368,99	2.802,57	4.428,23	4.442,72	-	1.208,48	54.938,06	195,50
Cebola de muda (TM)(6) (Sub-região de Sorocaba)	400	45kg	16.833,89	24.000,00	25.496,27	3.130,23	3.391,67	6.091,04	-	1.281,11	80.224,21	200,56
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região de Sorocaba)	248	45kg	19.329,88	57.700,00	16.197,06	3.658,05	7.957,11	5.965,21	-	2.184,56	112.991,87	455,61
Mandioca (TMA)	20	t	3.755,16	2.657,20	1.025,87	28,61	71,65	1.197,95	-	38,35	8.774,79	438,73
Tomate sta. cruz envarado (TM)	1.715	cx.	93.113,95	410,70	43.676,67	14.791,11	14.332,62	82.968,22	-	4.558,05	253.851,32	148,01
Tomate rasteiro irrigado (1979)	29,1	t	12.349,84	1.030,25	7.761,49	12.521,21	13.704,60	3.685,20	-	3.300,59	54.346,28	1.867,57

(1) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos: embalagem, beneficiamento e juros bancários. Para a mandioca, estão incluídas as operações de aração e gradeação.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui somente o corte de cana-de-açúcar.

(6) Cultura de tecnologia mais avançada.

Obs.: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 13.-Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1979/80  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano(4)	22.260	kg	19.550,16	11.700,00	21.223,52	1.953,74	8.859,63	3.632,00	2.037,22	68.956,27	3,09
Banana na várzea formação	-	-	10.455,58	21.840,00	21.525,72	1.728,00	9.452,14	11.146,12	2.921,50	79.069,06	-
Banana na várzea manutenção	22	t	9.263,39	-	16.822,46	16.863,96	3.346,63	3.300,59	8.649,47 (6)	58.246,50	2.647,57
Café formação 1º ao 4º (1.000 covas)	10	60kg	26.509,58	5.060,00	11.154,75	5.025,84	4.531,58	3.091,86	1.575,09	56.948,70	-
Café	20	60kg	17.373,53	92,00	4.746,30	3.018,34	1.065,42	7.750,34	3.021,79	37.067,72	1.853,39
Café	15	60kg	16.558,00	138,00	2.963,08	3.018,34	1.065,42	6.812,12	2.987,18	33.542,14	2.236,14
Café	10	60kg	14.200,66	184,00	2.074,94	3.018,34	1.065,42	5.650,01	2.606,26	28.799,63	2.879,96
Café	5	60kg	12.623,78	-	-	2.881,98	1.065,42	4.389,94	2.451,93	23.413,05	4.682,61
Figo formação 1º e 2º ano(2.250 pés)	1.067	engrad.	38.074,87 (5)	-	20.431,27	9.733,68	3.651,08	15.889,18	1.352,32	89.132,40	-
Figo produção	13.500	engrad.	66.554,97	-	28.614,13	35.823,63	8.015,62	72.897,48	5.598,15 (6)	217.503,98	16,11
Laranja formação 1º e 4º ano(TM)(200 pés)	200	cx.	11.143,78	4.875,00	5.940,07	5.454,79	9.726,87	2.395,77	2.435,03	41.971,31	-
Laranja produção	400	cx.	3.740,80	-	3.554,64	4.558,60	2.808,76	885,81	1.614,04	17.162,65	42,90
Maracujá formação(TMA)(1.000 pés)	280	cx.	13.699,60	20.475,00	3.603,85	766,95	6.726,61	18.460,86	1.756,76	65.489,63	233,89
Maracujá produção	880	cx.	9.284,00	-	6.644,93	4.910,47	9.340,96	1.765,15	4.883,03 (6)	36.828,54	41,85
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM)(220 pés)	4.062	cx.	95.933,80	17.160,00	72.227,20	44.226,33	16.433,04	75.501,69	5.558,64	327.040,70	-
Pêssego produção (TM) (220 pés)	6.140	cx.	59.578,40	-	39.681,60	22.731,83	11.679,62	94.085,88	16.092,44 (6)	243.849,77	39,71
Uva niagara formação 1º e 2º ano (5.400 pés)	180	cx.	60.575,25	7.800,00	52.168,10	5.983,87	3.577,41	34.806,78	4.284,88	169.196,29	-
Uva niagara em produção	3.100	cx.	44.200,00	-	46.000,22	5.100,68	1.403,65	34.250,01	8.020,40	138.974,96	44,83
Chã da Índia de mudas (400m <sup>2</sup> )	45.900	u.	35.883,00	-	44,84	-	2.769,38	30.708,90	902,94	70.309,06	1,53
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano(TM) (9.000 pés)	9.000	u.	42.825,87	14.458,50	23.220,81	325,30	6.412,54	4.432,34	1.767,44	93.442,80	10,38
Chã da Índia produção (9.000 pés)	11.200	kg	16.185,19	-	6.670,14	1.077,95	10.436,10	2.342,12	5.786,14 (3)	42.497,64	3,79

(1) Incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Incluídos juros bancários e no café administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas, exceto para café que inclui benfeitorias específicas.

(4) Cultura semiperene.

(5) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(6) Inclui depreciação do pomar com base no custo de formação. Do custo de formação deve ser excluída a receita auferida por produção no período.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 14. - Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura, Pecuária de Leite e Sericicultura, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Compras <sup>(1)</sup>	Alimentação	Vacina medicamento e defensivo	Reparo de máquinas e benfeitorias	Transpõe e FUNRURAL	Depreciação de máquinas e/ou benfeitorias	Outros	Total	Custo por unidade produzida
Frango de corte (1.000 aves)	1.764kg	690,00	-	5.500,00	22.911,00	661,63	547,94	882,00	2.570,34	-327,40 <sup>(2)</sup>	33.435,51 <sup>(3)</sup>	18,95
Ovo (1.000 aves)	656cx.30dz.	23.700,60	-	10.000,00	212.416,67	2.736,43	2.295,87	4.710,83	8.022,67	16.067,60 <sup>(4)</sup>	279.950,67 <sup>(3)</sup>	426,75
Leite C	1.000l	1.880,32	186,06	-	3.078,93	150,16	-	592,57	482,38	771,38	7.141,80	7,14
Leite B	1.000l	1.146,95	181,02	-	4.870,94	127,05	-	498,12	640,73	892,92	8.357,73	8,36
Casulo (6 criações/ano) (19 e 29 anos)	2.160kg	34.601,66	3.261,63	7.056,00	-	9.484,80	-	-	1.495,02	7.191,79	63.090,90	29,21
Casulo produção (6 criações/ano)	2.700kg	35.928,46	2.744,57	8.820,00	-	11.856,00	-	-	1.352,79	8.076,08	68.777,90	25,47

<sup>(1)</sup> Corresponde à reposição do plantel avícola e compra de ovos na sericicultura.

<sup>(2)</sup> Energia, gás e cama, menos os rendimentos indiretos.

<sup>(3)</sup> Deduziu-se Cr\$1.645,80 e Cr\$14.972,20 referentes à venda de esterco e sacaria respectivamente para frango de corte e ovos e Cr\$23.851,00 na venda de poedeiras velhas, na exploração de avicultura de ovos.

<sup>(4)</sup> Embalagem, perdas, energia elétrica, cama, gás, juros bancários, menos os rendimentos indiretos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 15. - Estimativa de Custo Operacional de Pastagem e Formação do Amoreiral, por Hectare, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Item	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Semente e/ou muda <sup>(1)</sup>	Adubo e corretivo	Defensivo	Depreciação de máquinas	Outros	Custo por hectare
Pastagem colônião								
(método CATI)	886,72	2.399,50	1.482,00	1.583,40	56,10	852,79	90,45	7.350,96
Pastagem colônião								
(plantio muda)	868,60	2.527,42	-	-	56,10	885,26	172,60	4.509,98
Pastagem brachiária	1.337,20	2.613,73	-	-	56,10	906,33	187,72	5.101,08
Pastagem napier	1.788,60	2.612,79	-	-	56,10	905,39	167,15	5.530,03
Amoreiral formação								
(19 e 29 anos 8.265 pês)	8.237,93	1.186,35	-	13.257,02	44,88	397,52	1.046,28	24.169,98
Amoreiral produção								
(8.265 pês)	4.042,17	260,66	-	4.858,34	22,44	104,85	324,36	9.612,82

<sup>(1)</sup> O custo de mudas está incluso na mão-de-obra.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

3

MERCADO DE  
FATORES

### 3 - MERCADOS DE FATORES

#### - Fertilizantes

##### - Panorama internacional

Em 1978, os preços internacionais dos principais fertilizantes fosfatados e potássicos se elevaram, devido à demanda mundial bastante intensa. Nos últimos meses do ano, por sua vez, os preços dos nitrogenados permaneceram estáveis, consequência da grande produção. Enquanto que os tradicionais exportadores, como a Europa Ocidental, o Japão e os EEUU, apresentaram problemas face ao excesso na produção de amônia, novos países exportadores, como o México e a União Soviética, estão conseguindo vender grandes quantidades deste produto, em razão da utilização de seus abundantes suprimentos de gás natural para a produção de amônia. Assim, estão expandindo sua capacidade de produção, com novas unidades em construção ou em planejamento. O baixo custo do gás os torna capazes de oferecerem amônia no mercado mundial a preços bastante competitivos, apesar dos altos custos de transporte.

Os preços de uréia e fosfato di-amônio nos principais portos exportadores, em setembro de 1978, estavam entre US\$145 a US\$150/t-FOB, e os de superfosfato triplo e cloreto de potássio entre US\$105/t-FOB e US\$57 a US\$62/t-FOB, respectivamente.

Em 1979, estima-se que o México exporte 240 mil toneladas de amônia para os EEUU e 360 mil toneladas para a Europa Ocidental e América Latina. Já a União Soviética tem realizado acordos de trocas de longa duração com as nações ocidentais, visando exportar quantidades maiores de amônia, uréia e potássio.

O suprimento mundial de fosfatos deverá se elevar face à abertura de nova mina de fosfato na Flórida, como também devido a futuras expressões no Marrocos, Jordânia e Senegal que poderão aumentar a oferta mundial do produto.

O Canadá, conforme contrato feito com a China, deverá exportar, entre outubro de 1978 e junho de 1979, aproximadamente 300 mil toneladas de cloreto de potássio, sendo a maior venda já feita para este País.

No Brasil, estão sendo realizados estudos técnico-econômicos para a exploração dos sais de potássio existentes em Carmópolis, no Estado de Sergipe, sendo que em abril de 1978 registrou-se a primeira ocorrência de enxofre elementar no País, na localidade de Castanhal, Sergipe. Está previsto para 1979 o início do funcionamento de uma nova unidade de sulfato de amônia em Cubatão, no Estado de São Paulo, e de novas unidades produtoras de fosfato mono-amônico e superfosfatos localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Nos próximos anos, há perspectivas de maior expansão na capacidade mundial de produção de fertilizantes em relação à demanda. Para 1979/80, estima-se que os maiores saldos (quadro 16) serão para os potássios, 11,1% acima do consumo estimado, seguidos dos nitrogenados (6,5%), e dos fosfatados (5,5%). Em termos globais (NPK), o saldo deverá se situar em torno de 7,3% do consumo, nível bastante satisfatório. Conforme estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), até 1982 a capacidade de produção mundial de fertilizantes poderá crescer de 21,7% para o fósforo, 16,0% para o nitrogênio e 9,5% para o potássio (quadro 17). Por sua vez, as regiões em desenvolvimento deverão ampliar sua capacidade produtiva neste período em torno de 42,4% (o aumento mais substancial deverá ocorrer para o fósforo, 82,1%), enquanto que nas regiões de economia planejada deverão crescer 22,5% e nas desenvolvidas 3,2%.

Caso sejam concretizadas essas previsões, a relação da produção de NPK, que já era favorável aos nitrogenados em 1978/79 (1:0,30:0,35), passará em 1981/82 para uma relação 1:0,31:0,34, com ligeira diminuição na participação apenas do potássio.

#### - Situação interna

De janeiro de 1978 a abril de 1979, os preços correntes no mercado interno dos cinco principais fertilizantes apresentaram tendência crescente, embora em junho de 1978 tenha ocorrido um ligeiro decréscimo para o superfosfato simples e em julho de 1978 para o sulfato de amônia.

No período em análise, o cloreto de potássio foi o que apresentou maior aumento no preço corrente, pois passou de Cr\$2.289,00/t para Cr\$3.746,00/t (63,7%), enquanto que o sulfato de amônia subiu de Cr\$2.262,00/t para Cr\$3.549,00/t (56,9%) e a uréia de Cr\$3.979,00/t para Cr\$6.200,00/t (55,8%). O superfosfato simples e o superfosfato triplo tiveram o mesmo aumento (42,2%), sendo que o superfosfato simples foi de Cr\$1.750,00/t para Cr\$2.488,00/t e o superfosfato triplo de Cr\$4.496,00/t para Cr\$6.393,00/t.

Em termos reais, os maiores valores foram observados em janeiro de 1978 para o superfosfato triplo, em fevereiro de 1978 para o superfosfato simples, em junho de 1978 para o sulfato de amônia e, em dezembro do mesmo ano, para o cloreto de potássio e uréia. No primeiro quadrimestre de 1979, os preços reais dos fertilizantes em análise apresentaram uma leve tendência decrescente.

Em 1978, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), que desde 1975 já controlava o preço dos fertilizantes simples e compostos a nível do consumidor final, estendeu também para os fertilizantes básicos e matérias-primas o sistema de controle de preços. A política governamental de contingenciamento das importações, visando proteger a indústria e diminuir o preço médio do fertilizante nacional, possibilita a comercialização deste insumo a níveis superiores ao do mercado internacional, mas, por outro lado, agrava a concorrência dos nossos produtos agrícolas, elevando os custos de produção.

Em 1978, o preço médio de fertilizantes no Estado de São Paulo foi estimado em Cr\$30.448,00/10t. O acréscimo ocorrido em relação ao ano anterior, em termos correntes, foi de 32,2%. No entanto, em termos reais, os preços dos fertilizantes decresceram 4,7% em relação a 1977.

A agricultura nacional tem apresentado expressivo acréscimo no consumo de fertilizantes, representado pelo consumo de nutrientes, que passou de 99 mil toneladas em 1954 para 3,2 milhões de toneladas em 1977. Em 1978, a estimativa de consumo de fertilizantes, exclusive fosfato natural moído, era de 3,1 milhões de toneladas de nutrientes, com a produção nacional contribuindo com 1.378 mil toneladas, sendo 277 mil toneladas de nitrogênio e 1.101 toneladas

de fósforo, enquanto que as importações participaram com 1.722 mil toneladas de nutrientes, as sim distribuídas: 424 mil toneladas de N, 326 mil toneladas de  $P_2O_5$  e 972 mil toneladas de  $K_2O$ . Do total consumido, estima-se que a Região Centro tenha participado com 62,3%, e as regiões Sul e Norte/Nordeste com 27,4% e 10,3%, respectivamente. No entanto, se considerado o consumo do fosfato natural moído, estima-se que o consumo de fertilizantes tenha sido aproximadamente igual ao de 1977, ou seja, 3,2 milhões de toneladas de nutrientes. Verifica-se, então, uma certa estabilização da demanda em decorrência de uma série de fatores, tais como: problemas climáticos ocorridos em 1978; geada que atingiu cafezais do Paranã e Sul de São Paulo; estiagem ocorrida no início desse ano afetando a florada de citrus; montante de crédito neste período, considerado insuficiente; problemas com financiamento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, além do nível dos preços mínimos ser considerado insatisfatório. Contudo, se comparado a 1976, houve incremento de 26,8% no consumo.

A produção nacional de nitrogenados registrou acréscimo de 19,9% em 1978, em relação ao ano anterior, em razão do início de operação da nova unidade estatal, em Camaçari (BA), produtora de amônia e uréia. Por sua vez, a produção de fosfatados solúveis apresentou incremento de 7,9%.

Em 1978, as importações de fertilizantes e matérias-primas foram da ordem de seis milhões de toneladas, com os fertilizantes representando 62,1% desse total e as matérias-primas 37,9%. As importações de fertilizantes abrangeram principalmente: cloreto de potássio (40,2%), sulfato de amônia (33,5%), uréia (12,3%), sulfato de potássio (8,6%) e superfosfato triplo (3,5%). Entre as matérias-primas, o fosfato natural bruto foi o de maior expressão, em termos de volume físico, vindo a seguir o ácido fosfórico e a amônia anidra. Relativamente ao ano anterior, cujo total importado foi da ordem de 6,5 milhões de toneladas de produto, as importações de fertilizantes e matérias-primas decresceram 3,3% e 15,2%, respectivamente.

O porto de Santos recebeu mais de 50% do total importado nesses últimos 2 anos, seguido pelos portos de Rio Grande, Paranaguá, Porto Alegre, Recife e Maceió.

A evolução da relação preços fertilizante/terra em São Paulo, que permite avaliar as alternativas de emprego desse insumo moderno pelo agricultor, mostra que, se em 1969 eram necessárias 3,7 unidades de hectare de terra de primeira para adquirir 10t de fertilizantes, já em 1978 era de uma unidade (quadro 18). Em 1978, como os fatores terra e fertilizante tiveram decréscimo no seu preço real quando comparados com 1977, respectivamente 1,9% e 4,7%, isto permitiu que a relação permanecesse a mesma. Para os primeiros meses de 1979, esta relação cresceu 10,0%, quando comparada com o ano anterior; contudo, é de se esperar que aumente quando for considerado o preço médio de fertilizantes para todo o ano de 1979.

Quanto à relação preços trator/fertilizante no Estado de São Paulo, para o período 1969-78, observou-se que, se em 1969 eram necessárias 73 toneladas de fertilizantes para adquirir um trator leve (44Hp), em 1978 seriam necessárias 46 (quadro 18). Essa relação ao longo do período foi decrescendo, exceto em 1975, quando a relação de preços trator/fertilizante, que em 1974 era 21, passou a 39, com um aumento de 85,7%. Nesse ano, o preço real de fertilizantes teve decréscimo de 45,2% em relação a 1974, quando era necessária maior quantidade de fertilizantes para adquirir um trator leve. A relação, que em 1977 era 40, passou para 46 em 1978, representando um aumento de 15%. Estima-se que, para 1979, essa relação aumente para 48 toneladas.

Na análise da evolução das quantidades necessárias de diferentes produtos agrícolas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, o milho, o arroz e o algodão apresentaram, em 1978, ganho de poder aquisitivo relativo ao dispêndio com fertilizantes, sendo o milho o produto que apresentou maior decréscimo no índice (-31,6%). Em contrapartida, o café, a cana e a soja a

presentaram perda do poder aquisitivo, em relação ao ano anterior. O café foi o produto que a apresentou o maior aumento no índice (73,9%); a cana e a soja apresentaram acréscimos no índice de 6,3% e 5,6%, respectivamente (quadro 19).

Quanto ao emprego de fertilizante, a perspectiva para 1979 é otimista, tendo em vista a prioridade que o atual governo está dando à agricultura. Porém, dependerá de uma série de fatores, tais como: níveis de preços mínimos, política de crédito, montante de financiamento para a agricultura, perspectivas de rentabilidade e outras medidas relacionadas à política a agrícola.

Célia Regina Roncato Penteado

(IEA, 22/06/79)

QUADRO 16. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1979/80

(em milhão de toneladas)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> )	Potássio (K <sub>2</sub> O)	Total
Oferta	59,51	33,65	29,98	123,14
Consumo	55,88	31,89	26,98	114,75
Saldo	3,63	1,76	3,00	8,39

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Out/77.

QUADRO 17. - Estimativa da Capacidade Produtiva Mundial de Fertilizantes, 1978/79 a 1981/82

(em milhão de toneladas)

Fertilizante período	Região			Total
	Desenvolvida	Em desenvolvimento	De economia planejada	
<b>Nitrogênio (N)</b>				
1978/79	41,42	16,45	35,22	93,09
1979/80	42,25	18,96	38,18	99,39
1980/81	42,62	21,28	39,80	103,70
1981/82	42,95	21,53	43,50	107,98
<b>Fósforo (P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>)</b>				
1978/79	17,49	4,98	5,06	27,53
1979/80	17,79	6,53	5,20	29,52
1980/81	18,02	8,74	6,19	32,95
1981/82	17,91	9,07	6,52	33,50
<b>Potássio (K<sub>2</sub>O)</b>				
1978/79	18,25	0,33	14,46	33,04
1979/80	18,52	0,33	15,38	34,23
1980/81	18,61	0,33	16,40	35,34
1981/82	18,75	0,38	17,05	36,18

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Out/77.

QUADRO 18. - Unidades de Hectare de Terra (<sup>1</sup>) Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes (<sup>2</sup>) e Unidades de Toneladas de Fertilizantes Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44Hp), Estado de São Paulo, 1969-79

Ano	Unidades de hectare de terra	Índice ( <sup>3</sup> )	Fertilizante (t)	Índice ( <sup>3</sup> )
1969	3,7	100	73	100
1970	2,6	70	67	92
1971	2,3	62	62	85
1972	2,2	60	56	77
1973	1,7	46	48	66
1974	1,9	51	21	29
1975 ( <sup>4</sup> )	1,0	27	39	53
1976 ( <sup>4</sup> )	0,7	19	58	79
1977	1,0	27	40	55
1978	1,0	27	46	63
1979 ( <sup>5</sup> )	1,1	30	48	66

(<sup>1</sup>) Refere-se à terra de primeira.

(<sup>2</sup>) Preço médio ponderado, posto São Paulo.

(<sup>3</sup>) Índice simples, 1969 = 100.

(<sup>4</sup>) Considerando-se um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

(<sup>5</sup>) Média dos quatro primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 19. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes <sup>(1)</sup>, Estado de São Paulo, 1967-78

Ano	Arroz em casca (60kg)		Milho (60kg)		Cafê beneficiado (60kg)		Soja (60kg)		Algodão em caroço (15kg)		Cana-de-açúcar (t)	
	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>	Nº de unidades	Índice <sup>(2)</sup>
1967	100	100	290	100	40	100	150	100	350	100	143	100
1968	100	100	360	124	40	100	130	87	320	91	146	102
1969	110	110	240	83	20	50	130	87	320	91	145	101
1970	130	130	250	86	20	50	110	73	300	86	142	99
1971	80	80	250	86	30	75	110	73	250	71	145	101
1972	90	90	260	90	20	50	120	80	260	74	151	106
1973	100	100	200	69	20	50	90	60	230	66	155	109
1974	170	170	450	155	40	100	210	140	410	117	248	173
1975	76	76	207	71	17	43	120	80	276	79	124	87
1976 <sup>(3)</sup>	106	106	183	63	5	12	96	64	133	38	92	64
1977 <sup>(3)</sup>	149	149	339	117	9	23	135	90	262	75	137	96
1978	122	122	231	80	16	40	142	95	252	72	146	102

<sup>(1)</sup> Preço médio ponderado, posto São Paulo.

<sup>(2)</sup> Índice simples, base 1967 = 100.

<sup>(3)</sup> Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## - Tratores

A produção brasileira de tratores de quatro rodas, em 1978, foi de 48.668 unidades, revelando decréscimo de 3,4% em relação ao ano anterior, quando foram produzidas 50.390 unidades.

Comparando-se a produção de janeiro a abril de 1979 (13.044u.) com a do mesmo período de 1978 (16.176u.), verifica-se decréscimo de 19,4%. Este declínio é consequência da dificuldade de liberação de crédito para aquisição de máquinas, o que tem levado a indústria a reduzir sua produção.

Em 1978, a produção de tratores de esteira atingiu 2.996 unidades, apresentando um acréscimo de 4,5% em relação ao ano anterior; nos quatro primeiros meses de 1979, foram produzidas 689 unidades.

Atingindo o auge em 1974, a produção de cultivadores motorizados e microtratores passou a decrescer em 1975 e 1976. O bom desempenho observado em 1974 parece estar relacionado com o intenso tratamento fitossanitário do cafeeiro, registrado a partir do aparecimento da "ferrugem" do café. Em 1975, o decréscimo foi consequência das geadas verificadas naquele ano, recuperando-se em 1977, para decrescer a partir de então. Comparando-se a produção dos anos de 1977 e 1978, observa-se decréscimo de 39,2% (quadro 20).

As vendas de tratores de quatro rodas (excluindo microtratores) em 1978 atingiram 37.171 unidades, registrando decréscimo de cerca de 22,4% em relação ao ano anterior. Em 1979, as vendas para os quatro primeiros meses atingiram 10.145 unidades, com um acréscimo de, aproximadamente, 4,0% em relação aos 9.751 tratores vendidos em idêntico período do ano passado.

As exportações de tratores de quatro rodas em 1978 somaram 6.004 unidades, superando em 37,4% as do ano de 1977. Em 1979, as exportações para os quatro primeiros meses atingiram 2.369 unidades, quantidade 24,6% inferior à de igual período do ano anterior, quando foram exportadas 3.143 unidades.

O preço real do trator de 44HP em 1978 sofreu acréscimo de 8,1% em relação ao ano anterior. O índice de preço real que vinha sofrendo pequenos decréscimos desde 1967, após apresentar o índice mínimo em 1974 (58,3), passou a crescer continuamente.

O preço corrente do trator de 44HP, em 1978, foi de Cr\$138.957,50, passando para Cr\$181.985,00 nos quatro primeiros meses de 1979.

Para os tratores de quatro rodas de 61HP, o preço médio corrente, em 1978, situou-se em Cr\$172.087,75, atingindo nos quatro primeiros meses de 1979 Cr\$222.137,00.

A análise da evolução da relação de preços produto/trator, visando inferir o comportamento do poder aquisitivo do agricultor para adquirir um trator de 44HP, mostra que o café foi a exploração que se apresentou de modo mais favorável, passando de 334 sacos em 1967 para 73 em 1978. Até o ano de 1977, houve uma tendência decrescente da relação de preços e inversão da tendência a partir de então (quadro 21).

Por outro lado, no período 1967-78, o arroz foi o produto que apresentou o maior índice (74), exigindo 556 sacas de 60kg. A relação de preços para este produto sofreu variação muito brusca entre os anos de 1975 e 1976.

O algodão tem apresentado comportamento relativamente estável a partir de 1977. Entre os anos de 1967 e 1974, a relação de preços, para este produto agrícola, foi quase sempre declinante, do mesmo modo que para a cana-de-açúcar, soja e café.

Ressalte-se que houve decréscimo no preço real do trator no período 1967-74, refletin

do, conseqüentemente, na relação favorável de preço para o agricultor, que também pode ser observada quando ocorre a elevação do preço real do produto agrícola.

Em virtude das condições difíceis de comercialização de tratores agrícolas no mercado interno, que vem se refletindo nas vendas desde 1976 para os tipos de 4 rodas e desde 1975 para os de esteira, está havendo ociosidade na indústria deste maquinário, mesmo com a alternativa de buscar mercado no exterior.

Espera-se que medidas urgentes, nas condições de financiamento e liberação de empréstimos, possam contornar a crise que o setor enfrenta.

Antonio José Braga do Carmo

(IEA, 02/07/79)

QUADRO 20. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1967-79

Ano	Trator de 4 rodas		Trator de esteira		Cultivador motorizado <sup>(1)</sup>		Total	Índice <sup>(1)</sup>
	Produção	Índice <sup>(2)</sup>	Produção	Índice <sup>(2)</sup>	Produção	Índice <sup>(2)</sup>		
1967	6.223	100	73	100	2.231	100	8.527	100
1968	9.818	158	106	145	2.613	117	12.537	147
1969	9.548	153	91	125	2.281	102	11.920	140
1970	14.048	226	185	253	2.474	111	16.707	196
1971	22.122	355	770	1.055	2.556	114	25.448	298
1972	29.142	468	1.282	1.756	3.773	169	34.197	401
1973	37.170	597	1.961	2.686	5.080	228	44.211	518
1974	43.810	704	2.415	2.308	5.659	254	51.884	608
1975	57.041	917	3.925	5.376	5.330	239	66.296	777
1976	63.161	1.015	3.850	5.274	4.684	210	71.695	841
1977	50.390	810	2.867	3.927	5.380	241	58.637	688
1978	48.668	782	2.996	4.104	3.270	147	54.934	644
1979 <sup>(3)</sup>	13.044	210	689	944	921	41	14.654	172

<sup>(1)</sup> Inclusive microtrator de 4 rodas.

<sup>(2)</sup> Índice simples, 1967 = 100.

<sup>(3)</sup> Acumulado até abril de 1979.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 21. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44HP), Estado de São Paulo, 1967-79

Ano	Arroz em casca		Milho		Cafê beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	15kg	Índice	1.000kg	Índice
1967	727	100	2.147	100	334	100	1.105	100	2.608	100	1.059	100
1968	729	100	2.595	121	270	81	973	88	2.330	89	1.068	101
1969	834	115	1.717	80	187	56	928	84	2.337	90	1.061	100
1970	881	121	1.698	79	131	39	754	68	2.021	77	955	90
1971	524	72	1.531	71	162	48	684	62	1.537	59	894	84
1972	518	71	1.475	69	116	35	681	62	1.449	56	850	80
1973	499	69	979	45	91	27	456	41	1.125	43	750	71
1974	362	50	927	43	89	27	443	40	847	32	514	49
1975	302	41	818	38	67	20	473	43	1.091	42	488	46
1976	617	85	1.064	50	41	12	561	51	771	30	536	51
1977	598	82	1.363	63	37	11	545	49	1.053	40	552	52
1978	556	76	1.054	49	73	22	648	59	1.148	44	668	63
1979 <sup>(1)</sup>	535	74	1.178	55	82	25	609	55	1.105	42	607	57

(<sup>1</sup>) Média dos preços de produtos agrícolas, janeiro a abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mão-de-obra

- Estrutura do emprego agrícola

Ao mesmo tempo em que se observa um contínuo declínio da população trabalhadora agrícola residente nos imóveis rurais, registram-se também mudanças na estrutura do emprego. Tais mudanças são, em grande parte, induzidas pela tecnologia agrícola moderna, utilizadora de insumos e formas de administração e gerenciamento, consideradas mais eficientes para o retorno do capital empregado.

No período 1971-78, constatou-se um aumento da participação do trabalho assalariado e uma diminuição das categorias de trabalhadores residentes "dependentes", sem vínculo empregatício. Observa-se, assim, um aumento da categoria de mensalista e uma diminuição das categorias de arrendatário, de parceiro e de colono (quadro 22).

Quanto à categoria de proprietários, constata-se decréscimo em termos absolutos, ainda que, em termos percentuais, tenha havido pequeno aumento para o Estado como um todo.

Os dados sobre estrutura de emprego no Estado de São Paulo, tomados a nível de Divisão Regional Agrícola (DIRA), referentes a abril de 1978, confirmam as tendências apontadas.

Na DIRA de Ribeirão Preto, considerada a mais avançada do ponto de vista da mecanização e utilização de insumos modernos na produção agrícola, verifica-se a maior participação percentual da mão-de-obra assalariada, sendo 35% dos trabalhadores da categoria de mensalista (quadro 23). Por outro lado, apresenta a menor participação de proprietários como trabalhadores residentes, os quais representam apenas 30% da mão-de-obra.

O tipo de organização das relações de trabalho, em função da atividade e estrutura fundiária da região, mostra acentuadas discrepâncias: enquanto no Vale do Paraíba existiam em 1976 cerca de 52 mil trabalhadores proprietários para 19.092 imóveis (2,7 trabalhadores proprietários por imóvel), para Ribeirão Preto o índice não chegava a 1 (25 mil trabalhadores proprietários para 31.325 imóveis).

A DIRA de São Paulo apresenta o menor número de proprietário residente por imóvel, 25.000 para 60.029 propriedades, pelo fato de grande número delas serem utilizadas para fins de semana.

Em relação à mão-de-obra temporária, não-residente, estimou-se que nos últimos cinco anos foram utilizados, em média, anualmente, cerca de 61.600 mil dias-homem de trabalho "volante". Esses dias-homem equivaleriam a cerca de 220 mil pessoas que trabalhassem a tempo completo (8 horas) todo o ano (280 dias). Como se sabe, a estacionalidade, própria da atividade agrícola, e a dificuldade em se definir o trabalhador volante, torna difícil estimar corretamente o número de pessoas que, no Estado de São Paulo, seriam incluídas nesta categoria. Em certas épocas do ano, o número de pessoas deve ser bem superior a 220 mil, enquanto em épocas de pouca atividade agrícola, grande parte delas se inserem em outros setores da economia, ou permanecem subempregadas.

O emprego desta mão-de-obra começa a se acentuar nos meses de outubro e novembro (8,0% do total de dias-homem utilizados no ano), sendo seu emprego máximo nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, respectivamente 12%, 11% e 10%, declinando em seguida até o mês de agosto (6%), mês de menor utilização de mão-de-obra volante. Evidentemente, essa média apresenta diferenças a nível de DIRA, quanto aos meses de maior utilização e à participação percentual.

As DIRAs que mais ocupam mão-de-obra volante são: Ribeirão Preto, com média anual de

32% do total do Estado; São José do Rio Preto, com 15%, e Campinas com 12%. As que menos utilizam são o Vale do Paraíba (1%) e São Paulo (1,5%).

No que se refere aos meses de maior utilização, Ribeirão Preto segue a média do Estado (média influenciada pela sua alta participação); Campinas registra maior emprego relativo de volantes nos meses de agosto, setembro e outubro, enquanto São José do Rio Preto registra nos meses de maio e junho sua maior participação.

A composição da população trabalhadora residente, no que se relaciona ao sexo e idade, forneceu o seguinte perfil no período 1976-78, conforme levantamento do IEA: 62% de homens de mais de 15 anos; 11% de mulheres de mais de 15 anos; 21% de homens de menos de 15 anos; e 6% de mulheres de menos de 15 anos. Os menores de 15 anos representavam 27,0% da força total dos residentes.

Pelo levantamento do Censo Agropecuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) de 1975, no Estado de São Paulo, cerca de 12% da mão-de-obra registrada como trabalhando em atividades agropecuárias tinham menos de 14 anos, incluindo aí todas as categorias de trabalhadores, residentes e não residentes. Supõe-se que entre 14 e 15 anos (idades tomadas como base, respectivamente pela FIBGE e IEA) havia um número relativamente grande de pessoas trabalhando, que não foram registradas como menores pelo levantamento do Censo. Mesmo assim, a grande diferença entre as duas fontes leva a pensar que a participação da mão-de-obra infantil nos trabalhos agrícolas é maior entre a população residente que entre a não residente.

Esses dados estariam confirmando a existência do problema de evasão escolar e de um baixo grau de instrução e formação profissional, mais grave entre os trabalhadores residentes do que entre os não residentes no meio rural.

#### - Salários

A busca de melhores níveis de instrução por parte da população rural é vista por muitos estudiosos como um fator de saída definitiva do campo e da atividade agrícola. Isto porque a melhores graus de instrução correspondem maiores expectativas de salários e trabalhos menos penosos, dificilmente encontrados no meio rural com o atual nível médio de tecnificação.

Contudo, as mudanças verificadas no setor agrícola nos últimos anos apresenta algumas perspectivas de trabalho melhor remunerado e mais qualificado. Certas explorações hortifrutigranjeiras, produção de grãos como trigo, soja e outros têm absorvido mão-de-obra especializada pela adoção de moderna tecnologia. Por outro lado, ainda persistem atividades tradicionais com baixos níveis de produtividade, empregando trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Esses diversos tipos de agricultura coexistem na mesma região, e até em determinadas propriedades.

Em 1970, o Censo indicava que apenas 2% dos trabalhadores agrícolas tinham alguma qualificação, e hoje estima-se que cerca de 30% da população agrícola maior de 5 anos é analfabeta. No entanto, dadas as mudanças que se vêm operando no setor, tem aumentado a procura de técnicos para a produção e administração das fazendas.

Os salários tendem a refletir estas situações através das grandes variações registradas ao redor das médias. Assim, um trabalhador classificado como tratorista ganhava em média, no Estado, em abril de 1979, Cr\$2.551,41; no entanto, nas DIRAs mais tecnificadas como Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto foram registrados salários de tratoristas ao redor de Cr\$4.500,00, isto é, aproximadamente 76% maior que a média estadual, sendo que existem

informações de que alguns empresários estariam pagando ao redor de Cr\$7.000,00. Evidentemente, estes trabalhadores têm treinamento superior às 50 horas de curso, média do treinamento básico dado aos tratoristas agrícolas. Por outro lado, para a mesma categoria também foram constatados salários de Cr\$1.500,00.

Os maiores desvios foram encontrados na categoria dos administradores, onde se observaram salários variando de Cr\$1.900,00 a Cr\$9.000,00, sendo que a média para o Estado era de Cr\$3.906,00 (quadro 24). Nesta categoria se incluem, desde o administrador com formação superior, até o mensalista responsável pelo andamento da propriedade, com pouca ou nenhuma qualificação.

Para a categoria dos volantes, a variação registrada se deve muito mais à época e região onde é levantada a informação, do que à qualificação do trabalhador.

Observando a evolução dos salários agrícolas, verifica-se que as categorias que tiveram maiores aumentos em relação ao ano de 1972 foram as de volantes e de administradores. Para as três outras categorias de trabalhadores residentes, as de menor qualificação, isto é, os mensalistas e diaristas, tiveram os menores aumentos, enquanto que os tratoristas conseguiram um aumento real de cerca de 40% nos últimos oito anos (quadro 25).

A estrutura de emprego do setor poderá ser bastante afetada pela aplicação do "pacote agrícola" aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, pois um aumento das áreas de culturas básicas para alimentação deverá ocasionar demanda maior de mão-de-obra, principalmente no caso dos mini e pequenos produtores, o que, por sua vez, deverá resultar em maiores salários agrícolas, implicando maior mecanização nas médias e grandes empresas.

Outro fato que deverá influenciar significativamente o emprego agrícola no Estado, nos próximos anos, e de modo especial para algumas áreas, será a maior utilização de colheitas de cana-de-açúcar e café. Para a primeira, que já está sendo fabricada em escala industrial, os reflexos ainda são pequenos. Já no caso do café, quando comprovada realmente a eficácia deste novo equipamento, deverão ocorrer reflexos no setor agrícola.

Gabriela Toscano

(IEA, 02/07/79)

QUADRO 22. - Estimativa do Total de Trabalhadores Agrícolas Residentes nos Imóveis, Média Móvel, por Categoria, Estado de São Paulo, 1971-72 a 1977-78

Categoria	1971-72		1972-73		1973-74		1974-75		1975-76		1976-77		1977-78	
	1.000 pessoas	%												
Proprietário	455,0	38	450,0	38	405,0	38	375,5	40	371,0	41	351,0	40	348,5	41
Administrador	29,5	3	32,0	3	26,5	2	23,0	2	26,0	3	28,6	3	26,0	3
Arrendatário, parceiro e colono	362,8	30	340,8	30	291,5	28	242,5	26	223,0	25	214,4	25	195,1	23
Mensalista	136,5	11	141,0	11	148,5	14	146,0	15	145,0	16	143,5	17	160,4	19
Diarista e empregado	187,5	15	184,0	15	162,0	15	129,5	14	113,0	12	103,4	12	95,9	11
Outros	38,0	3	34,5	3	31,0	3	26,0	3	24,5	3	25,5	3	27,9	3
Total	1.209,3	100	1.182,3	100	1.064,5	100	942,5	100	902,5	100	866,4	100	853,8	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 23. - Participação Percentual das Diversas Categorias da População Trabalhadora Residente em Imóveis Agrícolas, por DIRA, Estado de São Paulo, Abril de 1978

(em percentagem)

DIRA	Categoria de trabalhador						Total
	Proprietário	Administrador	Arrendatário, parceiro e colono	Mensalista	Diarista e empreiteiro	Outros	
São Paulo	53	7	9	20	6	5	100
Vale do Paraíba	67	1	10	18	2	2	100
Sorocaba	45	3	16	21	9	6	100
Campinas	38	2	19	26	12	3	100
Ribeirão Preto	30	3	15	35	14	3	100
Bauru	32	2	17	20	20	9	100
S. J. do Rio Preto	38	2	34	15	10	1	100
Araçatuba	36	3	21	30	9	1	100
Presidente Prudente	41	2	32	15	8	2	100
Marília	35	2	17	20	21	5	100
Total	42	3	20	21	11	3	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 24. - Salários Agrícolas Médios, Pagos às Diferentes Categorias de Trabalhador Rural,

Estado de São Paulo, Abril de 1979

Categoria	Salário			
	Limite superior	Limite inferior	Média	Moda
Diarista a seco (Cr\$/dia)	130,00	40,00	71,82	70,00
Volante (Cr\$/dia)	150,00	45,00	90,27	80,00
Administrador (Cr\$/mês)	9.000,00	1.900,00	3.906,07	3.000,00
Tratorista (Cr\$/mês)	4.500,00	1.500,00	2.551,41	2.500,00
Mensalista (Cr\$/mês)	4.000,00	1.000,00	1.960,24	2.000,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 25. - Média Anual dos Salários Agrícolas <sup>(1)</sup> em Preços Correntes, Reais e Índice, Estado de São Paulo, 1972-79

Ano	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista			Mensalista		
	Cr\$/dia ( <sup>2</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>3</sup> )	Índice ( <sup>4</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>2</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>3</sup> )	Índice ( <sup>4</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>2</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>3</sup> )	Índice ( <sup>4</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>2</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>3</sup> )	Índice ( <sup>4</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>2</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>3</sup> )	Índice ( <sup>4</sup> )
1972	8,38	60,16	100	9,36	67,20	100	401,95	2.885,60	100	274,65	1.971,72	100	274,96	1.973,94	100
1973	11,35	70,78	118	11,90	74,21	110	532,20	3.318,76	115	376,55	2.348,14	119	347,25	2.165,42	110
1974	15,85	76,81	128	18,25	88,44	132	706,40	3.423,10	119	502,95	2.437,21	124	452,95	2.194,77	111
1975	20,65	78,36	130	23,75	90,12	134	952,35	3.613,65	125	688,95	2.614,19	133	620,00	2.352,56	119
1976	27,85	74,80	124	34,05	91,46	136	1.393,40	3.742,55	130	926,55	2.488,63	126	724,80	1.946,75	99
1977	42,50	79,98	133	52,50	98,80	147	2.218,40	4.174,76	145	1.431,90	2.694,66	137	1.085,25	2.042,31	103
1978	58,80	79,80	133	72,45	98,32	146	3.187,98	4.326,28	150	2.025,45	2.748,66	139	1.641,46	2.227,56	113
1979 <sup>(5)</sup>	71,80	71,80	119	90,27	90,27	134	3.906,00	3.906,00	135	2.551,40	2.551,40	129	1.960,24	1.960,24	99

(<sup>1</sup>) A média anual é a média dos valores levantados no primeiro e segundo semestres de cada ano, exceto para a categoria dos mensalistas, onde para o segundo semestre foi considerado o salário de motorista.

(<sup>2</sup>) Em valores correntes.

(<sup>3</sup>) Em valores reais de abril de 1979 pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

(<sup>4</sup>) Índice simples calculado a partir dos valores reais.

(<sup>5</sup>) Valores de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Terra

Em 1979, os preços reais da terra nua apresentaram pequenas variações em relação ao ano anterior: negativas para a terra de primeira (-16,8%) e de segunda (-1,0%); e positivas para a terra para pastagens (8,6%), terra para reflorestamento (8,6%) e terra de campo (19,0%). Considerado o período 1975-79, observa-se que todos os tipos de terra sofreram pequena valorização real, com exceção da terra de primeira (quadro 26). No entanto, o mercado de terras mostra, para o período 1969-79, uma elevação expressiva dos preços reais para todos os tipos. Assim, naquele período, a terra de primeira apresentou valorização em termos reais de 319,1%, e a de segunda de 416,47%, enquanto que terra para pastagens, para reflorestamento e terra de campo valorizaram-se, respectivamente, em 396,3%, 462,2% e 567,2%. Esta valorização não ocorreu a uma taxa anual constante, destacando-se que entre os anos de 1973 e 1974 houve uma elevação brusca nos preços reais de todos os tipos de terra, que pode ser explicada, em parte, pelos altos preços alcançados pela maioria dos produtos agrícolas, principalmente os de exportação, e também por constituir a terra uma forma de reserva de valor.

Quanto às terras para reflorestamento, cumpre assinalar que sua procura se deve principalmente aos incentivos fiscais oferecidos a esta atividade.

Em fevereiro de 1979, as terras de primeira atingiram o valor médio de Cr\$35.385,00 por hectare (Cr\$85.632,00 por alqueire); as terras de segunda foram cotadas a Cr\$32.316,00 por hectare (Cr\$78.205,00 por alqueire); as terras para pastagens, a Cr\$27.464,00 por hectare (Cr\$66.463,00 por alqueire), enquanto as terras para reflorestamento alcançaram Cr\$21.828,00 por hectare (Cr\$52.824,00 por alqueire) e as de campo Cr\$20.507,00 por hectare (ou Cr\$49.627,00 por alqueire). Muitos fatores, como uso e qualidade da terra, facilidade de infra-estrutura, proximidade a mercados consumidores da produção agropecuária, levam a variações amplas em torno do valor médio. Assim, as terras de primeira têm preços que vão de Cr\$8.677,00/ha na DIRA de Bauru, até Cr\$227.272,00/ha na DIRA de Campinas. Mesmo que se considere uma mesma DIRA, os preços sofrem grandes variações, impossibilitando-se a quantificação de todos os efeitos envolvidos.

Sendo o mercado de terras altamente inter-relacionado, maior procura de determinado tipo de terra acaba influenciando os preços dos demais tipos. Isto decorre face à possibilidade relativa de substituição existente entre os diferentes tipos de terra, devido à alternativa de utilização de insumos, tais como fertilizantes, sendo possível até certo ponto melhorar a qualidade da terra.

Do ponto de vista do proprietário da terra, colocam-se diversas alternativas para a utilização de sua propriedade, podendo ele mesmo cultivá-la, arrendá-la, deixá-la inativa, concedê-la em parceria ou vendê-la. O quadro 27 mostra a evolução do preço do arrendamento de terras para lavouras no Estado de São Paulo. Verifica-se que o arrendamento em dinheiro tem sofrido flutuação pequena no período 1975-79, sendo o seu valor médio de Cr\$1.447,00/ha em novembro de 1978. Por outro lado, o arrendamento em espécie tem sofrido variação mais ampla. De um modo geral, algodão, amendoim, arroz e milho pioraram sua relação de troca em 1978, relativamente ao ano anterior. Considerado o período 1975-78, apenas o algodão sofreu melhoria, exigindo 18,9 arrobas em 1978, quando em 1975 eram necessárias 19,7 para se arrendar um hectare de terra.

A relação valor da terra de primeira e valor de arrendamento, para o quinquênio 1975-79, tem variado muito pouco. O valor de arrendamento tem correspondido a aproximadamente 4,0% do preço corrente da terra. Adicionalmente, naquelas situações em que haja uma valoriza

ção em termos reais, o proprietário terá um ganho de capital.

As terras com benfeitorias no Estado de São Paulo são classificadas de acordo com o tamanho da propriedade. De um modo geral, à medida em que se aumenta o tamanho, o preço por hectare diminui (quadro 28). Assim, no ano de 1979, as propriedades com área inferior a 7,26ha (3 alqueires) apresentavam preços médios de Cr\$73.159,00 por hectare (Cr\$177.045,00/alqueire), enquanto as propriedades com área superior a 242 hectares tinham um preço de Cr\$32.348,00 por hectare (Cr\$78.282,00 por alqueire). Ressalte-se que estes valores correspondem a valores médios para o Estado, havendo portanto variações que dependem basicamente da localização, condições de infra-estrutura, uso e qualidade da terra.

De um modo geral, as propriedades com benfeitorias, exceto aquelas com área superior a 242 hectares, sofreram valorização em termos reais no período 1975-79. As propriedades com área entre 72,60 e 242,00 hectares foram as que mais se valorizaram; isto equivaleria a uma capitalização anual de 8,7%, ou seja, apenas do ponto de vista de aplicação de capital, a propriedade de terras tem se constituído em um bom negócio, particularmente quando a economia brasileira tem experimentado taxas relativamente altas de inflação.

Quanto ao aluguel anual de pasto por hectare, observou-se elevação do seu valor para junho de 1978 (Cr\$922,70/ha) em relação ao mês correspondente ao ano anterior, quando estava cotado a Cr\$619,90; em termos reais, isto equivale a um aumento de 8,4%. Considerado o período do 1975-78, a elevação ocorrida é bem menor, ou seja, 3,8% ao ano. Por outro lado, o aluguel mensal de pasto por cabeça de bovino, em junho de 1978, era cotado a Cr\$61,51, enquanto no mesmo mês do ano anterior era Cr\$43,31, significando uma elevação em termos reais de 3,5%. Esta elevação no aluguel de pasto poderia ser explicada em parte pela substituição de áreas de pastagem por outras explorações e por uma maior procura de pastos. Observa-se, a partir de 1978, uma tendência no sentido de investimento em formação e melhoria das pastagens, face aos estímulos de preços para a atividade pecuária.

É interessante observar como tem evoluído a relação preço da terra e preço do produto agrícola (quadro 29). De um modo geral, a maioria dos produtos melhorou suas relações de troca em 1979, comparativamente ao ano anterior, com exceção da cana-de-açúcar e do leite.

Comparando-se os anos de 1979 com 1975, verifica-se que milho, algodão, laranja, batata, feijão, soja e café melhoraram sua relação de troca, exigindo menos unidades para a aquisição de terra, sobretudo pela elevação de preços em decorrência da estiagem.

De um modo geral, para 1979/80, espera-se uma pequena elevação nos valores reais dos diversos tipos de terra no Estado de São Paulo, razão do enfoque que vem sendo dado pelo novo Governo Federal ao setor agrícola e que se reflete no conjunto de medidas de política econômica para esse setor. Particularmente, espera-se também uma elevação no valor de arrendamento de terras para lavouras e nos alugueis de pasto.

Antonio José Braga do Carmo

(IEA, 02/07/79)

QUADRO 26.- Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo, 1975-79 (1)

Item	1975	1976	1977	1978	1979
Terra de primeira					
Cr\$/ha(2)	10.270	15.020	22.080	29.783	35.385
Cr\$/ha(3)	27.369	30.142	30.373	29.783	24.788
Índice(4)	100	110	111	109	91
Terra de segunda					
Cr\$/ha(2)	7.690	11.200	16.180	22.855	32.316
Cr\$/ha(3)	20.493	22.476	22.257	22.855	22.647
Índice(4)	100	110	109	111	110
Terra para pastagens					
Cr\$/ha(2)	6.520	9.520	12.520	17.723	27.464
Cr\$/ha(3)	17.375	19.104	21.349	17.723	19.247
Índice(4)	100	110	123	102	111
Terra para reflorestamento					
Cr\$/ha(2)	5.120	6.880	9.340	14.082	21.828
Cr\$/ha(3)	13.644	13.807	12.848	14.082	15.297
Índice(4)	100	101	94	103	112
Terra de campo					
Cr\$/ha(2)	4.290	6.240	8.120	12.077	20.507
Cr\$/ha(3)	11.342	15.522	11.170	12.077	14.371
Índice(4)	100	137	98	106	127

(1) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1978, deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1978. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 27. - Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1975-78 (1)

Ano	Em dinheiro			Espécie							
	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
				15kg/ha (5)	Índice (6)	25kg/ha (5)	Índice (6)	60kg/ha (5)	Índice (6)	60kg/ha (5)	Índice (6)
1975	504	1.448	100	19,7	100	16,6	100	8,1	100	11,3	100
1976	760	1.496	103	18,0	91	16,0	96	10,0	123	19,0	168
1977	986	1.396	96	17,0	86	16,0	96	9,0	111	15,0	133
1978	1.447	1.447	100	18,9	96	20,1	126	9,7	120	15,3	135

(1) Informações coletadas em novembro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de novembro de 1978, pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1978. Base de comparação: 1975 = 100.

(5) Média do Estado, ponderada pela produção em cada DIRA.

(6) Índice simples. Base de comparação: 1975 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 28.- Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho das Propriedades, Estado de São Paulo, 1975-79 (1)

Item	1975	1976	1977	1978	1979
Inferior a 7,26ha					
Cr\$/ha <sup>(2)</sup>	16.390	22.910	34.340	49.711	73.159
Cr\$/ha <sup>(3)</sup>	43.676	45.973	47.365	49.711	51.263
Índice <sup>(4)</sup>	100	105	108	114	117
De 7,26 a 24,20ha					
Cr\$/ha <sup>(2)</sup>	11.720	17.820	26.080	39.545	58.612
Cr\$/ha <sup>(3)</sup>	31.231	35.759	35.873	39.545	41.069
Índice <sup>(4)</sup>	100	114	115	127	131
De 24,20 a 72,60ha					
Cr\$/ha <sup>(2)</sup>	11.250	15.220	22.050	33.719	46.520
Cr\$/ha <sup>(3)</sup>	29.799	30.542	30.384	33.719	32.597
Índice <sup>(4)</sup>	100	102	102	113	109
De 72,60 a 242ha					
Cr\$/ha <sup>(2)</sup>	9.830	13.180	19.230	29.132	52.284
Cr\$/ha <sup>(3)</sup>	26.195	26.448	26.451	29.132	36.635
Índice <sup>(4)</sup>	100	101	101	111	140
Superior a 242ha					
Cr\$/ha <sup>(2)</sup>	8.430	11.410	17.210	24.917	32.348
Cr\$/ha <sup>(3)</sup>	22.465	22.896	23.672	24.917	22.669
Índice <sup>(4)</sup>	100	102	105	111	101

(1) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1978, pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1978. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 29. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Hectare de Terra, Estado de São Paulo, 1975-79 <sup>(1)</sup>

Produto	Unidade	Unidades necessárias para compra de um hectare				
		1975	1976	1977	1978	1979 <sup>(2)</sup>
Cafê	sc.60kg	17,41	7,71	8,83	15,68	11,06
Cana-de-açúcar	t	127,53	130,52	131,43	143,17	168,50
Milho	sc.60kg	213,96	258,97	324,71	225,90	208,15
Algodão	15kg	285,28	187,75	250,91	246,14	228,29
Laranja	cx.40kg	1.283,75	1.251,67	736,00	827,31	693,82
Arroz	sc.60kg	79,00	150,20	146,46	119,13	93,12
Potata	sc.60kg	137,48	117,34	119,35	114,99	95,64
Feijão	sc.60kg	57,06	33,91	44,16	59,57	54,44
Soja	sc.60kg	123,73	136,55	129,88	138,91	117,95
Carne bovina	15kg	34,32	68,00	63,23	51,37	39,23
Leite	1.000l	3,00	5,12	4,64	4,67	5,26

<sup>(1)</sup> Para produtos vegetais o valor da terra refere-se à terra de primeira, sem benfeitorias. Para pecuária, refere-se à terra de pastagem.

<sup>(2)</sup> Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Sementes

No ano agrícola 1978/79, as vendas de sementes das culturas anuais de maior importância econômica, distribuídas pela Secretaria da Agricultura (melhoradas) e firmas particulares (certificadas) para plantio no Estado de São Paulo, apresentaram variações significativas em relação ao período anterior (quadro 30).

A maior variação ocorrida foi para feijão (178,6%), devido em grande parte às sementes certificadas, além do aumento significativo das vendas efetuadas pela Secretaria da Agricultura. Os preços de mercado considerados satisfatórios, além do subsídio dado com o objetivo de incrementar o plantio a nível empresarial foram as razões apontadas para explicar este fato.

Para a soja, o acréscimo de 37,7% foi devido à maior venda pelas firmas particulares (+99,3%), já que houve declínio naquelas realizadas pela Secretaria da Agricultura (-36,6%). Conforme o terceiro Levantamento de Estimativas de Previsões de Safras do IEA (fevereiro/79), a cultura de soja em 1978 apresentou uma retração na área cultivada, em relação ao ano anterior (-2,4%). Dado o acréscimo no total de vendas de sementes para o ano agrícola, deduz-se que o volume de sementes de soja adquiridas usualmente de outros estados (PR e RS) tenha sido menor que em anos anteriores.

O terceiro maior acréscimo aconteceu para o amendoim (+26,8%), decorrente do aumento verificado na área de plantio desta oleaginosa; 25,7% para o amendoim da seca e 8,1% para o das águas. Novamente, observou-se nesta safra nítida falta de semente, levando muitos agricultores a utilizarem sementes próprias, nem sempre recomendáveis.

Para o plantio de milho, as vendas de sementes de híbrido apresentaram acréscimo de 26,7%, enquanto que para o milho variedade ocorreu uma queda de 10,5%. Somadas as quantidades de sementes híbrida e variedade, constatou-se comparativamente ao ano anterior acréscimo de 25,2%, relacionados à expansão de área plantada de 13,9%, evidenciando maior utilização de sementes melhoradas.

Dados os totais das vendas de sementes, estimativas de áreas cultivadas, e as recomendações técnicas de plantio, pode-se deduzir a percentagem de uso de sementes produzidas e/ou certificadas pela Secretaria da Agricultura em relação ao total. Assim, tem-se para a cultura de amendoim 18,0%; para o arroz, 50,8%; feijão, 9,5%; milho híbrido e variedade, 90,0%; soja, 34,0%; e trigo, 20,3%.

Muitas destas culturas utilizam sementes fiscalizadas, provenientes de outros estados, como a soja e trigo, ou oriundas de um sistema de produção de sementes realizado por Cooperativas, que não recebem o atestado de certificação. Para as culturas de feijão, amendoim, e em menor proporção para o arroz, os produtores selecionam e armazenam os grãos de melhor qualidade para o plantio da nova safra.

A disponibilidade de sementes para o plantio na safra 1979/80, produzidas em campos de cooperação e fiscalizadas pela Secretaria da Agricultura, é estimada em: algodão, 957.668 sacas de 30kg; amendoim, 513.192 caixas de 20kg; arroz, 112.078 sacas de 50kg; feijão, 56.462 sacas de 50kg; mamona, 2.500 sacas de 30kg; milho híbrido, 150.573 sacas de 50kg; milho variedade, 24.300 sacas de 50kg; soja, 142.493 sacas de 50kg; trigo, 250.000 sacas de 50kg; centrosema, 2.000 sacos de 1kg; centeio, 500 sacas de 50kg; colonião, 70.000 sacos de 1kg; crotalária, 1.500 sacas de 50kg; dolichos, 1.500 sacas de 50kg; galactia, 2.000 sacos de 1kg; guandú, 800 sacas de 50kg; mucuna, 2.200 sacas de 50kg; quiabo, 1.500 sacos de 1kg; soja perene, 4.000 sacas de 50kg.

Em relação à disponibilidade de sementes certificadas pelas firmas particulares para o plantio em 1979/80, estimam-se: amendoim, 312.000 sacas de 40kg; arroz, 45.000 sacas de 40kg; crotalária, 6.830 sacas de 40kg; feijão, 6.900 sacas de 40kg; milho híbrido, 1.202.000 sacas de 40kg; milho variedade, 96.500 sacas de 40kg; soja, 559.500 sacas de 40kg; trigo, 85.293 sa cas de 40kg.

Dentre as recentes medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, a que se refere à aquisição de sementes melhoradas até 180 dias antes da apresentação da proposta às entidades de crédito, poderá incrementar o uso deste insumo, já que o produtor terá melhores condições de compra.

Ana Maria Futino

(IEA, 02/07/79)

QUADRO 30. - Vendas de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura (Melhoradas) e Firmas Particulares (Certificadas), Safra 1977/78 e 1978/79<sup>(1)</sup>

Semente	Unidade <sup>(2)</sup>	Melhorada		Variação percentual	Certificada		Variação percentual	Total		Variação percentual
		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79	
Algodão	sc.30kg	434.139	320.442	-26,2	-	-	-	434.139	320.442	-26,2
Amendoim	cx.20kg	148.646	171.755	15,6	16.784	37.968	126,2	165.430	209.723	26,8
Arroz	sc.50kg	105.666	68.253	-35,4	11.952	7.255	-39,3	117.618	75.508	-35,8
Feijão de mesa	sc.50kg	16.326	43.424	166,0	76	2.265	2.880,3	16.402	45.689	178,6
Milho	sc.50kg	112.246	111.316	-0,8	273.480	377.501	38,0	385.726	488.817	26,7
Milho variedade	sc.50kg	9.981	8.929	-10,5	6.324	5.669	-10,4	16.305	14.598	-10,5
Soja	sc.50kg	80.678	51.114	-36,6	97.228	193.814	99,3	177.906	244.928	37,7
Trigo	sc.50kg	189.478	134.620	-29,0	41.146	36.209	-12,0	230.624	170.829	-25,9

<sup>(1)</sup> Até 31/12/78.

<sup>(2)</sup> Os dados referentes às firmas particulares, em sacos de 40kg, foram transformados para estas unidades.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

## - Defensivos

A tendência do mercado consumidor brasileiro de defensivos vem se mantendo crescente nos últimos anos. No período 1970/74, o consumo aumentou em 155,0%, passando de 39.469 para 100.674 toneladas. Em 1975 e 1976, ocorreram declínios que foram recuperados no ano seguinte, com o consumo alcançando a cifra de 78.357t, das quais 33,5% foram de produção nacional. Do consumo total aparente do ano de 1977, 33.846t foram de inseticidas, 24.584t de fungicidas e 19.926t de herbicidas, das quais 30%, 48% e 22%, respectivamente, corresponderam à produção nacional.

Em 1978, o consumo aparente cresceu 13% em relação a 1977, sendo que do total de 88.529t, 46% foram de produção nacional, onde 49% corresponderam a inseticidas, 37% a fungicidas e 14% a herbicidas.

Destaque especial deve ser dado aos herbicidas, cuja utilização nos últimos anos vem apresentando altas taxas de crescimento, devido, principalmente, a um maior uso, nas culturas de maior expressão econômica, acompanhadas de expansão das áreas cultivadas. Segundo o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SINDAG), o uso de herbicidas por cultura está assim distribuído: soja, 27%; cana-de-açúcar, 20%; pastagens, 11%; café, 9%; trigo, 5%; algodão, 4%; e outras 24%. Em 1978, a produção nacional de herbicidas foi de 5.541t.

Em termos de importação de defensivos, o Brasil tem adquirido valores cada vez mais elevados, pois, embora fosse esperado que no ano de 1978 a indústria brasileira fornecesse quase metade do consumo nacional, o valor das compras externas foi avaliado entre US\$175 milhões e US\$180 milhões, comparável aos montantes registrados, anualmente, a partir de 1975. As importações brasileiras são oriundas de 30 países, porém, as realizadas nos EUA, Alemanha Ocidental, Holanda e Suíça correspondem a 80,0% do total (quadro 31).

De acordo com os dados disponíveis até setembro de 1978, prevê-se que as metas preconizadas em 1975 pelo Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) serão atingidas sem maiores dificuldades. Essas metas previam para 1980 produção interna de 123.516t, ou seja, crescimento de 450,0% comparado com 1974 e cuja revisão, em 1977, passou para 97.610t. Segundo o mesmo PNDA, a expansão da oferta interna de defensivos agrícolas, no período de 1975-80, deverá proporcionar uma economia acumulada de divisas, superior a US\$400 milhões. Das indústrias com projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), 10 já estavam em operação em 1978 e está previsto o início de mais duas no corrente ano. Outras três, utilizando recursos próprios, já estavam produzindo em 1978.

A política governamental brasileira, visando acelerar o processo industrial e assim diminuir a dependência externa, concede às indústrias locais, além da isenção das taxas de importação de produtos formulados, matérias-primas e componentes de reação, também isenção de depósito compulsório, de ICM e do IPI para aquisição de produtos, máquinas e equipamentos destinados à construção de novas fábricas e ampliações.

Comparando-se o valor das vendas de 1978 com o do ano anterior, observa-se um aumento de 35,0%. O valor por tonelada de princípio ativo dos diversos defensivos cresceu na mesma proporção (quadro 32), com os maiores aumentos para inseticidas (61,6%) e acaricidas (58,8%).

Juntos Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo respondem por cerca de 75,0% do consumo nacional, distribuídos equitativamente. No Rio Grande do Sul, 95,0%, ou até mais, dos defensivos utilizados são para as lavouras de soja, arroz e trigo. O Paraná, além dessas, tem também no café um grande consumidor de defensivos. Em São Paulo, o consumo se acha distribuído

entre um maior número de culturas.

Em 1978, a aplicação de defensivos reduziu-se, principalmente para café e trigo, devido à seca do 1º semestre. Também no Rio Grande do Sul, o clima bastante frio forneceu boas condições para o desempenho da cultura do trigo, dispensando em grande parte a utilização de defensivos. Para as culturas de soja, milho e algodão ocorreu também queda na utilização de defensivos, devido ao prolongamento da estiagem no período precedente ao plantio.

Em relação ao custo operacional total de algumas culturas no Estado de São Paulo, o gasto com defensivos corresponde em média a: 27,8% para laranja; 24,6% para batata; 24,0% para tomate; 16,9% para feijão das águas; 14,0% para algodão; 12,5% para soja; 9,3% para amendoim; 8,1% para café; e 5,8% para cana.

Apesar do êxito que se tem observado na aplicação de defensivos no combate às pragas e doenças das lavouras, o seu emprego desordenado vem causando sérios danos à saúde humana e à ecologia. Os problemas causados pela pequena rigidez no controle sobre a introdução, comercialização e emprego dos preparados químicos nas culturas, e também o despreparo dos agricultores sobre a sua utilização têm feito com que recrudescam os registros de envenenamentos, doenças graves e mortes de pessoas e animais. Daí as diversas campanhas feitas pela Associação Nacional de Defensivos (ANDEF) e Ministério da Agricultura, que têm como objetivo orientar os lavradores para a melhor utilização dos defensivos, não são em termos de cuidados com a saúde, mas em termos de dosagens adequadas e recomendadas economicamente.

Neilma Lúcia Heiffig

(IEA, 02/07/79)

QUADRO 31. - Consumo Aparente de Defensivos Agrícolas no Brasil, em Volume Físico, 1970-78  
(em tonelada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
<b>Inseticida</b>									
Importação	15.059	16.264	19.894	21.623	30.793	26.187	20.762	23.794	22.827
Produção nacional	13.247	10.959	14.005	16.271	14.454	15.616	7.738	10.052	19.927
Subtotal	28.306	27.223	33.899	37.894	45.247	41.803	28.500	33.846	42.754
<b>Fungicida</b>									
Importação	6.107	8.574	20.446	30.792	32.929	4.994	7.305	12.682	7.760
Produção nacional	1.640	2.939	4.250	6.150	7.558	9.245	9.328	11.903	15.153
Subtotal	7.747	11.513	24.696	36.942	40.487	14.239	16.633	24.585	22.913
<b>Herbicida</b>									
Importação	3.416	5.037	4.888	9.018	14.114	20.718	22.767	15.595	17.318
Produção nacional	-	-	-	450	826	1.700	1.500	4.331	5.541
Subtotal	3.416	5.037	4.888	9.468	14.940	22.418	24.267	19.926	22.859
<b>Subtotal</b>									
Importação	24.582	29.875	45.228	61.433	77.836	51.899	50.834	52.071	47.905
Produção nacional	14.887	13.898	18.255	22.871	22.838	26.561	18.566	26.286	40.621
<b>Total geral</b>	<b>39.469</b>	<b>43.773</b>	<b>63.483</b>	<b>84.304</b>	<b>100.674</b>	<b>78.460</b>	<b>69.400</b>	<b>78.357</b>	<b>88.528</b>

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 32. - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos no Brasil, no Período 1976-78

Classe	Quantidade (t)			Princípio ativo			Valor (Cr\$1.000)		
	Volume físico <sup>(1)</sup>			Princípio ativo			Valor (Cr\$1.000)		
	1976	1977	1978	1976	1977	1978	1976	1977	1978
Inseticida	136.349	135.875	113.639	24.780	26.864	23.658	1.456.860	2.869.561	4.082.250
Acaricida	3.414	3.257	4.247	926	1.119	1.782	89.918	115.768	292.841
Formicida	10.653	8.892	11.648	1.766	987	1.277	114.893	144.208	242.820
Fungicida	23.872	28.421	25.927	15.392	19.160	16.250	569.121	1.198.319	1.443.903
Herbicida	28.529	29.291	27.947	14.284	14.561	12.988	1.844.824	2.441.229	3.081.487
Total	202.817	205.736	183.408	57.148	62.691	55.955	4.075.616	6.769.085	9.143.301

(<sup>1</sup>) Defensivo na forma comercial.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos do Estado de São Paulo (SINDAG).

IEA

# 4

MERCADOS DE  
PRODUTOS

#### 4 - MERCADOS DE PRODUTOS

##### - Cebola

##### - Panorama internacional

Na Europa, durante 1978/79, os preços da cebola apresentaram-se ligeiramente mais altos do que em 1977/78, tendo-se registrado, contudo, uma relativa abundância de produto de no vas origens.

O produto holandês, que apresenta relevância nas importações dos demais países da CEE (46% a 53% em volume e de 51% a 63% em valor), foi responsável pela alta dos preços, dada sua menor oferta.

Durante o auge da safra de 1978, foi cotada nos principais mercados alemães em DM 7,63/sc. de 25kg (Cr\$4,12/kg), enquanto que no mesmo período no ano anterior atingiu DM 6,37/sc. de 25kg (Cr\$3,50/kg).

Apesar de a Espanha ser o maior País produtor europeu, suas exportações para o referido bloco são bem menores. A colheita de 1978/79 foi avaliada em 790,2 mil toneladas contra 1.004 mil toneladas do ano anterior. Em 1977/78 exportou 195 mil toneladas contra 179,0 em 1976/77.

A Alemanha Ocidental é o grande importador da Europa, produzindo apenas de 5% a 10% de suas necessidades. A Inglaterra é o segundo tradicional País importador.

A Argentina produziu no presente ano agrícola 210 mil toneladas contra 180 mil toneladas do ano anterior, o que representa uma cifra 5% superior à média dos 5 anos anteriores. O Chile obteve também boa safra.

No contexto internacional, o Brasil, importador eventual, na medida em que realoca sua produção visando maior produtividade e menores custos e se adapta aos padrões internacionais de apresentação e qualidade, poderá vir a exportar parte de sua produção.

##### - Situação interna

A produção brasileira de cebola vem crescendo na presente década a uma taxa superior à da população, entretanto, em algumas ocasiões há falta do produto no mercado, fazendo-se a com plementação com o produto importado.

Nos últimos anos, a atividade tendeu a se concentrar em regiões distintas do País, des locando-se dos tradicionais pólos de produção. As regiões de Piedade (SP) e Alto Vale do Ita-

jaí (SC) passaram a figurar entre as principais em expansão, sendo que a primeira vem obtendo os maiores índices de produtividade do País.

Em ambas as regiões conjugaram-se, além de condições de infra-estrutura creditícia, de transporte e de assistência técnica, condições regionais de clima e solo, facilidade de irrigação e regime de pequena propriedade. O Alto Vale do Itajaí conta com condições adicionais de chuvas normalmente bem distribuídas, e Piedade com a proximidade do mercado.

A produção do médio São Francisco, marcada por uma sucessão de altos e baixos, vem mantendo uma produtividade variável, mas elevada; porém, em 1978 a produção foi menor que as de 1977 e 1976, grande parte em razão de problemas fitossanitários enfrentados pela cultura (quadro 33).

As remessas deste produto para o Centro-Sul, em 1978, foram mais intensas para o Rio de Janeiro e esporádicas para São Paulo, com preços superiores aos dos dois anos anteriores.

Os acréscimos verificados na produção de "claras", que são comercializadas de junho a setembro/outubro e com predominância das regiões de São José do Rio Pardo e Monte Alto (SP), foram muito mais devido aos ganhos de produtividade, do que propriamente em decorrência do aumento de área plantada.

Na DIRA de Campinas, que engloba a região de São José do Rio Pardo, de 1977 a 1978 a área plantada aumentou 5% e a produtividade 1,4t/ha. Na DIRA de Ribeirão Preto, onde se localiza a região de Monte Alto, conquanto se tenha mantido a área plantada, no mesmo período a produtividade também aumentou 1,4t/ha (quadro 34).

Além da adoção de melhores práticas de adubação e emprego de sementes mais produtivas, o grande incremento verificado no rendimento agrícola nestas regiões decorre do melhor espaçamento propiciado pelo uso de melhores práticas de irrigação, graças aos grandes investimentos realizados.

Os preços do produtor, durante este período, foram bastante favoráveis, sendo lícito esperar grande incremento na evolução da produção e produtividade das "claras" no ano agrícola em curso.

A safra de "mudas", conhecida como "pera do estado", vem crescendo nos últimos anos em importância relativa na DIRA de Sorocaba e, de modo particular, na região de Piedade.

De 1977 para 1978, registrou-se nesta DIRA aumento de 4% na área plantada, enquanto a produtividade cresceu 3,1t/ha, constituindo-se em recorde nacional; a produção de cebola de "mudas" da DIRA de Sorocaba cresceu 19,2 mil toneladas no referido período.

Durante a comercialização da safra de "pera do estado", que se estendeu de setembro a fevereiro, os preços recebidos pelos produtores foram desfavoráveis, atingindo, nos meses de dezembro a janeiro, valores abaixo dos custos, com problemas generalizados entre mutuários e bancos financiadores.

De 1978 para 1979, na DIRA de Sorocaba, a produção de "soqueira" aumentou de 79,5 mil toneladas para 97,2 mil toneladas, enquanto que a produtividade subiu 1,8t/ha, atingindo 17,1t/ha e superando o recorde nacional. A produção estadual de "soqueira", neste mesmo período, subiu de 80,8 mil toneladas para 100,1 mil toneladas, somente não causando um desastre à comercialização, devido à frustração da colheita da safra nordestina.

Os preços em 1978 foram afetados por uma série de fatores: as safras 1977/78 sul-rio-grandense e catarinense foram incomumente breves, ocorrendo período de falta do produto em abril de 1978, quando os preços elevaram-se a termos nunca observados, com grande parte dos produtores de "soqueira", inclusive, colhendo o produto ainda em crescimento. Este fato reduziu o volume da safra, de forma a forçar antecipação da colheita de "claras". Uma primeira importação foi realizada no fim do 1º semestre, arrefecendo um pouco o mercado, para evitar uma no-

va explosão dos preços. Com reduções sucessivas de colheita e pouca presença do produto nordestino, novamente os preços apresentaram tendência altista, a exemplo do ocorrido no primeiro semestre. Os elevados preços da "soqueira" pesaram positivamente na decisão de plantio de ce bola em muitas outras regiões, onde a cultura tinha tradicionalmente pequena expressão; zonas consumidoras passaram a grandes ofertantes, destacando-se diversas regiões do Paraná, Santa Ca tarina, Sul de Minas e outras menores em São Paulo.

Uma nova importação do produto feita em outubro e o excesso de oferta a partir desta é poca inverteram a tendência dos preços (quadro 35).

Para as próximas safras não há perspectivas favoráveis de grande rentabilidade. Consi derando-se as características da demanda deste produto, resta a possibilidade de se redimensionar a produção em função do consumo, o que poderá acontecer de forma indesejável com inevitável retrocesso na tendência de elevação da produtividade e adoção de técnicas, visando reduzir os custos.

Paulo Augusto Wiesel

(IEA 04/07/79)

QUADRO 33. - Evolução da Produção da Cebola em Alguns Estados, Brasil 1976-79

Estado	Produção (mil toneladas)				Produtividade (t/ha)			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Pernambuco	69,7	70,7	53,4	49,2	12,3	13,0	10,2	...
São Paulo	161,6	171,2	224,8	...	10,5	12,1	13,9	...
Santa Catarina	42,9	49,8	47,1	104,1	7,2	7,3	8,2	9,7
Rio Grande do Sul	135,7	148,2	118,5	150,7	6,8	6,6	6,0	6,7
Brasil	430,1	489,0	490,2	...	8,8	8,4	8,7	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

QUADRO 34. - Produtividade da Cultura da Cebola nas Principais Regiões Produtoras, Estado de São Paulo, 1977-79  
(em t/ha)

Região	Cultura de muda		Cultura de soqueira		
	1977	1978	1977	1978	1979
Sorocába	13,5	16,6	13,9	15,3	17,1
Campinas	9,9	11,3	-	-	-
Ribeirão Preto	7,7	9,2	-	-	-
Estado	11,1	13,5	13,7	14,7	15,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 35. - Índices dos Preços de Cebola Recebidos pelos Produtores e no Mercado Varejista Paulista, Estado de São Paulo, 1978/79 (1)

Ano e mês	Varejo	Produtor				Média do Estado
		DIRA Sorocába		DIRA Campinas (clara)	DIRA Ribeirão Preto (clara)	
		Soqueira	Muda			
1978						
Mai.	-	204	-	-	-	198
Jun.	165	136	-	129	121	133
Jul.	205	182	-	233	199	195
Ago.	175	-	-	172	178	118
Set.	143	-	-	181	-	161
Out.	93	-	54	48	-	54
Nov.	66	-	45	-	-	46
Dez.	63	-	52	-	-	52
1979						
Jan.	77	-	57	-	-	60
Fev.	73	-	60	-	-	58
Mar.	90	-	-	-	-	76
Abr.	88	74	-	-	-	65
Mai.	94	-	-	-	-	-

(1) Base 100 = média móvel dos meses do período 1973-78.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## - Batata

### - Panorama internacional

Adversidades climáticas, eventos econômicos e o elevado consumo per capita nos países desenvolvidos tornam importante o comércio internacional de batata, que ultrapassou em 1976 a casa de 1 bilhão de dólares, sobressaindo a Holanda, Estados Unidos, Polônia, Itália e Canadá entre os principais países exportadores. A produção mundial cresce à pequena taxa, 2% em 1978 comparada à de 1977, mas resultando em um acréscimo da ordem de 5,5 milhões de toneladas. Os países que mais responderam por este aumento foram URSS, Polônia e Estados Unidos. Esta cultura, no bloco oriental, encontra-se em notável expansão como produtora de ingredientes para ração, mas com pequena expressão na oferta mundial de alimentos para consumo humano.

Diversos países como Canadá, Japão, México e Argentina, entretanto, registraram diminuição de produção em 1978, tendo sido em grande parte supridos pela produção estadunidense, cuja parcela exportada totalizou 141,2 mil toneladas, contra 310,2 mil toneladas em 1977.

### - Situação interna

Sem a ocorrência de substanciais alterações nos principais instrumentos de política de produção (importação de sementes, crédito rural, impostos e subsídios, inclusive a produtos substitutos ou complementares), a produção de batata transcorreu sem maiores novidades no período de agosto/1978 a julho/1979.

A especialização da cultura em função da estacionalidade climática e das características do meio-ambiente, no decorrer desses anos, determinou, no Centro-Sul, o aparecimento de três modalidades de cultivo: águas, seca e inverno.

Enquanto, nos últimos 16 anos, a produção nacional de batata encontra-se em expansão, com um crescimento médio anual da ordem de 45 mil toneladas, em São Paulo encontra-se estabilizada. Há, entretanto, tendência a um maior desenvolvimento da cultura de inverno, na qual se registra sensível aumento de produtividade, enquanto a área plantada é praticamente a mesma. A rentabilidade econômica, a viabilidade em relação ao clima regional e a disponibilidade de novas terras mecanizáveis, com possibilidade de irrigação, vêm determinando a tendência da regionalização da cultura de "inverno" em São Paulo, para suprir o País em época em que a mesma não pode ser economicamente realizada nas demais regiões produtoras, devido à ocorrência de geadas.

A cultura de "inverno" apresenta tendência a se concentrar na DIRA de Sorocaba, que responde aproximadamente pela metade da produção desta modalidade no Estado. Atualmente, nas DIRAs de São Paulo e Vale do Paraíba, outrora importantes regiões produtoras, esta cultura se acha bastante reduzida, em função do encarecimento das terras, devido à expansão de empreendimentos imobiliários, dificuldades de obtenção de novas áreas de plantio e risco de geadas. A DIRA de Campinas, por sua vez, vem apresentando bom desenvolvimento da cultura de inverno (quadro 36).

O notável incremento de produtividade que esta cultura vem apresentando é, em grande parte, decorrente da incorporação de técnicas de irrigação, emprego de sementes certificadas e uso de variedades mais produtivas e de melhores qualidades agrônomicas.

Em 1978, a safra paulista de "inverno" apresentou-se 25% superior à de 1977, como consequência dos preços verificados naquele ano, e foi a principal responsável pelo abastecimento

dos principais centros consumidores do País. Observa-se que a produção mineira desta atividade vem se expandindo significativamente. Porém, os preços verificados, quando da comercialização, foram considerados bastante desestimulantes a nível de produtor (quadro 37).

No início do período da safra de "inverno", o mercado foi suprido pelas variedades "comuns" (hidra, achat, ômega, estima, porta), ao passo que, no final do período, registrou-se grande oferta de "lisas", notadamente da região de Itapetininga.

A oferta de batatas "comuns" do Paraná, neste período, remanescente da produção da "seca", ficou bastante prejudicada pela ocorrência de geadas nos estágios precoces da cultura, além da seca no período de vegetação. Estas condições climáticas adversas determinaram um pequeno desenvolvimento dos tubérculos, e o bom suprimento do mercado não lhes permitiu condições de concorrência.

A produção das "águas", normalmente ofertada de janeiro a maio (neste ano prolongando-se até junho), neste Estado vem apresentando tendência de estagnação, em função do deslocamento da cultura para regiões que proporcionam melhor rendimento, notadamente o Sul de Minas.

Se bem que em menor escala que a cultura de "inverno", os índices de produtividade da batata das "águas", em São Paulo, têm apresentado algum crescimento, alcançando em 1978 cerca de 15 toneladas por hectare.

A participação paulista no abastecimento, no período do produto das "águas", nos principais centros de consumo do País, não atingiu a cifra de 25%, ficando este ano o suprimento do mercado a cargo, notadamente, da produção sul-mineira, a qual estendeu-se até junho no presente ano.

Nos primeiros meses da safra, os preços estavam normalizados; todavia, apresentaram baixas que se acentuaram no decorrer do período. A baixa dos preços, que atingiu mais a DIRA de Campinas, grande produtora de variedades "comuns", foi decorrente tanto de um plantio excessivo, como da grande oferta oriunda do Sul de Minas, retardada por motivos climáticos (quadro 38).

Tal excesso persistiu ainda em junho, com a oferta de tubérculos provenientes do plantio de setembro-outubro, de péssimas qualidades culinárias. À baixa dos preços, quando da comercialização desta principal safra do Sul de Minas, possibilitando aos produtores apenas saldarem seus compromissos, fez persistir no final da safra muitos casos de atraso nas dívidas de financiamento. Na ausência de um instrumento adicional de incentivo à cultura, poderão haver redução do próximo plantio de agosto a outubro.

Na presente safra das "águas", a variedade delta, de procedência paranaense, não foi, praticamente, ofertada, numa repetição dos efeitos da seca do ano anterior. Em um ano de chuvas normais, provavelmente, teria havido ocorrência de excedentes, tal como em 1974/75.

Devido à intensa corrente migratória de produtores de várias regiões paulistas para o interior do Paraná (Guarapuava, Castro e outras), na presente década, a cultura da "seca" em São Paulo vem apresentando marcante tendência de redução de área, e o aumento de produção se faz à custa de intenso crescimento da produtividade. A produção paulista da "seca" procede, praticamente, das DIRAs de Sorocaba, São Paulo e Campinas, com tendência a se concentrar nas duas primeiras.

Na safra da "seca" de 1978, os preços recebidos pelos produtores foram estimulantes (quadro 39) não se refletindo, contudo, numa alta rentabilidade da cultura. Com a estiagem ocorrida, a produção na região de Castro, Ponta Grossa e Guarapuava somente foi possível com o uso de irrigação, praticamente durante todo o período de vegetação, aumentando acentuadamente os custos.

No presente ano, uma oferta acentuada determinou preços bastante baixos. A ocorrência

da prolongada estiagem, seguida de chuva abundante no Sul do País, determinou, na região de Guaruapuava e também em Castro e Ponta Grossa, a produção de artigos com relativa porcentagem de classes inferiores (boneca e diversa), de má qualidade. Entretanto, cerca de dois terços da safra foram de ótima aparência e qualidade.

Em julho, final do período de oferta deste produto, os preços deverão se elevar, dada a expectativa de falta da batata de "inverno", em decorrência dos efeitos das geadas de outono.

Considerando-se a influência do nível dos preços deste período agrícola no plantio do ano seguinte, seria ilícito esperar uma redução de área na cultura de inverno de 1979 e, por conseguinte, uma elevação no nível dos preços em julho-agosto. As geadas ocorridas em início de junho acentuaram estas perspectivas.

A partir de setembro, deverá ocorrer uma tendência de retorno à normalidade dos preços, em virtude da colheita da batata plantada após a geada. A abundante disponibilidade de sementes permite este prognóstico animador, caso sejam agilizadas operações de financiamento.

Quanto às próximas produções, esperam-se relevantes modificações, decorrentes das mudanças anunciadas nos instrumentos de política. Caso seja confirmada a diminuição do subsídio do trigo, haverá maior procura por outros amiláceos para fabricação do pão, resultando em maior consumo de batata.

Este aumento da procura deverá refletir-se em vigoroso aumento da receita bruta, acompanhada de grande expansão para todo o setor, compreendendo a produção, a comercialização e a industrialização.

A não sincronização dos eventos, ou o recuo na consecução das etapas, poderá resultar no surgimento de excedentes e graves transtornos para a produção, uma vez que não há experiência nem estrutura montada para a exportação de grandes excedentes de batata.

Paulo Augusto Wiesel

(IEA, 04/07/79)

QUADRO 36. - Área Plantada de Batata, Estado de São Paulo, 1976/77 a 1978/79

(em 1.000ha)

DIRA	Das águas			Da seca			De inverno		
	1976/77	1977/78	1978/79	1976/77	1977/78	1978/79	1975/76	1976/77	1977/78
São Paulo	2,9	3,3	3,0	2,3	2,2	2,1	2,4	0,8	1,0
Vale do Paraíba	0,5	0,4	0,4	0,2	0,2	0,3	1,2	0,5	0,6
Sorocaba	5,2	5,3	5,6	3,8	4,6	4,9	2,2	2,2	2,3
Campinas	3,4	3,7	3,2	1,7	1,9	2,0	1,2	1,3	1,7
Ribeirão Preto	-	-	-	0,9	0,9	0,3	0,6	0,2	0,6
Bauru	0,1	0,2	0,1	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1
São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	-	-	0,1	-	-	-	-	-	-
Marília	0,2	0,1	0,6	0,4	0,4	-	0,4	0,2	0,1
Estado	12,3	13,0	13,0	9,3	10,2	9,7	8,1	5,3	6,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 37. - Índice de Preços Recebidos pelos Produtores de Batata de Inverno, Estado de São Paulo, 1978/79<sup>(1)</sup>

DIRA	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Campinas	-	88	61	82	97
Sorocaba	-	85	74	74	96
Ribeirão Preto	99	81	60	70	-
São Paulo. (Capital)	93	73	75	87	-
Vale do Paraíba	95	81	80	74	-
Estado	97	82	82	80	94

(<sup>1</sup>) Índice 100 = média do mês, no período 1972-77, em termos reais. Deflador = Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 38. - Índice de Preços Recebidos pelos Produtores de Batata das Águas, Estado de São Paulo, 1978/79<sup>(1)</sup>

DIRA	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.
Sorocaba	91	104	90	74
Campinas	102	102	75	71
Estado	95	97	87	79

(<sup>1</sup>) Índice 100 = média do mês, no período 1973-78, em termos reais. Deflador: Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39. - Índice de Preços Recebidos pelos Produtores de Batata da Seca, Estado de São Paulo, 1978/79<sup>(1)</sup>

DIRA	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
Sorocaba	98	77	86	97
Campinas	75	69	99	-
São Paulo	99	94	92	-
Estado	93	82	86	97

(<sup>1</sup>) Índice 100 = média do mês, no período 1973/78, em termos reais. Deflador: Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Arroz

- Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca em 1977/78, estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em maio de 1979, atingiu o recorde de 367,2 milhões de toneladas, correspondendo a um acréscimo de 1% em relação à de 1976/77.

Considerável parcela desse incremento é devida à elevada produção dos países asiáticos, com o desempenho da Índia, Bangladesh e Japão, entre outros, contrabalançando os efeitos climáticos negativos na Indonésia, Tailândia, Birmânia e China.

As estimativas para 1978/79 são de 371,4 milhões de toneladas, inferiores aos 376 milhões das previsões anteriores, contribuindo praticamente todos os países para essa expansão. A China e a Índia deverão produzir, respectivamente, 130 e 80 milhões de toneladas e para a Indonésia, Bangladesh, Japão e Tailândia, as perspectivas são da ordem de 25,3; 20,3; 15,7; e 15,5 milhões de toneladas.

Pequena parcela da produção mundial é destinada ao mercado internacional face ao elevado autoconsumo dos países produtores, sendo que o total transacionado em 1978 está estimado em 8,9 milhões de toneladas. A Tailândia, principal país exportador, diminuiu suas vendas de 2,9 milhões de toneladas em 1977 para 1,6 milhão em 1978. Para 1979, a tendência mundial é de atingir um nível de exportações de apenas 8,4 milhões de toneladas, em função de melhores safras previstas nos países importadores.

Como a oferta deverá ser maior na próxima safra, haverá oportunidade de aumentos dos estoques, os quais estão previstos para 24 milhões de toneladas de produto beneficiado ao final do ano comercial de 1978/79, contra 20,3 milhões em 1977/78.

Face à incerteza quanto à disponibilidade para exportação pela Tailândia, houve, no primeiro semestre de 1978, uma recuperação nos níveis dos preços; assim, a média do período foi de US\$364/t (FOB-Bangkok, arroz com 15% de quebrado), contra US\$235/t em época idêntica de 1977. A partir daí, definida a posição dos países importadores e o volume mundial produzido, observou-se um declínio gradativo dos preços, atingindo a média anual de US\$350/t. Nos seis primeiros meses de 1979, observou-se uma melhora gradual, passando os preços de US\$267/t em janeiro, para US\$303/t em junho.

Como o mercado internacional não oferece grandes perspectivas, mesmo que as condições climáticas favoreçam, o USDA estima que a próxima safra deverá situar-se em torno de 369 milhões de toneladas.

- Situação interna

Por duas safras consecutivas, o Brasil, tradicional produtor de arroz de sequeiro, tem enfrentado sérios problemas diante da vulnerabilidade da cultura e das condições climáticas adversas.

Na safra 1977/78, a produção nacional de arroz em casca atingiu, de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 7.240 mil toneladas, o que equivale a um decréscimo de 19% em relação ao ano anterior, devido à redução de 6% da área e aos efeitos da estiagem (quadro 40).

O Estado de São Paulo participou com 3,4% da produção nacional, com uma área equiva

lente ã plantada no ano anterior, produzindo um volume 32% menor que o obtido naquele ano, devido ã baixa produtividade (720kg/ha).

As previsões da safra brasileira, realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), para 1978/79, evidenciam que a recuperação inicialmente prevista em relação ã safra 1977/78 era apenas aparente, pois na realidade não se estã muito distante do resultado frustrante da última safra. No período de plantio, a CFP previa que a produção brasileira situar-se-ia na faixa de 8,9 a 9,5 milhões de toneladas, mas, com as lavouras sofrendo os efeitos da estiagem nos principais estados do Centro-Sul e das inundações no Norte e Nordeste, as previsões foram recuando até os níveis atuais de 7,8 a 8,0 milhões de toneladas.

O Centro-Sul, embora mantenha uma posição importante em termos nacionais, foi uma região altamente prejudicada, com quebras estaduais de até 50%. Por outro lado, áreas como Minas Gerais e boa extensão de São Paulo tiveram desempenhos altamente satisfatórios, com Índices de produtividade excelentes. Na última previsão para o Estado de São Paulo, observa-se um recuo de área de 5,5% e um incremento de produção da ordem de 48,2%, face ã produtividade média de 1.131kg/ha.

A produção brasileira prevista para o corrente ano, embora um pouco superior ã do ano precedente, não será suficiente para atender ao mercado interno. Assim, a produção (7,8 a 8,0 milhões), acrescida do estoque inicial de 400 mil toneladas, foi considerada insuficiente para suprir o consumo estimado em 8,5 milhões de toneladas. Prevendo um déficit na disponibilidade interna em 1979, da ordem de 100 a 300 mil toneladas de arroz em casca, o Governo optou por importar 700 mil toneladas do produto, visando ao atendimento interno e ã reposição do estoque. Portanto, haverá continuidade nas importações iniciadas em 1978, as quais totalizaram 154 mil toneladas até fevereiro do corrente ano. O fato é que estas safras inconstantes, além de comprometerem o abastecimento interno, contribuem para a instabilidade brasileira no mercado internacional. Em 1978, o País exportou 264 mil toneladas, enquanto em 1979 dificilmente ocorre rao vendas para o exterior.

No mercado interno, a comercialização da safra 1977/78, a partir de março, não determinou baixa nas cotações, fato normal nessa época de início de safra. Constatada a frustração da safra, o Governo a partir de junho instituiu o tabelamento do produto, visando ã contenção dos preços para o consumidor.

Com oferta restrita, mercado firme e preços tabelados, houve dificuldade em atender satisfatoriamente ao abastecimento, forçando o Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA) e principalmente a CFP, a colocarem seus estoques no mercado.

Por sua vez, os níveis estipulados pela tabela, considerados insatisfatórios, sofreram reajustes, situando-se a partir de maio p.p. em Cr\$13,15/kg, para os tipos 1 e 2, no Estado de São Paulo.

Após essa medida, houve uma reação inicial positiva no setor, entretanto; ainda resta a discussão relativa ã viabilidade da tabela para comercialização da safra 1978/79.

No Estado de São Paulo, os preços recebidos pelos produtores estiveram em contínua evolução em 1978; contudo, somente a partir de setembro é que os acrêscimos foram maiores. O preço médio estimado para a corrente safra foi de Cr\$296,80/sc.60kg, em virtude dos preços mais elevados do início do corrente ano (quadro 41).

Por outro lado, apesar das características de risco da cultura, desenvolvida em sistema de sequeiro em 95% da área cultivada no Estado, os resultados obtidos na atual safra foram excelentes em algumas das principais áreas produtoras (São José do Rio Preto e Ribeirão Preto).

Além disso e não obstante a política governamental de contenção dos preços, o nível mêdio de preços atendeu às expectativas dos produtores, principalmente considerando-se que a exploração paulista é basicamente conduzida em pequenas áreas, sem grandes pretensões comer-

ciais.

Esses fatores, somados aos incentivos anunciados pelo Governo Federal relativos a crédito rural e preços mínimos, poderão resultar num acréscimo da ordem de 10% na área a ser plantada em 1979/80.

Sylvia Regina Hellmeister

(03/07/79)

QUADRO 40. - Evolução Comparativa da Área, Produção e Rendimento de Arroz, Brasil, 1974/75 a 1978/79

Ano	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	São Paulo	Centro-Sul	Brasil	São Paulo	Centro-Sul	Brasil	São Paulo	Centro-Sul	Brasil
1974/75	523,7	4.231,0	5.221,7	510,0	6.139,7	7.537,6	974	1.451	1.444
1975/76	620,0	5.491,3	6.587,9	840,0	8.132,9	9.560,4	1.354	1.481	1.451
1976/77	347,0	4.750,1	5.908,8	360,0	7.213,1	8.940,7	1.037	1.518	1.513
1977/78	341,9	4.393,6	5.551,0	246,3	5.583,7	7.242,0	720	1.271	1.305
1978/79 <sup>(1)</sup>	323,0	4.406,3	5.723,6	365,4	6.463,4	8.173,7	1.131	1.467	1.428

(<sup>1</sup>) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

QUADRO 41. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1975-79  
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	140,38	440,68	132,23	318,32	117,80	192,84	200,30	238,74	327,60	274,57
Fev.	137,33	421,83	119,40	276,18	115,10	182,50	222,00	255,89	320,50	258,88
Mar.	115,36	348,72	101,20	225,56	109,20	166,37	252,10	281,31	324,50	247,75
Abr.	117,80	349,93	96,20	206,88	125,80	184,13	264,80	285,81	340,40	250,51
Mai.	124,93	363,55	95,40	198,44	143,00	202,06	268,00	280,26	...	...
Jun.	127,69	363,56	96,40	195,08	149,70	207,43	272,00	274,56	...	...
Jul.	130,60	363,98	97,70	190,51	153,50	208,31	275,00	269,96	...	...
Ago.	137,38	372,58	100,80	189,03	155,60	208,52	278,80	266,51	...	...
Set.	145,79	386,22	104,30	188,97	163,40	215,10	285,80	266,37	...	...
Out.	150,61	390,54	108,40	191,74	169,10	216,78	300,20	272,10	...	...
Nov.	144,11	365,39	109,90	190,85	186,00	232,36	315,40	278,23	...	...
Dez.	138,86	344,44	114,00	193,46	197,90	242,11	239,30	286,07	...	...

<sup>(1)</sup> Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## - Feijão

### - Panorama internacional

A Food and Agriculture Organization (FAO) estimou a produção mundial referente à safra 1977/78 em 13,4 milhões de toneladas, superior, portanto, aos 12,8 milhões de toneladas obtidos no ano anterior. A Ásia contribuiu com 6,2 milhões de toneladas, dos quais a Índia e a China responderam por uma parcela considerável desse total (82,0%), respectivamente 2,7 e 2,4 milhões.

Da produção da América do Sul, que atinge 2,7 milhões de toneladas, o Brasil detém 80% desse total. Argentina e Chile, embora com produções significativas, apresentam ofertas restritas, de 170 e 112 mil toneladas respectivamente.

Já a América do Norte participa no total mundial com 2,4 milhões de toneladas, destacando-se o México, com 1 milhão de toneladas, os Estados Unidos, com 855 mil toneladas, e o Canadá com 545 mil toneladas.

A participação da Europa é inexpressiva, respondendo apenas por 5% do total mundial; porém, observa-se na França os maiores índices de produtividade do mundo (1.660kg/ha).

Em termos de produtividade, destacam-se, também, a Turquia e o Canadá, com média de 1.550kg/ha. A Índia, principal País produtor, não tem apresentado nenhuma evolução da produtividade, situando-se como região de baixos índices (300kg/ha).

Se, de um lado, a produção mundial mantém certa constância e volume significativo, de outro, a comercialização internacional se atém a casos esporádicos com pouca movimentação do produto, atividade que envolve via de regra o México, Chile, Argentina e Brasil, o qual tem atuação múltipla, ofertando mais o feijão de cores de grãos escuros, e adquirindo o feijão preto e o "brancão" proveniente da Argentina.

### - Situação interna

A estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) para a safra brasileira de 1977/78 é da ordem de 2.188 mil toneladas (-6,0%), das quais 1.162 (+2,1%) produzidas na safra das "águas" e 1.026 (-13,7%) na da "seca" (quadro 42). A expectativa era de valores mais expressivos, entretanto, com o excesso de chuvas na colheita das "águas" e falta durante a safra da "seca", alteraram-se os resultados.

Para o ano agrícola de 1978/79, o último valor revisado pela FIBGE não inclui as estimativas de plantio da seca no Piauí, Bahia e Rio de Janeiro. Supondo que ocorram os mesmos resultados do ano anterior, a produção brasileira poderá alcançar 2.262 mil toneladas, superior em 3,4% à de 1977/78.

A participação da safra das "águas" com 1.209 mil toneladas é de 53,4%, correspondendo a um acréscimo de 4% comparado à produção correspondente em 1977/78. A safra da seca poderá atingir 1.053 mil toneladas, com ligeira recuperação (+2,6%) em termos da do ano anterior.

Da produção das águas, 58,3% corresponderam a feijão de cores e 41,7% a feijão preto. Para a época da seca, a participação do feijão de cores deverá situar-se ao redor de 80,6%, enquanto a do preto ficará restrita a 19,4%.

Apesar da adversidade climática, no início com a geada e posteriormente com a estiagem, a Região Centro-Sul teve bom desempenho na safra das "águas", contribuindo com 78% do total nacional. A produção do Paraná foi de grande importância neste plantio, contribuindo com 40%

do volume brasileiro, garantindo o suprimento de feijão preto e de cores da época, aos diversos centros consumidores. O Estado de São Paulo situou-se como terceiro produtor, participando com 9,7% da produção. Conforme o último levantamento do IEA/CATI, houve queda da área plantada (30%), cujos reflexos foram amenizados pela maior produtividade (679kg/ha), resultando em volume inferior em apenas 3,3% em relação a 1977/78. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que desenvolvem uma exploração tardia, foram seriamente prejudicadas pelas enchentes do início do ano.

Na safra da "seca" vários fatores concorreram para a quebra de produção, principalmente a estiagem prolongada, que atrasou o plantio e prejudicou o desenvolvimento vegetativo. Por outro lado, as precipitações no final de colheita e as geadas que atingiram as lavouras tardias também tiveram efeitos negativos.

A safra paulista desta modalidade, cuja produção costuma ser bastante expressiva, foi bastante afetada com prejuízos calculados em até 40% além do recuo de área da ordem de 20%. A produção inicialmente estimada em 92,6 mil toneladas (+8,4%) provavelmente deverá apresentar alterações, face às possíveis quebras.

Apesar dos imprevistos nos dois plantios, o volume de produção brasileira foi suficiente para o atendimento da demanda, permitindo o abastecimento sem as crises de anos anteriores e sem importações. A produção da "seca", embora não tão bem sucedida quanto à qualidade, contou em quantidade com o feijão principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso para os mercados do Centro-Sul, enquanto no Norte e Nordeste a produção local garantiu os grandes centros. A política de financiamento à pré-comercialização, realizada pela CFP, como apoio ao pequeno produtor, através da atuação das cooperativas, tem garantido um melhor retorno ao produtor e contribuído para a formação de excedentes destinados às áreas com problemas de oferta. Apesar dos eventuais atrasos na aplicação dessa política, de modo geral os objetivos propostos vêm sendo alcançados.

Com relação aos retornos da comercialização da safra de 1978/79, o que se prevê é situação semelhante à de 1977/78, ou seja, melhores resultados para feijão da "seca". Embora nos moldes do ano passado, a comercialização do feijão das "águas" deste ano caracterizou-se por índices bem mais elevados que os do ano anterior (quadro 43).

A nível de produtor, a média de preços obtidos no Estado de São Paulo na comercialização da safra das "águas" foi de Cr\$567,00/sc. de 60kg. Mas, com a entrada do produto novo, da safra da "seca", os preços normalmente deslocam-se para cima, dessa maneira no mês de abril p.p. o produtor paulista obteve em média Cr\$666,40/sc. de 60kg. Dado que a oferta de feijão de qualidade superior não é abundante, a tendência do mercado é de alta para este tipo de produto.

Vários fatores influenciaram a diminuição de área neste ano agrícola: frustração de safra anterior, falta de sementes selecionadas em algumas regiões produtoras, falta de capital entre pequenos agricultores e risco da cultura.

É ainda prematuro analisar os possíveis efeitos da atual política para com a feijoicultura, entretanto, se esta surtir os efeitos esperados, pode-se adiantar que muitos dos aspectos que até então têm influenciado negativamente na produção deverão ser eliminados.

A partir desta safra não só o acesso ao crédito rural será facilitado, como também os recursos voltados ao financiamento de custeio deverão abranger o valor integral das operações, facilitando a implantação da lavoura. O feijão, que até agora contava com seguro opcional, no futuro, terá seguro obrigatório, podendo indenizar até 100% das perdas financiadas.

Diante desse incentivo à atividade, é de se esperar respostas positivas, mesmo sendo difícil prever com exatidão os efeitos imediatos. Entretanto, levando em conta o decréscimo

acentuado da área neste ano, os níveis mais favoráveis de preços esperados até o final da comercialização da safra da seca e as medidas políticas propostas, pode-se estimar uma recuperação de área para 1979/80 da ordem de 10%.

Sylvia Regina Hellmeister

(IEA, 05/07/1979)

QUADRO 42. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Estado de São Paulo e Brasil, 1974/75 a 1978/79

Ano agrícola	Safrã das "ãguas"						Safrã da "seca"					
	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)		Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)	
	SP	BR	SP	BR	SP	BR	SP	BR	SP	BR	SP	BR
1974/75	130,0	1.716,5	52,2	1.158,7	402	675	101,2	2.385,7	57,0	1.112,0	563	466
1975/76	104,0	1.676,2	46,7	962,4	449	574	135,7	2.361,4	93,0	879,8	685	373
1976/77	157,5	1.844,3	81,6	1.138,3	518	617	192,0	2.717,7	120,0	1.188,9	625	438
1977/78	244,9	1.979,3	120,9	1.162,0	494	587	200,7	2.573,3	85,4	1.026,0	426	399
1978/79 <sup>(1)</sup>	172,1	1.963,3	116,9	1.209,0	679	616	160,1	...	92,6	...	579	...

<sup>(1)</sup> Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

QUADRO 43. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores do Estado de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	139,38	437,54	250,54	603,12	491,90	805,26	252,20	300,60	436,20	365,60
Fev.	123,39	379,01	292,70	677,04	448,20	710,65	262,00	301,99	517,70	418,16
Mar.	127,77	386,24	365,40	814,43	520,40	792,86	356,40	397,70	594,70	454,04
Abr.	140,35	416,91	416,90	896,57	623,40	912,47	408,10	440,48	666,40	490,43
Mai.	206,86	601,96	517,80	1.077,07	655,20	925,81	598,30	625,67	...	...
Jun.	216,46	616,30	476,50	964,25	576,60	798,94	616,30	622,11	...	...
Jul.	244,93	682,62	490,50	956,45	527,30	715,59	569,20	558,77	...	...
Ago.	358,42	972,04	555,90	1.042,46	499,40	669,25	582,30	556,64	...	...
Set.	332,90	881,90	572,50	1.037,27	486,50	640,44	653,00	608,61	...	...
Out.	372,01	964,64	749,90	1.326,45	408,40	523,56	692,00	627,22	...	...
Nov.	265,13	672,24	711,00	1.234,70	294,00	367,29	568,20	501,23	...	...
Dez.	197,71	490,41	564,70	958,31	279,10	341,45	468,40	406,91	...	...

<sup>(1)</sup> Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Cafê

- Panorama internacional

Em razão da geada de 1975 que atingiu o Brasil e de problemas diversos em alguns países produtores africanos, nos anos de comercialização 1976/77 e 1977/78, a média da produção mundial caiu para 65,8 milhões de sacas e o volume médio exportável foi de 48,0 milhões de sacas. Nesse período, as importações caíram para 51,3 milhões de sacas em média, como reflexo da queda no consumo em 1976 e em 1977, decorrente da elevação dos preços do café e do comportamento dos países importadores, que passaram a comprar menores quantidades e operar com estoques reduzidos.

Para o ano de comercialização em vigência (1978/79), observa-se uma reversão no panorama internacional de café, pois, embora os importadores tenham voltado a comprar maiores quantidades e se tenha observado uma recuperação nos níveis de consumo, o volume mundial exportável deverá ser suficiente para atender à demanda dos países importadores. Segundo a 4ª estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial para 1978/79 é de 74,4 milhões de sacas (quadro 44) e a produção exportável é de 55,1 milhões de sacas, o que deve contribuir para estabilizar os estoques, após a acentuada queda ocorrida nos últimos anos (quadro 45).

Em 1978, as importações da Europa foram de 30,0 milhões de sacas, enquanto que as importações estadunidenses situaram-se em torno de 18,0 milhões de sacas, 10% inferiores às importações anteriores a 1977, mas 20% superiores às verificadas nesse ano.

Com relação ao desempenho das exportações dos dois maiores produtores, entre 1970 e 1976 a exportação média do Brasil situou-se em 16,9 milhões de sacas, caindo para 10,0 milhões em 1977 e atingindo, em 1978, 12,6 milhões de sacas. Para o mesmo período (1970 a 1976), a Colômbia exportou em média 6,8 milhões de sacas por ano, caindo em 1977 para 5,3 milhões, para registrar em 1978 o nível recorde de 9,0 milhões de sacas (quadro 46).

Reflexo dos aspectos verificados, as cotações internacionais de café, segundo a média composta dos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), que em 1975 foi de US\$0,71 por libra-peso e em abril de 1977, de US\$3,15 por libra-peso, a partir dessa data vinham caindo sistematicamente, sendo que, no início do presente ano de comercialização (outubro/78), o café esteve cotado em US\$1,52 por libra-peso (quadro 47).

Em 1979, alguns fatores contribuíram para deprimir os preços internacionais de café, pois, além da comercialização da maior parcela dos cafês "outros suaves" que se realiza no início do ano civil, houve grande volume exportado pela Colômbia nesse mesmo período, sendo que, de janeiro a março p.p., exportaram-se 3,1 milhões de sacas de 60kg, contra 1,5 milhão em igual período de 1978.

Em março p.p. houve uma elevação nos preços internacionais de café, invertendo-se a tendência declinante das cotações, que tinham caído até US\$1,28 por libra-peso no início do mês.

Uma lenta mas gradativa alta nos preços internacionais continuou nos meses seguintes, em razão da retração das vendas dos cafês colombianos e "outros suaves", além da pouca disponibilidade do robusta e da maior procura pelo café brasileiro, dada a proximidade do período de ocorrência de geada no Brasil.

No último dia de maio, as cotações por libra-peso dos diversos tipos de café, segundo os preços indicativos da OIC, foram os seguintes: Colombiano, US\$1,55; Outros Suaves, US\$1,52;

Arábica não lavado, US\$1,59; Robusta, US\$1,49; e chegando à média composta de US\$1,51.

Face às geadas ocorridas no Brasil no início de junho p.p., as cotações internacionais elevaram-se rapidamente durante o mês, chegando ao final em US\$2,02 por libra-peso.

Embora já se tenha conhecimento de que a produção brasileira de café de 1979 deverá ser prejudicada, a razão da rápida elevação das cotações internacionais deve ser creditada, principalmente, à possibilidade de ocorrerem novas geadas no Brasil durante os meses de julho e agosto, não se caracterizando no momento, entretanto, uma escassez do produto, conforme o ocorrido após a geada de 1975 no Brasil.

Não havendo alterações significativas no atual panorama brasileiro de café, as perspectivas de que as cotações internacionais se elevem aos níveis de 1977 são poucas, destacando-se, entretanto, a possibilidade de que no final do ano de comercialização 1978/79 e no ano 1979/80, a iniciar-se em 1º de outubro, os preços internacionais se mantenham em níveis superiores aos verificados no início de 1978/79.

Outro elemento indicativo de uma possível e relativa estabilidade dos preços internacionais de café diz respeito à atuação da OIC. Embora nos últimos anos não tenham vigorado os termos do Acordo Internacional do Café, para o presente ano de comercialização existe um acordo entre produtores e consumidores de que elevadas variações nos preços internacionais de café determinem medidas de curto prazo por parte da OIC.

Assim, será convocada uma reunião extraordinária da Junta Executiva da OIC, se os preços diários de mercado se situarem, durante vinte dias consecutivos, em valores 15% superiores ou inferiores ao nível médio vigente durante os últimos vinte dias do ano cafeeiro 1977/78 e os primeiros vinte dias do ano 1978/79.

O preço médio composto indicativo, assim determinado, situou-se em US\$1,151 por libra-peso, resultando em preços limites de US\$1,28 e US\$1,74 por libra-peso.

No início de abril, esteve reunida essa Junta, dado que no final de fevereiro e início de março as cotações tinham se situado durante 20 dias consecutivos abaixo do limite de US\$1,28. Entretanto, as negociações terminaram sem que se chegasse a um acordo, pois houve uma elevação nos preços de mercado do produto, conforme verificado anteriormente. Novamente a Junta foi convocada, no final de junho, em razão da elevação das cotações superando o limite de US\$1,74/libra-peso por um período de 20 dias. Espera-se que entre 10 e 11 de julho ocorra nova reunião, visando à normalização do mercado cafeeiro.

#### - Situação interna

A produção brasileira de 1979, apesar da geada que atingiu os principais estados produtores em agosto de 1978, foi estimada no início do ano de 1979 pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 21,3 milhões de sacas beneficiadas, distribuídas entre São Paulo (8,1 milhões), Minas Gerais (7,1 milhões), Paraná (3,0 milhões), Espírito Santo (2,4 milhões) e outros estados produtores (0,7 milhão). Entretanto, em razão da geada ocorrida no início de junho p.p., a atual safra deverá sofrer uma redução de 9% em relação à estimativa inicial. A quebra na produção atual deve-se ao afetamento dos grãos de café que ainda não estavam granados, com maior prejuízo em Minas Gerais, enquanto que as perdas em São Paulo e no Paraná deverão se situar em torno de 5% e 4%, respectivamente.

De um total de 3.393 milhões de covas, cerca de 1.164 milhões (34%) dos cafezais foram atingidos pela última geada. Em Minas Gerais, dos 876 milhões de pés existentes, 502 milhões (57%) foram atingidos, enquanto que, em São Paulo, de um total de 955 milhões de pés, a geada

atingiu 410 milhões (43%) e dos 823 milhões de pés do Paraná, cerca de 252 milhões (30%) foram atingidos, segundo estimativas do IBC.

A produção estimada para 1980, avaliada pelo método de produtividade histórica da safra em função da população cafeeira, apresentava uma colheita de 26 milhões de sacas de café beneficiado, distribuída entre os estados produtores como segue: 8,4 milhões no Paraná; 7,5 milhões em Minas Gerais; 7,0 milhões em São Paulo; 2,3 milhões no Espírito Santo; e 0,8 milhão em outros estados.

Após a geada, a estimativa é de que em 1980 deverão ser colhidos 6,7 milhões de sacas no Paraná, 4,1 milhões em Minas, 5,1 milhões em São Paulo e os mesmos 3,1 milhões de sacas nos outros estados, resultando numa produção brasileira de 19 milhões de sacas, em razão de uma quebra em torno de 27%.

Deve-se destacar que a estimativa da safra futura tem caráter preliminar, podendo aumentar ou diminuir em decorrência das condições climáticas na época da florada e das providências a serem tomadas pelos produtores (poda, adubação e pulverização) nos cafezais atingidos pelas geadas.

Com relação aos custos operacionais de produção, por saca beneficiada, o Instituto de Economia Agrícola apresenta a estimativa atualizada da safra 1978/79 para o Sistema Manual Típico, com quatro níveis de produtividade por hectare: Cr\$2.852,12 para o nível de produtividade de 5 sacas; Cr\$1.760,02 para produtividade de 10 sacas; Cr\$1.375,52 para produtividade de 15 sacas; e Cr\$1.130,96 para produtividade de 20 sacas.

Para a safra 1979/80, no mesmo Sistema Manual Típico, com alterações na metodologia, a estimativa dos custos operacionais por saca beneficiada é de Cr\$4.587,60 para produtividade de 5 sacas por hectare, Cr\$2.785,95 para produtividade de 10 sacas e para os níveis de produtividade de 15 a 20 sacas beneficiadas por hectare, os custos estimados são de Cr\$2.141,16 e Cr\$1.758,69, respectivamente.

Deve-se ressaltar que tais valores referem-se a custos operacionais, excluindo itens de custo fixo e, portanto, não se enquadrando no conceito clássico de custos fixos e variáveis.

Com relação aos preços recebidos pelos produtores de café, que desde o início da safra 1978/79 até março de 1979 tinham oscilado entre Cr\$1.800,00 e Cr\$2.100,00 por saca beneficiada, a partir dessa data começaram a se elevar gradativamente, em razão da maior procura do produto brasileiro pelo mercado internacional, sendo que em maio, dada a proximidade do período de ocorrência de geada no Brasil, os preços recebidos pelos produtores brasileiros se situaram entre Cr\$2.400,00 e Cr\$2.700,00 por saca (quadro 48). Ainda como reflexo das cotações internacionais, após a geada do início de junho, os preços internos chegaram a atingir Cr\$3.900,00, chegando, entretanto, no final do mês a Cr\$3.250,00, nível que deverá prevalecer no início da safra 1979/80.

Dada a elevação dos preços internos e o nível do preço de garantia do IBC, em 1979 deverá haver maior aquisição por maquinistas e exportadores, pois em 1978 o grande comprador de café junto aos produtores foi o IBC, adquirindo cerca de 8,5 milhões de sacas, que representam mais de 40% da colheita de 1978 (20 milhões de sacas).

As exportações brasileiras, que em 1977 foram de 10,1 milhões de sacas de 60,5kg brutos e que propiciaram receita recorde de US\$2.613.342.000, aumentaram para 12,6 milhões de sacas em 1978, embora a receita auferida tenha caído para US\$2.294.487.000, devido à queda das cotações internacionais.

Das exportações de 1978, destaca-se que 10,4 milhões de sacas referem-se a café verde, enquanto que 2,2 milhões de sacas a café solúvel.

Em 1979, as exportações brasileiras de café deverão repetir o desempenho de 1978, e em

relação à situação interna, considerando a perspectiva de exportação de 12 a 14 milhões de sacas e consumo interno de 7 milhões de sacas durante a safra 1979/80, no final de junho de 1980, os estoques internos de café deverão situar-se em torno de 10 milhões de sacas. Se não houver recuperação da produção em 1980, somente a partir de 1981 as exportações brasileiras poderão ser elevadas significativamente, em razão da necessidade de se manter um estoque do produto na eventualidade de uma queda na produção brasileira de café.

Dentre as principais medidas adotadas em relação à cafeicultura brasileira na safra 1978/79, destaca-se a introdução do sistema de garantia de preços em abril de 1979, cujo objetivo é garantir ao importador que, se houver uma queda nos preços mínimos de registro, durante um certo período após a confirmação da compra e ou do embarque, ele receberá a diferença em Aviso de Garantia, que se constitui em documento emitido pelo IBC, com valor fixado em dólares e com o qual o comprador tem assegurado o direito de adquirir mais café no Brasil.

Em junho, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) colocou à venda aos exportadores parte do estoque de café da autarquia, através de leilões realizados pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo. A quantidade oferecida pelo IBC será a suficiente para atender às necessidades dos exportadores até a entrada no mercado da safra 1979/80, devendo-se manter uma reserva em estoque para atender uma eventual escassez do produto.

A exemplo do ocorrido em 1978, após a geada do início de junho, o IBC suspendeu temporariamente os registros de Declaração de Venda relativos à exportação de café; idêntica medida foi tomada pela Colômbia, México, El Salvador, Costa Rica, Costa do Marfim e Camarões, procurando-se resguardar os interesses dos produtores sem prejudicar os mercados consumidores. A reabertura dos registros para exportação de café verde ou equivalente foi realizada em um nível mínimo aproximadamente 20% superior ao vigente, enquanto que para café solúvel o aumento nos preços mínimos de registro situou-se em torno de 13%.

Além disso, os preços mínimos de registro fixados para exportação em agosto próximo seriam superiores em US\$0,02 por libra-peso (café verde) e US\$0,05 por libra-peso (café solúvel) aos preços mínimos de registro para exportação entre 11 de junho a 31 de julho de 1979.

Por outro lado, sucessivas medidas foram tomadas, alterando os preços mínimos e as quotas de contribuição, sendo que a Resolução 41/79 estabelece o preço mínimo de:

- a) US\$2,00 para cafês do tipo 6 (seis) para melhor, bebida isenta de gosto "rio zona", embarcados pelo porto de Santos (SP);
- b) US\$1,95 para cafês do tipo 7 (sete) para melhor, bebida isenta de gosto "rio zona", embarcados pelo porto de Paranaguá (PR);
- c) US\$1,85 para cafês do tipo 7 (sete) para melhor, bebida "rio zona", embarcados pelos portos do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Salvador/Ilhéus (BA) e Recife (PE); e
- d) US\$1,75 para cafês do tipo 7/8 (sete/oito) para melhor, da variedade "robusta conillon", embarcados pelos portos do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), e Salvador/Ilhéus (BA).

A quota de contribuição é fixada em US\$120,00 por saca de 60,5kg brutos, sobre a exportação de café verde ou descafeinado, em grão cru, ou 48kg de torrado e moído.

Em 27 de junho foram aprovadas várias medidas pelo Conselho Monetário Nacional com respeito à cafeicultura para a safra 1979/80.

O preço de garantia do café tipo 6 (seis), bebida isenta de gosto "rio zona", que estava fixado em Cr\$2.500,00 por saca beneficiada em 1978/79, a partir de 19 de julho será de Cr\$3.000,00; em 19 de janeiro de 1980 será elevado para Cr\$3.800,00 e em 19 de abril de 1980 passará a Cr\$4.200,00 por saca beneficiada. O preço de garantia para café tipo 7 (sete), bebida "rio zona", foi fixado em 90% do preço para o tipo 6 (seis), enquanto que para o café tipo 7 (sete), variedade "robusta conillon", o preço de garantia será de 80% do preço de ga-

rantia para o tipo 6 (seis), destacando-se que durante a safra 1978/79 ambos estavam fixados em Cr\$2.000,00 por saca beneficiada.

Também foi aumentado o valor para financiamento de café estocado, que passou de 50% para 60% do preço de garantia. Com relação ao programa de custeio da entressafra, o plano de safra para 1979/80 estipulou um financiamento global de Cr\$18.000,00 por hectare, distribuído entre Cr\$5.500,00 para fertilizantes, Cr\$700,00 para inseticidas, Cr\$800,00 para fungicidas, Cr\$1.000,00 para herbicidas e Cr\$10.000,00 para mão-de-obra e outros materiais. Já para as indústrias de solúvel e de torrefação e moagem, foi aberta uma linha de financiamento para aquisição de matéria-prima, no valor de 80% sobre o menor preço de garantia vigente. Além disso, outra linha de financiamento, referente a produto acabado, beneficiará as indústrias de solúvel, as quais poderão financiar 50% do valor, em cruzeiro, da diferença entre o preço mínimo de registro e a quota de contribuição.

Arthur Antonio Ghilardi e Minoru Matsunaga

(IEA, 09/07/1979)

QUADRO 44. - Produção Mundial de Café, 1974/75 a 1978/79

(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79 <sup>(1)</sup>
América do Sul					
Brasil	27.500	23.000	9.300	17.500	20.000
Colômbia	9.000	8.500	9.300	10.346	10.800
América do Norte e Central					
México	3.900	4.200	3.650	3.600	3.800
El Salvador	3.300	2.530	2.968	2.400	3.000
Guatemala	2.540	2.149	2.613	2.350	2.500
África					
Costa do Marfim	4.500	5.133	4.800	3.285	4.165
Uganda	3.340	2.244	2.672	1.996	2.000
Ásia					
Indonésia	2.675	2.865	3.089	3.218	3.180
Outros	25.297	22.621	23.421	25.020	24.997
Total mundial	82.052	73.242	61.813	69.715	74.442

(<sup>1</sup>) Quarta estimativa (março 1979).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 45. - Produção Mundial Exportável de Café, 1974/75 a 1978/79

(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79 <sup>(1)</sup>
<b>América do Sul</b>					
Brasil	19.500	15.000	2.300	10.000	12.000
Colômbia	7.400	7.100	7.900	8.846	9.100
<b>América do Norte e Central</b>					
México	2.156	2.660	2.400	2.050	2.100
El Salvador	3.130	2.350	2.783	2.210	2.805
Guatemala	2.255	1.859	2.315	2.046	2.190
<b>África</b>					
Costa do Marfim	4.432	5.066	4.768	3.249	4.123
Uganda	3.311	2.222	2.642	1.966	1.970
<b>Ásia</b>					
Indonésia	1.700	1.965	2.275	2.699	2.670
Outros	19.304	16.326	17.163	18.289	18.099
<b>Total mundial</b>	<b>63.188</b>	<b>54.548</b>	<b>44.546</b>	<b>51.355</b>	<b>55.057</b>

<sup>(1)</sup> Quarta estimativa (março 1979).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 46. - Exportações Mundiais e Principais Países Exportadores, 1974 a 1978

(em milhão de sacas de 60kg)

Região e país	1974	1975	1976	1977	1978 <sup>(1)</sup>
América do Sul					
Brasil	13,3	14,6	15,6	10,0	12,6
Colômbia	6,9	8,2	6,3	5,3	9,0
América do Norte e Central					
México	2,0	2,4	2,8	1,8	2,0
El Salvador	2,6	3,1	2,7	3,0	2,3
Guatemala	2,2	2,2	2,1	2,2	2,2
África					
OAMCAF <sup>(2)</sup>	7,4	7,2	8,8	6,3	6,6
Uganda	3,1	2,9	2,6	2,2	1,9
Ásia					
Indonésia	1,8	2,2	2,1	2,5	3,7
Outros	15,5	15,0	15,5	13,6	15,8
Total mundial	54,8	57,8	58,5	46,9	56,1
Total mundial menos Brasil	41,5	43,2	42,9	36,9	43,5

<sup>(1)</sup> Preliminar.

<sup>(2)</sup> Benin, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Togo e República Centro-Africana.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC).

QUADRO 47. - Preços Indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), 1975 a 1978 e  
 Jan./78 a Jun./79  
 (em centavos de dólar por libra-peso) <sup>(1)</sup>

Ano e mês	Suaves colombiano	Outros suaves	Arábica não despolpado	Robusta	Média composta
1975	81,31	65,41	82,57	61,20	71,73
1976	157,72	142,75	149,48	127,62	142,45
1977	240,21	234,67	308,04	223,76	229,21
1978	185,20	162,82	165,29	147,48	155,15
Jan.	206,58	206,16	216,90	177,13	191,65
Fev.	199,18	197,59	201,56	174,56	186,08
Mar.	185,61	175,10	166,04	157,64	166,37
Abr.	193,85	178,57	169,90	144,80	161,69
Mai.	192,18	169,63	157,92	136,09	152,86
Jun.	192,67	168,50	177,73	151,14	159,82
Jul.	174,93	133,80	148,18	126,54	130,17
Ago.	177,35	138,22	144,57	128,45	133,34
Set.	181,38	155,33	152,80	146,90	151,12
Out.	173,67	153,65	153,57	150,12	151,89
Nov.	172,73	146,16	150,98	144,26	145,21
Dez.	172,21	131,07	143,30	132,08	131,58
1979					
Jan.	166,47	128,59	136,80	133,25	130,93
Fev.	136,87	123,01	128,89	132,50	127,76
Mar.	134,88	130,31	138,41	135,20	132,76
Abr.	141,88	138,63	145,13	141,80	140,22
Mai.	153,22	149,79	154,23	147,68	148,74
Jun. <sup>(2)</sup>	205,51	190,21	188,12	185,83	188,02

<sup>(1)</sup> Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

<sup>(2)</sup> Até 26/06/79.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e Complete Coffe Coverage.

QUADRO 48. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Café, Estado de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	337,40	768,40	2.045,40	2.097,80	1.907,80
Fev.	339,40	891,40	2.153,00	1.968,60	1.970,50
Mar.	333,10	919,20	3.401,30	1.896,20	2.045,20
Abr.	327,50	1.057,70	3.763,80	1.867,90	2.211,80
Mai.	335,10	1.418,20	3.013,90	1.815,70	...
Jun.	376,00	1.423,80	2.574,90	1.956,20	...
Jul.	383,60	1.412,40	2.158,50	1.859,90	...
Ago.	632,50	1.368,70	1.908,40	1.878,20	...
Set.	638,10	1.446,50	1.801,20	2.013,50	...
Out.	640,40	1.492,20	1.741,20	1.947,00	...
Nov.	635,80	1.651,60	2.075,50	1.939,90	...
Dez.	649,40	1.792,30	2.089,00	1.893,40	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Milho

- Panorama internacional

Durante o mês de maio p.p., o mercado de milho nos Estados Unidos apresentou-se firme face às condições adversas de clima que estão atrasando o plantio. Além disso, existe a pressão da demanda externa, notadamente da URSS e outros países do Leste Europeu, onde as condições de clima estão também prejudicando a cultura.

Assim, como no ano passado, as operações de plantio nos Estados Unidos estão se prolongando até este mês de junho. Se as condições climáticas continuarem desfavoráveis, a perspectiva de ocorrer redução de área de milho em favor da de soja poderá se concretizar.

As cotações de milho no mercado internacional, que em abril apresentaram um valor médio de US\$99,00 por tonelada-FOB em Chicago, chegaram em maio a um valor médio de US\$105,00.

Na Argentina, a tendência firme dos preços do produto tem provocado uma retração no mercado. As vendas ao exterior estão sendo realizadas a preços que variam entre US\$108,00 e US\$110,00 por tonelada-FOB, para entrega em junho e julho. Do volume exportável, estimado em 5,3 a 5,5 milhões de toneladas, até o final do mês já havia sido realizado o correspondente à cerca de 4,7 milhões de toneladas.

As exportações da África do Sul para 1979/80 estão estimadas em cerca de 900 mil toneladas, comparadas com 3,1 milhões de toneladas exportadas em 1978/79. A queda nas exportações é consequência da drástica redução na produção, que está estimada em 6,9 milhões de toneladas, quando no ano anterior alcançaram 9,3 milhões de toneladas.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), as perspectivas de preços de milho e outros grãos forrageiros para 1979/80 são de elevação tanto no mercado estadunidense como no internacional.

Estas perspectivas estão baseadas nos seguintes fatores:

a) redução dos estoques, o estadunidense em função de incremento do consumo interno, dada a expansão da produção de suínos e aves, principalmente;

b) estima-se que a demanda internacional de grãos forrageiros para o período de 1978/79 deverá aumentar e a previsão é de que as exportações estadunidenses de milho para esse período sejam ao redor de 50 milhões de toneladas; e

c) a estimativa oficial indica uma queda de 3,4% na área a ser cultivada com grãos forrageiros em 1979/80 nos Estados Unidos, em relação a 1978/79.

- Situação interna

Em função da redução de área, devida aos baixos preços de comercialização da safra 1976/77, e também da prolongada estiagem ocorrida no período de dezembro de 1977 a fevereiro de 1978, a produção nacional de milho safra 1977/78 foi de apenas 13,6 milhões de toneladas, volume 30,0% inferior ao da safra precedente.

A partir de janeiro de 1978, com a comprovada escassez, os preços iniciaram processo de ascensão, levando as autoridades governamentais a tomar uma série de medidas com vistas ao atendimento das necessidades do mercado e à contenção dos preços: liberação dos estoques oficiais a preços inferiores aos de mercado, importação do produto, tabelamento em Cr\$130,00/sc. de 60kg.

Apesar disso, os preços de mercado mantiveram-se elevados pelo menos o suficiente para que em 1978/79 fosse recuperada a área anterior, mesmo com o preço mínimo de Cr\$108,00 para esta safra, considerado insatisfatório pelos agricultores. Assim é que em novembro de 1978 a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) estimava o resultado da safra 1978/79 entre 18,8 e 19,5 milhões de toneladas.

Todavia, em função da estiagem, nos Estados da Região Sul, nos meses de dezembro de 1978 e janeiro de 1979, e, em menor escala, do excesso de chuvas no Norte de Minas Gerais, a estimativa de junho de 1979 da CFP foi retificada para 16,6 milhões de toneladas. Portanto, novamente aquém da demanda, estimada em cerca de 17,0 milhões de toneladas, o que deverá implicar que as importações do produto continuem em 1979 para cobrir este déficit e regularizar os estoques oficiais.

No Estado de São Paulo, o comportamento dos preços neste primeiro semestre de 1979 apresenta-se normal, de acordo com o padrão de variação estacional, ou seja, queda nos preços recebidos pelo produtor durante o período de safra. No entanto, em algumas regiões do Estado o mercado, caracterizado pela dificuldade de se encontrar o produto, está imprimindo tendência de alta nos preços, oscilando estes entre Cr\$170,00 e Cr\$190,00/60kg (quadro 49).

Por outro lado, é importante ressaltar que a maior parte dos agricultores comercializam o produto no período de março a junho, quando os preços atingem seu nível mais baixo. Assim, quando comparados estes preços ao custo operacional por unidade, verifica-se que, apesar de elevados, os preços estão nos mesmos níveis de custo de produção.

Na safra 1978/79, a média do custo de produção em São Paulo apresentava um valor de Cr\$176,46/60kg, para uma produtividade de 29 sacos por hectare. Conforme estimativas do IEA para a safra 1979/80, a estimativa de custo operacional é de Cr\$177,19/60kg, para uma produtividade média de 41 sacos por hectare. De acordo com estimativas de junho realizadas pela CFP, a safra paulista de 1978/79 deverá resultar em um volume de 2,4 milhões de toneladas contra 1,7 milhão de toneladas em 1977/78.

As recentes medidas anunciadas pelo Governo Federal, notadamente no que tange à cobertura total de custeio através do PROAGRO e financiamento de 100% do montante para custeio, vêm causando um clima de expectativa entre os agricultores.

O financiamento de custeio (quadro 50), que até 1978/79 era calculado com base em 60% do preço mínimo, passa agora a ser estipulado pelo Valor Básico de Custeio (VBC).

Se mantida a hipótese de que o preço mínimo não pode ser inferior a 166,67% do VBC, e considerando uma produtividade média de 37 sc./ha (2.222kg/ha), o VBC será o da faixa de 8 (Cr\$3.834,00), superior em 59,9% ao correspondente ao ano anterior. Pela hipótese enuncia da o preço mínimo para São Paulo seria de Cr\$172,70/sc.de 60kg, 59,9% acima do vigente no ano anterior (Cr\$108,00) e bastante próximo do custo operacional estimado pelo IEA para 1979/80.

A tendência da alta decorrente da escassez do produto no mercado e inexistência de estoques reguladores oficiais deverão também contribuir para o aumento da área cultivada.

Para a próxima safra, 1979/80, as perspectivas para o Estado de São Paulo são de expansão de área, em torno de 10%, principalmente na DIRA de Sorocaba, onde as opções para os agricultores são menores. Se confirmada essa expansão, a área a ser cultivada com milho no Estado de São Paulo em 1979/80 deverá estar por volta de 1.250 mil ha. Se considerado o rendimento médio de 2.222kg/ha, obtido em 1976/77, a produção em 1979/80 poderá se situar em torno de 2,7 milhões de toneladas.

José Roberto da Silva

(IEA, 06/07/1979)

QUADRO 49. - Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	47,24	148,30	63,38	152,57	65,80	107,72	98,60	117,52	190,90	160,00
Fev.	47,43	145,69	63,37	146,58	65,60	104,33	101,80	112,34	164,90	133,19
Mar.	45,23	136,73	59,00	131,50	61,70	94,00	105,60	117,84	155,10	118,41
Abr.	41,71	123,90	52,50	112,90	60,60	88,70	117,50	126,82	154,40	113,78
Mai.	39,60	115,24	50,50	105,04	62,30	88,03	128,30	134,17	...	...
Jun.	39,56	112,63	51,90	105,03	62,30	86,32	135,50	136,78	...	...
Jul.	41,86	116,66	56,50	110,17	62,50	84,82	132,20	129,78	...	...
Ago.	48,98	132,84	61,00	114,39	62,00	83,09	129,30	123,60	...	...
Set.	52,91	140,17	61,20	110,88	63,60	83,73	133,50	124,43	...	...
Out.	54,47	141,24	62,70	110,91	77,10	98,84	145,10	131,52	...	...
Nov.	57,51	145,82	64,14	111,38	86,80	108,44	165,70	146,17	...	...
Dez.	60,56	150,22	65,30	110,82	93,00	113,78	182,00	158,11	...	...

<sup>(1)</sup> Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica (em cruzeiro de 1978).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 50. - Valor Básico de Custeio para Cultura do Milho, Projeção dos Desembolsos, Safra 1979/80 (1)

Faixa	Produtividade (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha)
1	atē 900	1.847,00
2	901 a 1.100	2.151,00
3	1.101 a 1.300	2.433,00
4	1.301 a 1.500	2.801,00
5	1.501 a 1.700	3.077,00
6	1.701 a 1.900	3.336,00
7	1.901 a 2.100	3.592,00
8	2.101 a 2.300	3.834,00
9	2.301 a 2.500	4.075,00
10	2.501 a 2.700	4.288,00
11	2.701 a 2.900	4.517,00
12	2.901 a 3.100	4.742,00
13	Acima de 3.101	5.070,00

(1) Divulgada em 28/06/1979.

Fonte: Conselho Monetário Nacional.

- Mandioca

- Panorama internacional

A produção mundial de mandioca, da ordem de 100 milhões de toneladas em 1977, que vinha, nos 3 anos anteriores, apresentando crescimento anual em torno de 3,5 milhões de toneladas, das inverteu sua tendência a partir de 1978, entrando em fase de declínio.

Esta tendência acha-se associada ao comportamento da produção da Tailândia. Este País, que contava com custos de produção mais baratos, desenvolveu esta cultura em grande escala dedicando-se à produção de raspa e fécula, mas, em 1977/78, os preços da matéria-prima nesse País alcançaram valores próximos ou abaixo do custo de produção, gerando desinteresse pelo plantio. A produção de mandioca em 1977 foi excepcional (26,5 milhões de toneladas), o que determinou uma oferta de raspa a preços muito baixos em países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), seu principal mercado. O uso da raspa generalizou-se nos países deste mercado, tanto pelo seu baixo custo, como pelo fato de conferir maior palatabilidade às rações de bovinos.

O consumo de raspa na presente década, no mercado internacional, passou por uma fase de vigorosa expansão a ponto de, nos últimos anos, pressionar os preços do milho.

Os preços CIF-Rotterdam, que estavam em 28-31 DM/t em 1976, declinaram para 23-27 DM/t em 1977, continuando a cair para 21-25 DM/t em 1978. Em 1979, com a falta de matéria-prima, os preços internacionais entraram em processo de ascensão, de 20-23 DM/t em janeiro para 36-36,5 DM/t em junho.

Espera-se que os preços de raspa no comércio externo retornem aos níveis anteriores em prazo não muito longo, com tal tendência podendo ser interpretada em função da presente conjuntura de escassez. Este produto normalmente segue o preço do milho e dos demais cereais, dos quais é substituto.

No segundo trimestre de 1979, as cotações internacionais (Cr\$4,00 - 4,70/kg CIF-Rotterdam) tornaram viável a exportação brasileira do produto. O Brasil achava-se fora deste comércio desde início da década de setenta, registrando apenas exportações esporádicas de farinha industrial para rações.

A participação brasileira no comércio externo de fécula, que vinha se mantendo crescente, reduziu-se nos dois últimos anos a níveis insignificantes, em decorrência da situação desfavorável do mercado externo. Esta tendência não deve se alterar no presente ano, dadas as condições de elevada produção de batata em países do bloco oriental europeu e a produção da Tailândia.

- Situação interna

É esperada em 1979, para a região Centro-Sul, redução da ordem de 517 mil toneladas da produção, 5,5% a menos que no ano anterior.

No Estado de São Paulo, espera-se decréscimo da ordem de 169 mil toneladas (-22%), em relação à produção de 1978 (quadro 51). Esta diminuição deverá se verificar mais intensamente na produção para indústria (-24%), atingindo em menor proporção a destinada ao consumo direto (-14%).

A mandioca tem se caracterizado como cultura típica de regiões agrícolas de solo arenoso impróprio para explorações mais rentáveis, de distribuição irregular de chuvas e maior distância dos importantes centros de consumo; assim esta cultura, em São Paulo, vem cedendo lugar

QUADRO 51. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Área Colhida de Mandioca, Estado de São Paulo, 1975/76 a 1978/79

Ano agrícola	Área plantada (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento da área colhida (t/ha)
1975/76	46,8	610,0	20,7
1976/77	51,7	710,0	21,7
1977/78	53,6	755,0	21,1
1978/79 (1)	40,6	586,0	20,3

(1) Levantamento de fevereiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

a outras que melhor remuneram os fatores de produção disponíveis, caso da cana-de-açúcar, laranja e soja.

Entre as razões aventadas para explicar esta redução de produção, citam-se: os baixos preços da matéria-prima vigentes na época de plantio em 1977; o nível dos preços mínimos considerados insatisfatórios nos últimos anos; e a diminuição do consumo de família de mandioca. I negavelmente essa queda de consumo foi acelerada pelo crescente subsídio ao trigo.

Não havendo mais obrigatoriedade em misturar farinha de raspa às farinhas panificáveis, como era feito até 1973, o diferencial de preço do trigo face ao subsídio tornou a mistura não econômica. Além disso a nascente indústria de ingredientes para ração (farinha industrial ou raspa moída), iniciada em meados de 1978, teve pouca duração, devido ao tabelamento do preço do milho.

Em São Paulo, os preços da raiz e dos produtos derivados durante o ano agrícola 1978/79 mantiveram-se abaixo em relação à média dos anos anteriores. Em 1978, o índice (Base 100: média móvel dos preços dos meses no período compreendido pelos 6 anos anteriores) de preços de mandioca, recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo, registrou no item raiz os seguintes valores: maio, 55; junho, 53; julho, 56; agosto, 46; setembro, 49; outubro, 44; novembro, 43; e dezembro, 52. No ano de 1979, caiu para 42 em janeiro; 45 em fevereiro; 40 em março; e 48 em abril.

De maneira geral, o mercado destes produtos em 1979 não promete grandes modificações. O abastecimento de fécula no mercado interno anuncia-se tranquilo com pouca alteração. O mercado de farinhas vai depender em grande parte do destino que se der aos estoques e da política agrícola para o próximo período.

De qualquer forma não deverá ser grande a reação imediata por parte dos agricultores a um maior plantio face aos dispositivos de política a serem acionados, dada a tendência geral e ao fato de que, com a geada, grande quantidade de ramas (manivas) de mandioca se perdeu.

É lícito esperar-se uma maior concentração do plantio paulista na DIRA de Marília, como tem acontecido nos últimos anos.

Paulo Augusto Wiesel

(IEA, 30/06/1979)

- Laranja

- Panorama internacional

Recentes estimativas sobre a safra 1978/79 indicam que, nos principais países produtores do Hemisfério Norte, a colheita de citrus teria sido 6% menor que a da safra precedente, enquanto nos países do Hemisfério Sul estima-se um aumento de 10%, de modo que, provavelmente, a produção cítrica mundial registrou um avanço da ordem de 2%, atingindo 37,4 milhões de toneladas. As diminuições mais sensíveis nos países do Hemisfério Norte foram observadas para li mão (-18%), embora também para laranja e tangerina tenham sido estimadas produções menores. O aumento estimado para o Hemisfério Sul foi decorrente da maior produção no Brasil, segundo pro dutor mundial.

Entre os países com estimativas crescentes de colheitas de laranja em 1978, relativamente a 1977, podem ser citados: Brasil, Egito, Grécia, Japão, México, Turquia, Cuba e África do Sul. Decréscimos foram estimados para Itália, Israel, Marrocos, Espanha e Estados Unidos, principal produtor mundial.

Dentre alguns pontos de destaque, merecem ser citados: o aumento de 20% na á r e a pl an t a com laranja no Egito entre os anos agrícolas de 1974/75 e 1978/79; na Grécia, a colheita substancialmente maior foi decorrente do aumento de área plantada e da recuperação registrada em relação a 1977, quando a safra fora prejudicada por geadas; em Israel, a safra cítrica foi maior, porém a de laranja menor, face à substituição de espécies que se vem observando; no Japão, a colheita de tangerinas, principal espécie plantada no País, foi 12% menor, como resulta do da diminuição de área em produção, provocada pelos baixos preços recebidos pelos produtores, com mercado limitado; na Argentina, os problemas com o cancro cítrico, afetando as plantações de laranja e "grapefruit", tornam incertas suas tendências de produção.

Nos Estados Unidos, a produção de laranja foi estimada, em junho, em 209,7 milhões de caixas (8,2 milhões de toneladas), ou seja, 5% inferior à safra precedente, prejudicada pelas geadas de janeiro de 1977, significando que seus efeitos ainda se fizeram sentir nesta tempo r a. Conseqüentemente, os preços de suco concentrado mantiveram-se elevados, obrigando a substanciais importações no decorrer de 1978 e 1979, para atender ao crescente consumo americano. Também a colheita de limão situou-se 21% abaixo da registrada na safra anterior. Especificamente na Flórida, a safra foi estimada em 163 milhões de caixas, ou seja, 37% menos que na sa fr a 1977/78.

Segundo projeções de longo prazo, levadas a efeito pela Food and Agriculture Organization (FAO), a produção mundial de citrus, em 1985, poderá atingir 63,7 milhões de toneladas (das quais 42,1 de laranjas, 10,3 de tangerinas e 5,7 de limões), após ter-se registrado 22 mi lh õ e s de toneladas em 1960, 46 milhões em 1974 e 48 milhões em 1975. Outrossim, tal projeção supera em 13% aquela prevista para 1980, da ordem de 56,5 milhões de toneladas.

De outra parte, previu-se que o crescimento da demanda seria mais moderado (2,8% ao ano) no período 1975-85, que o registrado no período 1964-74 (6,6% ao ano), de forma que a demanda total atingiria 58,9 milhões de toneladas. Todavia, estima-se que os países em desenvolvimento aumentarão sua participação na demanda total, devendo atingir cerca de 38% em 1985.

- Situação interna

A estimativa da safra de laranja no Brasil, efetuada em maio de 1979 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), registra uma expectativa de colheita da ordem de 183,6 milhões de caixas (base de 250 frutas por caixa de 40,8kg), com acréscimo de 17,4% em relação à produção estimada para 1978, quando atingira 156,4 milhões de caixas.

Entretanto, ao se considerar que a colheita em São Paulo, em 1978, foi superior ao volume oficialmente estimado e que, em 1979, as previsões ainda poderão apresentar recuo, é ilícito admitir-se que nessas duas safras as produções deverão igualar-se, situando-se ao redor de 175 milhões de caixas.

No ano civil de 1978, as exportações de suco pelo Porto de Santos atingiram 288.830 toneladas (peso líquido), com aumento de 51% em relação ao volume registrado em 1977, e 30% superior ao recorde anterior de 1976. Considerando-se o período de junho de 1978 a maio de 1979, o total atinge 363.812 toneladas, equivalentes à cerca de 104 milhões de caixas que, acrescidas do suco consumido no mercado interno, elevariam o processamento de laranja a aproximadamente 108 milhões de caixas.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), o preço médio de suco, FOB-Santos, relativo a 1978, foi de US\$991,10/t, contra US\$829,10/t em 1977, portanto, com aumento de 20%. No primeiro semestre de 1979, essa cotação vem se mantendo firme, ao redor de US\$1.050,00/t.

Também a exportação de frutas frescas mostrou acréscimo (de 32%) em 1978, relativamente ao ano anterior, tendo atingido, somente pelo Porto de Santos, 53.440 toneladas, acrescidas de pequena parcela enviada por rodovia para a Argentina.

O levantamento final da produção paulista de 1978 (novembro) estimou um volume de 119.100 mil caixas (4.859 mil toneladas), ou seja, um aumento de 17% em relação a 1977, oficialmente estimada em 101.500 mil caixas.

Todavia, como assinalado anteriormente, o volume para 1977 foi considerado nos meios citrícolas como superestimado, devido ao desaparecimento aparente da fruta comercial e tendo em conta que o tempo chuvoso de 1976 provocou forte vegetação dos pés e baixo "pegamento" da florada.

Da mesma forma, partindo-se dos dados disponíveis referentes à utilização da fruta em 1978, pode-se admitir que as estimativas extra-oficiais, de 140 milhões de caixas, estejam mais próximas da realidade. Outrossim, as estimativas dessas mesmas fontes para 1979 são de uma colheita da ordem de 130 milhões de caixas, o que significaria um recuo de 7% em relação à anterior, como aliás é aceito na agroindústria cítrica em geral.

Dentro dessa perspectiva de oferta de fruta, de demanda firme pelo suco concentrado no mercado internacional, com a entrada em funcionamento de duas novas pequenas fábricas em Matão e com a ampliação de capacidade instalada de processamento, em especial da Cargill e da FRUTESP (agora pertencente à cooperativa de produtores COOPERCITRUS), foi possível chegar-se rapidamente a um acordo para a comercialização da safra de 1979, sem a participação do Governo, como vinha ocorrendo desde 1974. Assim, combinado o preço de Cr\$51,00/cx., a indústria pagou ao citricultor no ato de assinatura do contrato de compra e venda da fruta Cr\$11,00/cx., devendo dar mais Cr\$12,00/cx. em 31 de agosto, e o saldo devedor será pago em NPR (Notas Promissórias Rurais), com juros por conta da fábrica, de acordo com o movimento individual de entrega da produção.

Outros dois pontos positivos a assinalar na safra de 1979 são de que o combate à mosca das frutas e a colheita ficarão sob responsabilidade da indústria. Provavelmente, isto significará menores custos operacionais do que poderiam ocorrer caso ficassem por conta dos pro-

dutores, como aconteceu em parte em 1978, quando grande proporção estava sequer preparada para tais operações.

Quanto ao consumo interno de fruta fresca, registrou-se, em 1978, afluxo no mercado atacadista da Capital 14% superior ao volume estimado para 1977. Como consequência, as cotações reais foram inferiores às observadas na temporada precedente, quando houve redução na produção, o mesmo podendo-se afirmar quanto aos preços pagos pelos consumidores paulistas (quadro 52).

Uma análise compreendendo período mais dilatado, 1974-79, permite concluir que, em termos reais, as cotações da laranja em São Paulo, tanto a nível de atacado como de varejo, no ano recém-findo, foram inferiores àqueles praticados em 1974 e 1977, porém superiores aos registrados em 1975 e 1976.

O comportamento da oferta de laranja em 1980, levando em consideração a composição etária dos pomares, aponta para uma projeção ao redor de 165 milhões de caixas. A um prazo mais longo, são esperadas produções crescentes, enfatizando as declarações manifestadas por diversos líderes industriais e agrícolas, para os quais a preocupação com uma excessiva produção começa a se generalizar, tendo em conta o ritmo de plantio observado na década de 70. Tal conjuntura reforça a necessidade de se intensificar estudos específicos que permitam estabelecer diretrizes para a agroindústria citrícola.

Antonio Ambrósio Amaro

(IEA, 09/07/1979)

QUADRO 52 . - Evolução de Preços Reais de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1974-79

(em cruzeiro de 1978)

Mês	Atacado (Cr\$/cx.) <sup>(1)</sup>						Varejo (Cr\$/dz.)					
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	105,00	35,00	43,00	57,00	77,00	63,00	11,60	9,70	10,70	10,30	12,30	10,70
Fev.	123,00	37,00	44,00	111,00	92,00	61,00	14,10	7,70	10,00	11,10	12,90	10,60
Mar.	137,00	57,00	51,00	137,00	90,00	68,00	15,60	8,00	8,60	13,70	12,80	10,30
Abr.	86,00	56,00	60,00	95,00	70,00	59,00	11,10	8,40	7,90	11,40	10,90	9,80
Mai.	61,00	38,00	52,00	66,00	53,00	61,00	10,80	7,80	8,10	10,60	8,50	9,10
Jun.	53,00	34,00	46,00	61,00	45,00	...	9,60	7,80	7,70	10,10	8,90	...
Jul.	49,00	39,00	45,00	57,00	44,00	...	8,90	7,80	7,80	9,60	8,40	...
Ago.	45,00	38,00	45,00	63,00	48,00	...	7,80	7,80	7,70	10,60	8,70	...
Set.	41,00	42,00	43,00	88,00	47,00	...	8,20	8,60	9,40	11,70	9,50	...
Out.	33,00	47,00	42,00	64,00	50,00	...	9,30	8,60	8,40	11,90	8,80	...
Nov.	36,00	44,00	44,00	75,00	62,00	...	10,00	9,80	8,80	12,11	10,40	...
Dez.	39,00	44,00	51,00	73,00	70,00	...	10,30	9,80	9,50	12,60	10,40	...

<sup>(1)</sup> Refere-se à laranja pera, principal variedade plantada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Trigo

- Panorama internacional

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima a produção mundial de trigo para 1979/80 entre 429 e 395 milhões de toneladas, dependendo das condições climáticas favoráveis ou não, comparada a um volume de 437,0 milhões de toneladas obtido na safra anterior.

Com exceção dos Estados Unidos, que em 1978/79 produziram menos trigo em resposta ao programa "Set-Aside", todos os demais principais países produtores apresentaram aumento. Assim, espera-se que os estoques finais no ano comercial 1978/79, que se finda em 30 de junho, apresentem um volume da ordem de 83 milhões de toneladas.

Somente os Estados Unidos, até 31 de maio, estavam com estoque previsto em 27,0 milhões de toneladas, acrescido ainda de cerca de 12,0 milhões de toneladas retiradas do mercado através de compras oficiais.

Apesar do elevado nível dos estoques mundiais, o mercado internacional apresenta-se firme, com cotações em elevação, comportamento este que vem sendo provocado, entre outros fatores, pela presença da União Soviética no mercado, uma vez que a produção deste país deverá declinar em função de adversidades climáticas. A produção soviética de cereais, em 1979/80, está estimada pelo USDA entre 170 e 210 milhões de toneladas, enquanto que no ano anterior foi de 235 milhões de toneladas.

As cotações do trigo no mercado internacional apresentaram, em abril, um valor médio de US\$124,00/t-FOB Chicago, chegando a US\$133,92 em maio, nível observado em novembro de 1978.

- Situação interna

A produção nacional de trigo na safra 1979 está estimada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) entre 3,8 e 4,2 milhões de toneladas, contra 2,7 milhões de toneladas produzidos em 1978. Essa estimativa deve-se tanto à expansão de área no Rio Grande do Sul e no Paraná, quanto às condições climáticas que, de maneira geral, vêm se apresentando favoráveis. O consumo, em 1979, está estimado em 7 milhões de toneladas, ou seja, um acréscimo de 11% em relação ao ano anterior. Isto significa que, se concretizada a produção de 4,2 milhões de toneladas em 1979, as importações serão de 2,8 milhões de toneladas, ou seja, 800 mil toneladas a menos que no ano anterior.

No Estado do Paraná, apesar das condições climáticas boas até o momento, começa a se apresentar um quadro de preocupação, pois já não chove há algum tempo e isto poderá comprometer a produtividade da cultura, principalmente nas áreas onde a mesma se encontra em fase de "emborrachamento". A primeira previsão do estado foi de 1,8 milhão de toneladas. Posteriormente, em decorrência da geada de final de maio, este número foi retificado para 1,7 milhão de toneladas.

Apesar do preço de Cr\$324,00 por saco de 60kg não ter sido considerado estimulante pelos agricultores, houve expansão de área tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná. Isto provavelmente se deve à falta de recursos por que passam os agricultores em função de sucessivas frustrações de safras de trigo e também de soja. Assim, o montante do financiamento de cus-

teio, de cerca de Cr\$10.000,00 por alqueire, vem num momento em que o agricultor se encontra descapitalizado e endividado.

Em São Paulo, na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Marília, a área para 1979 está estimada em 160.850ha e a produção em 230.000 toneladas, de acordo com o primeiro levantamento realizado na região, que representa cerca de 85,0% da área cultivada com o cereal no estado e se concentra na sub-região de Assis. À semelhança do Paraná, a cultura, que vinha se desenvolvendo muito bem em função das condições favoráveis de clima, poderá ser prejudicada, já que não chove há cerca de 30 dias, justamente na fase de "emborrachamento", quando a planta exige bom suprimento de água. Assim sendo, apesar de ter havido um bom perfilhamento, se não chover no início de julho a formação dos cachos será prejudicada, o que poderá comprometer o rendimento e determinar o quinto ano consecutivo de frustração da produção paulista de trigo.

Nessa região tritícola do Estado de São Paulo já se verifica uma certa tendência de abandono desta atividade, que agora está sendo reforçada pelas novas políticas agrícolas anunciadas. Pode-se notar que há perspectivas de diversificação de cultura na região, em detrimento do binômio soja-trigo, pois a capacidade de endividamento dos triticultores está se esaurindo. Em 1975/76 a soja apresentou bons resultados, enquanto que o trigo foi prejudicado em 1976. Em 1976/77 a soja também apresentou bons resultados, e o trigo novamente foi mal em 1977, devido à seca. Em 1977/78, não obstante os bons preços, muitos agricultores tiveram sua lavoura de soja prejudicada pela seca e, posteriormente, o trigo foi prejudicado pela geada. Em 1978/79 as lavouras de soja foram novamente prejudicadas pela seca.

Desta forma, 1979 desponta como um ano decisivo para o futuro da triticultura paulista. Inclusive, outro fator, este ano novamente em evidência, é a possibilidade de retirada do subsídio do trigo. A propósito, este subsídio foi elevado em 07/06/79 através de portaria da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB). O valor de aquisição do trigo nacional, que no ano passado foi de Cr\$4.158,00 a tonelada, este ano será de Cr\$5.410,00, enquanto o preço de venda aos moinhos permanece inalterado, Cr\$1.562,60 a tonelada.

José Roberto da Silva

(IEA, 07/07/1979)

- Oleaginosas: Soja e Amendoim

- Panorama internacional

As estimativas de produção mundial das dez principais oleaginosas, em 1978/79, totalizaram cerca de 153,5 milhões de toneladas, o que representa 5,1% de acréscimo em relação à safra anterior. Os estoques disponíveis nos maiores países produtores, ao início da safra 1978/79, eram de 11,8 milhões de toneladas, ou seja, 12,5% superiores aos existentes em 1977/78, contribuindo, portanto, para uma disponibilidade mundial de 165,3 milhões de toneladas, superando em 5,6% a oferta total de 1977/78 (quadro 53).

O consumo mundial, por sua vez, foi estimado em 152,1 milhões de toneladas, cerca de 5,1% superior ao de 1977/78.

O aumento na produção mundial decorreu, principalmente, do acréscimo verificado na produção de soja, em particular nos Estados Unidos, os quais produziram 50,2 milhões de toneladas em 1978/79, com uma elevação de 4,6% em relação a 1977/78. O estoque de soja estimado nesse País, ao início da temporada 1978/79, era de 4,3 milhões de toneladas, perfazendo no final uma oferta de 54,5 milhões de toneladas.

O consumo mundial de soja, particularmente, deverá apresentar um incremento de 6,1% em 1978/79, atingindo o volume de 82,1 milhões de toneladas.

Como resultado do balanço de oferta e demanda mundial de oleaginosas, os estoques finais em 1978/79 foram estimados em 13,3 milhões de toneladas, 12,7% superiores aos da temporada anterior. Desse total, a soja deverá responder por 10,5 milhões de toneladas, acusando um incremento de 15,4% em relação ao final de 1977/78.

Conforme dados disponíveis sobre a produção mundial de soja, referentes ao mês de março de 1979, os Estados Unidos responderam por aproximadamente 61,0% da produção, cabendo à China, pela segunda vez consecutiva, a colocação de 2º produtor mundial, respondendo por 15,0% da produção e deslocando o Brasil para a posição de 3º produtor, com 14,5% da produção. Deve-se, ainda, ressaltar o aumento percentual de participação da Argentina, passando de 3,5% em 1977/78 para 4,2% em 1978/79.

A produção mundial de amendoim em casca, em 1978/79, deverá ser de 18,0 milhões de toneladas, ligeiramente superior à do ano passado (17,2 milhões de toneladas). O acréscimo deve-se às maiores produções nos Estados Unidos, Argentina, Brasil e Senegal.

A previsão sobre a produção mundial de farelos protéicos em 1978/79, realizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), é de 86,5 milhões de toneladas, 5,1% superior à do ano passado, enquanto que a produção de óleos e gorduras está prevista em 54,9 milhões de toneladas (+3,4%).

O preço médio de soja em grão em 1978 foi de US\$268,00t/CIF - Rotterdam, cerca de US\$13,00 inferior à média do ano anterior. Nos cinco primeiros meses de 1979, os preços internacionais dessa oleaginosa apresentaram-se em elevação devido à forte demanda de grãos e farelos, contribuindo para este fato as contínuas quedas de cotação do dólar americano, a expansão da suinocultura e da avicultura nos Estados Unidos e a presença da China e da União Soviética como compradores, fatores estes que já vinham agindo no mercado desde o último trimestre de 1978. No lado da oferta, a queda da produção brasileira de soja, em razão da seca que vigorou no Sul do País, também contribuiu para o fortalecimento do mercado. Entretanto, a exemplo do ocorrido no ano passado, o aumento previsto na área de plantio de soja estadunidense figura como principal fator de contenção dos preços internacionais (quadro 54).

Para 1979/80, o USDA estima a área de plantio de soja naquele País em 27,8 milhões de hectares, apresentando um acréscimo de 7,4% sobre a safra anterior, em parte resultado da frustração da safra brasileira de soja e das tendências positivas da demanda mundial. A previsão da produção estadunidense, em 1979/80, está entre 49,0 e 56,3 milhões de toneladas, dependendo das condições climáticas e da produtividade da cultura, que, na safra passada, foi de 1.960kg/ha.

Para este final da temporada 1978/79, o USDA prevê que os preços da soja deverão permanecer aos níveis atuais (cerca de US\$270,00 - FOB Brasil), até a entrada da nova safra estadunidense em setembro de 1979. A partir de então, a alta de preços que vem se verificando nestes últimos meses poderá ser contida, principalmente se o volume da produção alcançar o nível mais alto das previsões, ainda aliado às exportações da Argentina e Brasil nesse período.

A previsão das exportações estadunidenses de soja em grão, farelo e óleo em 1978/79 são as seguintes, comparadas com as do ano anterior: 21,77 milhões de toneladas para grão (+14,3%); 5,76 milhões de toneladas para farelo (+4,5%); 0,97 milhão de toneladas para óleo (+4,3%).

No que se refere à demanda externa de soja norteamericana, em 1978/79, as previsões do USDA são de 51,4 milhões de toneladas, significando um acréscimo de 10,8% em relação a 1977/78, devendo os estoques finais daquele País situarem-se em 3,8 milhões de toneladas em 31 de agosto próximo, contra 4,3 milhões em igual data do ano passado. Estes números sugerem que a demanda mundial por soja deverá permanecer firme na atual temporada, apesar do novo incremento na produção dos Estados Unidos, reforçando a manutenção dos preços internacionais aos níveis vigentes nos últimos meses.

#### - Situação interna

A produção brasileira de soja, em 1978/79, foi estimada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) entre 11,0 e 11,3 milhões de toneladas (+17,0% em relação a 1977/78), 25% menor em relação ao volume inicialmente previsto. Este fato decorreu, basicamente, da baixa produtividade alcançada nessa safra como reflexo da estiagem que assolou o Sul do País nos meses de janeiro e fevereiro de 1979, agravada pela não confirmação da intenção inicial de plantio em alguns dos principais estados produtores, caso do Rio Grande do Sul.

Assim, o Rio Grande do Sul, antes o primeiro Estado produtor, participou com um volume de apenas 36,0%, sendo suplantado pelo Paraná, com 40,0%, e cabendo a São Paulo a terceira posição, com 7,5% (quadro 55).

As exportações de soja em grão, em 1978, atingiram 658,5 mil toneladas, observando-se um decréscimo de 74,5% em relação a 1977. Já as de farelo superaram as exportações de 1977 em 65,4 mil toneladas, o que representou um acréscimo de 1,7%. O óleo atingiu 487,8 mil toneladas exportadas em 1978, praticamente o mesmo volume exportado em 1977 (quadro 56).

O esquema de comercialização da safra de soja, adotado inicialmente pela CACEX para o ano comercial 1979/80, diferiu dos anos anteriores, caracterizando-se pela liberação das vendas externas de soja em grão, farelo e óleo, a partir do compromisso, por parte das indústrias, de abastecer o mercado interno.

As necessidades internas de farelo e óleo de soja, estimadas para o ano comercial 1979/80, são de 1,6 milhão de toneladas e 1,1 milhão de toneladas, respectivamente, resultando em cotas mínimas mensais, a serem fornecidas pelas indústrias, de 135 mil toneladas de farelo e 90 mil toneladas de óleo. Também as exportações de soja foram liberadas; porém, como

nos anos anteriores, as indústrias continuavam proibidas de exportar soja em grão, à exceção das indústrias vinculadas às cooperativas.

Entretanto, em virtude do não cumprimento do compromisso do abastecimento interno por parte das indústrias, tanto no que se refere aos volumes previamente acordados, como nos preços, cuja tabela não vinha sendo obedecida, a CACEX decidiu suspender as exportações de farelo e óleo de soja a 21 de março p.p., e apenas ao final de abril começaram a ser aceitos nos registros, mediante comprovação do compromisso estabelecido; no entanto, a quota de exportação de soja liberada pela CACEX, de 1,1 milhão de toneladas, deverá ser mantida até o final da temporada, uma vez que um melhor conhecimento da safra brasileira aliado aos bons preços em vigor no mercado internacional resultaram na suspensão das exportações de soja em grão.

Com a volta do sistema de quotas nas exportações de farelo e óleo, por sindicatos e empresas, ficaram definidos os tetos preliminares das quotas globais, ou seja, um volume de 5.078 mil toneladas de farelo e 567 mil toneladas de óleo, para uma previsão inicial de 5,7 milhões de toneladas e 600 mil toneladas de farelo e óleo, respectivamente.

As quotas de exportação foram assim distribuídas aos estados, pelos sindicatos das indústrias: para farelo - Rio Grande do Sul, 1.870 mil toneladas; Santa Catarina, 310 mil toneladas; Paraná, 597 mil toneladas; e São Paulo, 2.301 mil toneladas; para óleo - Rio Grande do Sul, 249 mil toneladas; Santa Catarina, 40 mil toneladas; Paraná, 88 mil toneladas; e São Paulo, 190 mil toneladas.

A distribuição, por indústrias filiadas, será realizada na proporção de sua capacidade diária.

Apesar das restrições às exportações de farelo e óleo de soja, o abastecimento interno, particularmente no que se refere ao óleo, continuou conturbado por problemas de preço, uma vez que os preços internacionais, superiores aos do mercado interno, elevaram os preços da matéria-prima, fazendo com que as indústrias não concordassem com os preços do farelo e óleo dos níveis do tabelamento vigente até o final de maio. Entretanto, no início de junho a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) baixou uma portaria reajustando os preços dos derivados de soja, a fim de permitir às indústrias suportarem os níveis de preços pagos aos agricultores pela matéria-prima e a consequente normalização do abastecimento interno do óleo de soja. Assim, o farelo de soja passou de Cr\$3,52/kg (teor básico de proteínas de 45 a 46%) para Cr\$4,00/kg, ou seja, um acréscimo de 13,6%. O óleo bruto passou de Cr\$12,84/kg para Cr\$14,73/kg, e o óleo refinado, a nível de São Paulo, foi tabelado em Cr\$23,80 a lata de 900ml, comparado com Cr\$20,70 anteriormente.

Os preços médios recebidos pelos produtores paulistas, em 1978, apresentaram decréscimo a partir de maio, quando estavam em Cr\$210,90/sc.60kg, atingindo Cr\$207,80 em agosto (quadro 57). A partir de então, houve recuperação, resultando na média anual de Cr\$214,36/sc.60kg. A tendência de alta estendeu-se até abril de 1979, chegando a Cr\$298,70/sc.60kg, acompanhando a evolução dos preços internacionais.

Segundo o levantamento realizado pelo IEA/CATI, em fevereiro de 1979, a área cultivada com soja no Estado de São Paulo foi de 545,6 mil hectares, representando um decréscimo da ordem de 2,4% em relação à anterior. A produção foi estimada em 844,2 mil toneladas, cerca de 13,2% maior que a de 1977/78, com um rendimento de 1.547kg/ha, superior ao do ano passado, que foi de 1.334kg/ha.

A elevação verificada nas cotações no mercado internacional de soja, no primeiro semestre de 1979, deverá propiciar uma expansão na área de plantio, a nível nacional, de 6% a 10%, para o próximo ano agrícola. Para o Estado de São Paulo, está prevista uma expansão de 5% a 10%, mas, em função dos estímulos oferecidos às demais culturas, poderá ocorrer uma menor expan

são.

A produção brasileira de amendoim em casca, em 1978/79, foi estimada em 420-440 mil toneladas, apresentando um acréscimo de 32% em relação à produção de 1977/78. No Estado de São Paulo, principal produtor, verificou-se expansão na área de plantio de aproximadamente 8,5% em relação a 1977/78, como reflexo dos preços recebidos pelos produtores, considerados satisfatórios.

Até maio de 1979, os preços recebidos pelos produtores paulistas variaram de Cr\$168,90 a Cr\$176,30/sc.25kg de amendoim em casca, superando em 34% a média do mesmo período do ano anterior.

As exportações de amendoim, farelo e óleo, em 1978, foram as seguintes, comparadas com o ano anterior: grão, 17.331t (+77,2%); óleo, 59.879t (+25,3%); e farelo 52.745t (+11,0%).

O comportamento dos preços internos do amendoim, no 1º semestre de 1979, sugere uma expansão na área de plantio de amendoim no Estado de São Paulo, de cerca de 10% a 15%, para a próxima safra, dependendo do volume e preço das sementes disponíveis para o plantio, uma vez que esses fatores têm se constituído limitantes à expansão da cultura, nas 2 últimas safras. Também a necessidade de oleaginosas para esmagamento nas indústrias constitui-se em forte estímulo ao aumento na área de plantio de amendoim, já que, dada a escassez da principal matéria-prima do parque moageiro nacional - a soja - , é o amendoim um produto alternativo, com boa colocação no mercado internacional, visto as elevadas cotações do óleo de amendoim no mercado externo.

Marina Brasil Rocha

(IEA, 10/07/79)

QUADRO 53. - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1974/75 a 1978/79  
(em 1.000 toneladas)

Item	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79
Estoque inicial	11.132	12.417	14.565	10.497	11.806
Produção mundial	124.910	134.280	125.990	146.020	153.530
Oferta total	136.042	146.697	140.555	156.517	167.336
Consumo mundial	123.625	132.132	130.058	144.711	152.076
Estoque final	12.417	14.565	10.497	11.806	13.260

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 54. - Cotações Internacionais de Soja, 1974-79  
(em US\$/t-CIF Rotterdam, USA nº 2)

Mês	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	261	256	189	287	240	284
Fev.	271	231	192	293	239	298
Mar.	265	226	190	325	270	310
Abr.	235	229	190	390	290	300
Mai.	229	208	210	371	290	300
Jun.	228	207	244	332	278	...
Jul.	276	224	264	252	266	...
Ago.	320	243	248	230	259	...
Set.	303	227	261	205	264	...
Out.	335	211	254	209	271	...
Nov.	312	193	259	236	270	...
Dez.	288	185	269	240	278	...
Média anual	277	220	231	281	268	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 55. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1974/75 a 1978/79  
(em milhão de toneladas)

Estado	1974/75		1975/76		1976/77		1977/78		1978/79	
	Produção	%								
Rio Grande do Sul	4,60	46,9	5,11	45,5	5,68	45,4	4,57	47,9	4,05	36,3
Paraná	3,62	37,0	4,50	40,1	4,70	37,6	3,15	33,0	4,45	40,0
São Paulo	0,68	6,9	0,77	6,8	0,77	6,1	0,75	7,8	0,84	7,5
Santa Catarina	0,47	4,8	0,41	3,7	0,53	4,2	0,35	3,7	0,47	4,2
Outros estados	0,43	4,4	0,44	4,0	0,84	6,7	0,72	7,6	1,34	12,0
Total	9,80	100,0	11,23	100,0	12,51	100,0	9,53	100,0	11,15	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) - SP, Departamento de Economia Rural (DERAL - PR), Ministério da Agricultura - CFP, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Safras e Mercado.

QUADRO 56. - Exportação Brasileira de Soja em Grão e Derivados, 1974-79

Ano	Soja em grão			Farelo de soja			Óleo de soja		
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)
1974	2.730,4	585,3	214,35	2.030,9	303,0	149,22	2,3	1,9	830,00
1975	3.333,3	684,9	205,47	3.133,6	465,8	148,64	267,7	152,4	569,48
1976	3.639,5	788,1	216,53	4.367,0	794,6	181,95	452,9	174,6	385,62
1977	2.586,9	709,6	274,31	5.328,9	1.145,7	214,83	487,2	274,2	562,81
1978	658,5	169,8	257,82	5.419,1	1.049,0	193,58	487,8	278,2	570,23
1979 (1)	58,2	15,9	272,50	853,9	185,5	217,29	135,6	83,7	617,08

(1) Janeiro a março.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 57. - Preços Médios de Soja Recebidos pelos Produtores Paulistas, 1975-79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	89,33	280,42	84,32	202,98	154,30	252,60	175,50	335,54	267,20	223,95
Fev.	78,52	241,19	82,10	189,90	158,80	251,79	179,00	206,32	279,00	225,36
Mar.	70,63	213,51	80,10	178,53	182,00	277,29	193,90	216,37	294,90	225,15
Abr.	71,85	213,43	80,70	173,55	202,20	295,96	209,80	226,45	298,70	219,83
Mai.	74,28	216,16	84,00	174,73	207,50	293,20	210,90	220,55	...	...
Jun.	74,13	211,06	104,40	211,26	194,80	269,92	209,60	211,57	...	...
Jul.	75,85	211,39	114,30	222,88	133,20	180,76	208,60	204,78	...	...
Ago.	83,45	226,32	116,79	219,01	145,10	194,45	207,80	198,64	...	...
Set.	86,63	229,49	132,30	239,71	140,20	184,56	218,20	203,37	...	...
Out.	86,60	224,26	146,90	259,84	146,80	188,19	238,00	215,72	...	...
Nov.	84,41	214,02	152,60	265,00	156,90	196,01	255,60	225,47	...	...
Dez.	83,51	207,14	149,90	254,38	166,30	203,45	265,40	230,56	...	...

(<sup>1</sup>) Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica (Base: 1978 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Banana e Outras Frutas

- Panorama internacional

- Banana

Ainda que a Food and Agriculture Organization (FAO) tenha reafirmado a necessidade da aplicação de um mecanismo que permita assegurar equilíbrio entre a oferta e a demanda, a preços remunerativos aos produtores e razoáveis aos consumidores, as discussões desse tema durante a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Sobre um Acordo Internacional de Banana, de 2 a 6 de outubro de 1978, continuaram mostrando as evidentes divergências ainda existentes.

Assim, os países importadores assinalam que existem grandes diferenças de produtividade entre os exportadores e que pode ocorrer substancial desnível entre o preço que os produtores consideram remunerativos e aquele que, efetivamente, possa ser obtido no mercado.

De outra parte, os países exportadores declaram que a aparência de equilíbrio do mercado internacional, nos dois últimos anos, deveu-se ao mau tempo nas regiões produtoras (geadas, furacões, etc.) e, principalmente, que a tendência dos preços recebidos pelos países que vendem no mercado livre é desfavorável, tendo em conta que os custos dos fatores de produção para a cultura têm aumentado em proporções mais acentuadas.

Destaque-se que as projeções da FAO para 1981 são de uma disponibilidade para exportação entre 8,0 e 8,4 milhões de toneladas, contra uma demanda estimada em 7,4 milhões de toneladas, podendo-se agravar esse desequilíbrio se os atuais programas para aumento da produção se realizarem.

Dessa forma, o Grupo de Trabalho acentua ser essencial para um acordo que os países produtores consigam harmonizar e racionalizar seus programas de produção. Ao mesmo tempo, será importante aumentar o consumo, criar e desenvolver novos mercados, encontrar novos usos para o produto, melhorar as condições de qualidade da fruta na exportação e reduzir ou eliminar as barreiras alfandegárias de importação.

- Outras frutas

No âmbito do comércio e da produção de frutas, alguns pontos merecem destaque: a) o Brasil concluiu com os Estados Unidos um acordo comercial para redução de tarifas aduaneiras de maçãs e peras, cuja alíquota deverá ser reduzida de 32% para 15% para as primeiras 10.000 toneladas importadas no período de agosto a dezembro, anualmente; b) a Argentina isentou de taxas de importação diversas frutas, entre as quais maçã, pera, banana, coco, abacate, abacaxi, manga, laranja, tangerina, limão, "grapefruit", figo, uva e morango, antes gravadas com 10% "ad-valorem", tendo em vista reduzir o custo de vida naquele País, que, em 1978, aumentou 169,8%; e c) na Europa, ganham proporções as discussões relativas aos efeitos da entrada da Espanha, Grécia e Portugal no Mercado Comum Europeu (MCE), tendo em vista a importância desses países na produção de algumas frutas, os quais estarão em condições de competir com os atuais produtores da Comunidade. A preocupação maior parece ser com a Espanha, que poderá

tornar-se a "Califórnia da Europa".

No tocante à produção de maçã, em 1978, os principais países do Hemisfério Norte registraram aumento em relação à baixa colheita de 1977, permitindo um crescimento global de 17% nas disponibilidades exportáveis. Desse modo, as exportações do Hemisfério Sul e dos Estados Unidos, na safra 1978/79, deverão declinar.

Para a colheita 1978/79 na Argentina, as estimativas de produção de maçã são 10% superiores às 810.000 toneladas colhidas em 1977/78. Com reduções de exportação previstas para o Brasil e Comunidade Econômica Européia (CEE), acredita-se que as quantidades a serem embarcadas serão relativamente menores que as do ano anterior, tendo em conta que a alta do custo dos materiais de embalagem torna a maçã argentina pouco mais cara que a média praticada no mercado internacional (US\$8,00/cx.).

#### - Situação interna

##### - Banana

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a produção brasileira de banana, em 1978, alcançou 411,8 milhões de cachos, permanecendo estável em relação à anterior. Para 1979, a estimativa de maio apontava um volume da ordem de 428,2 milhões de cachos, destacando-se como principais estados produtores Ceará, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a área plantada com bananeiras no Estado de São Paulo, em 1979, deverá ser de 36,9 mil hectares, representando diminuição de 8,7% em relação à área de 1978, que se mantivera praticamente igual à do ano precedente.

No tocante à produção, em 1978 foram colhidas 684,8 mil toneladas e a última estimativa para 1979 é de 632,4 mil toneladas (-7,7%).

No Entreposto Terminal do Jaguaré (CEAGESP), na Capital, observou-se em 1978, diminuição de 3,5% na oferta de banana verde a granel (129.633t), não compensada pelo aumento de 3,3% nas entradas de caixas de 15kg, de maneira que a disponibilidade total em relação ao ano anterior diminuiu 3%.

Essa redução foi acentuada no segundo semestre de 1978, em relação a igual período do ano anterior (-7%), pois no primeiro semestre ocorrera um acréscimo de 2%. Dentro desse panorama, as cotações no atacado passaram a se elevar desde maio, perdurando até outubro, sem apresentar os decréscimos que estacionalmente ocorrem no período de maio a agosto (quadro 58).

Estima-se que em 1978 o produtor paulista tenha recebido, na fonte, em média, Cr\$850,00 por tonelada de banana, com um acréscimo real de 2,2% em relação ao ano anterior. A nível de varejo na Capital, também em termos reais, registrou-se uma diminuição de 4,7% em relação a 1977, sugerindo ter havido uma compressão na margem total de comercialização.

Em 1978, foram exportadas, segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), 132.538 toneladas de banana, um aumento de 18,7% em relação ao volume exportado em 1977. Concomitantemente, observou-se aumento de 2,8% na cotação média FOB, atingindo US\$175,41 por tonelada, contra US\$170,63, no ano anterior. No primeiro trimestre de 1979, foram exportadas 38.638 toneladas, atingindo 8,8% mais em relação ao mesmo período do ano precedente e elevando-se a

cotação FOB a US\$205,26 por tonelada, ou seja, um aumento de 18,7% face ao primeiro trimestre de 1978.

Do total exportado, a Argentina, principal importador, participou com 90% e, embora tenha diminuído sua participação relativa, a quantidade absoluta foi maior que em 1977. O U ruguai aumentou suas importações, tanto em valores absolutos, como relativos.

A embalagem predominante foi a caixa (83%), tendo sido todo o transporte efetuado por via rodoviária.

#### - Outras frutas

Para as demais frutas, os informes disponíveis referentes tanto ao ano civil de 1978, como à safra agrícola 1978/79, permitem concluir que os preços ao nível de atacado acusaram, no geral, acréscimos superiores à desvalorização da moeda (quadro 59).

Análise por grupo de frutas mostra que, entre aquelas de clima tropical, o maior aumento de preços verificou-se para a manga (126%), cujo volume ofertado em 1978 diminuiu 19% em relação a 1977 em decorrência de uma safra também menor (-21%). Outra valorização expressiva foi a do mamão (80%), cuja quantidade ofertada foi 3% maior, convindo lembrar que está ocorrendo melhoria qualitativa pela introdução de variedades mais indicadas ao consumo "in natura" e aumento no custo do transporte, dadas as distâncias mais longínquas das novas origens do produto.

Entre as frutas de clima temperado, os maiores acréscimos em valores correntes foram registrados para caqui (72%) e pêssigo de mesa (110%), cujas entradas decresceram em 1978, respectivamente, 24% e 46%, em relação a 1977.

No tocante ao pêssigo industrializado, a produção nacional em 1978/79 situou-se ao redor de 33 a 35 milhões de latas (de 1kg), sem que tenha havido necessidade de importação de matéria-prima, como ocorrera na safra precedente. Assim, ocorreu aumento de quase 40% na produção, principalmente na região de Pelotas, pois da oferta global de 37 milhões de latas em 1977/78, a parcela produzida com fruta brasileira foi estimada ao redor de 25 milhões de latas.

Em São Paulo, o "Convênio do Pêssigo" permitiu aos persicultores receberem Cr\$11,50/kg do produto na roça, tipos A e B, e Cr\$7,50/kg para o tipo C, com uma elevação de 43% em relação aos preços da safra anterior. No Rio Grande do Sul, o "Acordo do Pêssigo" também facultou evolução positiva ao setor, pois foram estipulados os seguintes valores: Cr\$6,00/kg para o tipo I precoce; Cr\$4,00/kg para o tipo II precoce; e Cr\$5,00/kg para o tipo I de meia estação, enquanto o tipo III foi pago à razão de Cr\$1,50 a Cr\$2,00/kg, limitado o volume de entrega a 20% do total.

Essa política tem incentivado os agricultores gaúchos a plantarem variedades precoces, permitindo estender o período de processamento industrial para cerca de 60 dias.

Caso permaneça a proibição de importações da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), em todas as posições da lista brasileira de mercadorias, os preços de pêssigo deverão manter-se firmes, embora seja difícil prever-se, no momento, a expectativa da futura safra em São Paulo e Pelotas. O mesmo ocorre com as demais frutas, cujas floradas ainda não ocorreram em São Paulo, sabendo-se, todavia, que as geadas de fins de maio não causaram maiores danos por se tratar de época de dormência dos pés.

Antonio Ambrósio Amaro  
(IEA, 10/07/1979)

QUADRO 58. - Preços Médios Mensais de Banana Nanica, São Paulo, 1976-69

Mês	Atacado (Cr\$/tonelada)				Varejo (Cr\$/dúzia)			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Jan.	860,00	610,00	750,00	2.100	5,66	4,93	5,13	10,21
Fev.	810,00	530,00	500,00	1.600	5,27	4,92	5,28	10,21
Mar.	550,00	790,00	790,00	1.950	5,06	4,87	5,30	9,85
Abr.	640,00	720,00	830,00	2.100	4,67	4,92	5,17	10,12
Mai.	420,00	650,00	880,00	2.500	4,78	4,72	5,09	9,64
Jun.	390,00	550,00	1.260,00	...	4,70	4,94	4,95	10,14
Jul.	490,00	460,00	1.500,00	...	4,71	4,95	5,66	...
Ago.	525,00	510,00	1.620,00	...	4,50	4,70	5,87	...
Set.	585,00	980,00	2.100,00	...	4,62	4,87	10,06	...
Out.	780,00	1.160,00	2.490,00	...	4,47	5,42	8,13	...
Nov.	740,00	980,00	2.370,00	...	4,37	5,36	9,15	...
Dez.	680,00	950,00	1.990,00	...	4,85	5,34	9,76	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 59. - Quantidades Comercializadas na CEAGESP e Preços Médios Anuais de Algumas Frutas, Mercado Atacadista, São Paulo, 1975-78

Espécie	Unidade	Quantidade total (1.000 unidades)				Preço médio ponderado (Cr\$/unidade)			
		1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Abacate	cx.25kg	565	543	536	1.018	29,10	52,00	58,30	83,00
Caqui	cx.26kg	414	377	567	436	29,00	53,00	68,30	117,20
Figo	engradado	2.022	1.624	2.430	2.247	6,50	9,70	13,30	20,30
Mamão	duplo(33kg)	586	1.023	1.764	1.816	45,00	54,70	53,60	97,30
Manga	cx.23kg	463	256	535	436	37,60	56,00	63,10	143,10
Pêssego	cx.3kg	2.167	2.040	2.274	1.645	14,70	19,60	20,30	42,80
Uva niagara	cx.8kg	3.060	2.061	4.228	2.283	18,40	29,70	45,00	81,80
Uva itália	cx.8kg	1.131	933	1.195	1.204	40,30	63,00	95,90	139,30
Tangerina cravo	cx.30kg	637	500	497	782	15,50	24,00	42,30	58,80
Tangerina poncã	cx.30kg	1.596	1.708	1.481	1.891	20,70	25,20	43,00	61,80

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

## - Cana-de-açúcar

### - Panorama internacional

Em 1978/79, apesar da produção mundial (92,75 milhões de toneladas) ter apresentado ligeiro decréscimo (-1,1%) em relação ao ano anterior e o consumo mundial ter crescido 4,7%, os estoques mundiais ao final da presente temporada (31 de agosto) deverão alcançar nível recorde, acima de 32,0 milhões de toneladas. Com isto, as cotações do açúcar no mercado mundial sofreram quedas no decorrer de 1978.

Mesmo vigorando, em 1978, o Acordo Internacional do Açúcar, celebrado em outubro de 1977 pelos países exportadores e importadores, visando estabilizar o mercado mundial, que vem se apresentando nestes últimos anos bastante desfavorável para os países exportadores, as cotações permaneceram em níveis gravosos, bem abaixo do preço mínimo estabelecido no citado acordo, de US\$0,11/libra-peso (US\$242,80/t), com a cotação média de US\$172,50/t em 1978, observando-se pequena reação no último quadrimestre. Entretanto, nos cinco primeiros meses de 1979, a média das cotações foi praticamente igual à mesma para idêntico período do ano anterior (quadro 60).

Para 1979/80, mesmo com as anunciadas reduções de produção em alguns países exportadores, já que o citado Acordo impõe reduções nas cotas de exportações face aos elevados estoques mundiais, não se acredita em grandes mudanças na atual situação quanto às cotações.

### - Situação interna

A produção brasileira de açúcar relativa à safra 1978/79 alcançou 122,4 milhões de sacas de 60kg (7,34 milhões de toneladas), ou seja, 11,7% menor que a obtida em 1977/78 (quadro 61). A produção do Estado de São Paulo totalizou 3,19 milhões de toneladas, 22,2% abaixo da anterior, constituindo-se na menor participação do Estado nos últimos anos (44% do total).

Com decréscimo de 8,3% em relação à anterior, a produção nacional de açúcar, autorizada pelo Plano de Safra de 1979/80, é de 110,0 milhões de sacas (6,6 milhões de toneladas). Deste total, 70,9% destina-se ao consumidor interno e o restante ao mercado externo (quadro 62). Essa menor produção de açúcar é consequência da atual situação do mercado internacional: baixos preços, redução das cotas de exportações dos países exportadores e acúmulos de estoque.

Para o Estado de São Paulo, a produção autorizada é de 47,0 milhões de sacas - 11,6% menor que a de 1977/78 - da qual 87,0% destinam-se ao abastecimento interno e o restante (13,0%) à exportação, representando 43% em relação ao total autorizado para o Brasil.

Em consequência dos graves problemas ocasionados pelo alto preço do petróleo nestes últimos anos, o Governo Federal houve por bem incentivar a produção de álcool (Programa Nacional do Alcool) para sua utilização como combustível. Assim, em 1978/79 a produção brasileira de álcool atingiu aproximadamente 2,5 bilhões de litros, representando um acréscimo de 67% em relação ao ano anterior e 210% quanto à produção média dos cinco anos anteriores.

A produção paulista, que nesta última safra alcançou 1,8 bilhão de litros, foi 65% superior à de 1977/78 e 230% à média dos últimos cinco anos, representando 74% da produção total.

A produção de álcool, autorizada no Plano de Safra 1979/80, é de 3,8 bilhões de litros, representando em acréscimo de 58% sobre a realizada na safra anterior. Para São Paulo, a pro-

dução autorizada é de 2,1 bilhões de litros, 54% do total brasileiro.

Até o início de março, para o Estado de São Paulo, foram enquadradas 87 propostas para montagem de destilarias de álcool, no Programa Nacional do Alcool, das quais 65 "anexas" e 22 "autônomas", cujo acréscimo na produção, quando todas estiverem implantadas e operando, será da ordem de 1,5 bilhão de litros.

As exportações brasileiras de açúcar em 1978 totalizaram 1.961,5 mil toneladas para um valor FOB de US\$350.071 mil, registrando, comparativamente a 1977, decréscimo de 20% e 24%, respectivamente. Esta menor quantidade exportada é decorrência do Brasil ser um dos países exportadores signatários do Acordo, cujo objetivo no momento é elevar a cotação deste produto no mercado internacional, mediante menor oferta do produto (quadro 63).

A área de cana para indústria, no Estado de São Paulo, vem apresentando um crescimento contínuo nesta década de 70, no primeiro quinquênio, em razão das condições extremamente favoráveis do mercado internacional do açúcar e na segunda metade da década, em razão, principalmente, da ênfase dada à produção de álcool. Este crescimento deverá continuar ainda nos próximos anos, dadas as instalações de novas destilarias, ou ampliação das já existentes. Porém, deve-se ressaltar que parte do aumento na produção de álcool será feita às custas de cana que anteriormente seria utilizada na fabricação de álcool. Para 1979, a previsão do IEA é de 65,9 milhões de toneladas disponíveis para industrialização, indicando a possibilidade de ao final da moagem ter-se pequena parte desta cana em pó (cana bis) (quadro 64).

Apesar do novo preço da tonelada de cana (Cr\$311,10/t), a vigorar na corrente safra, significar acréscimo de 49,5% em relação ao fixado no início da safra anterior, a participação do fornecedor, que nestes últimos anos vem diminuindo, deverá seguir a mesma tendência, já que outras culturas apresentam perspectivas de maior rentabilidade. Por outro lado, as usinas e destilarias vêm adquirindo as terras vizinhas, num processo lento, mas contínuo, visando ao aumento de sua área de produção.

Luiz Flavio Barbosa Cancegliero

(IEA, 11/07/1979)

QUADRO 60. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1970-79

(em US\$/t)

Mês	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	67,53	104,17	174,34	207,45	334,57	845,46	309,41	184,71	193,55	167,07
Fev.	69,52	106,37	180,74	198,18	465,43	749,90	297,93	189,57	187,15	181,64 <sup>(1)</sup>
Mar.	74,59	103,50	185,38	193,54	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	188,59 <sup>(1)</sup>
Abr.	78,79	100,63	156,25	198,40	476,69	527,45	310,07	221,57	167,51	171,70 <sup>(1)</sup>
Mai.	79,67	96,22	146,32	206,34	521,49	383,34	320,88	197,52	161,77	173,69 <sup>(1)</sup>
Jun.	81,43	91,59	139,70	207,01	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	...
Jul.	84,30	92,03	122,70	210,10	552,39	368,68	291,53	153,09	141,91	...
Ago.	84,08	93,79	138,15	197,96	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	...
Set.	85,41	88,06	156,03	197,30	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	...
Out.	86,73	92,91	163,53	209,88	871,72	310,51	177,21	156,48	197,75	...
Nov.	90,26	93,57	160,66	223,78	238,95	297,27	173,90	156,03	176,78	...
Dez.	90,70	127,56	201,93	261,52	991,09	291,09	166,62	178,55	176,56	...
Média anual	81,21	99,31	160,44	208,55	654,57	449,54	254,01	179,00	172,50	...

<sup>(1)</sup> Preliminar.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 61. - Produção Brasileira e Paulista de Açúcar e Alcool, 1979/71 a 1978/79 (1)

Safrá	Brasil		São Paulo			
	Açúcar (t)	Alcool (1.0001)	Açúcar (t)	Participação no Brasil (%)	Alcool (1.0001)	Participação no Brasil ( )
1970/71	5.119.661	637.238	2.436.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.836.141	48	500.104	73
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.667	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.466.269	52	408.100	65
1975/76	5.887.596	555.627	2.869.333	49	362.286	65
1976/77	7.208.214	643.158	3.563.614	49	428.945	67
1977/78	8.307.610	1.470.404	4.098.744	49	1.095.158	74
1978/79	7.342.424	2.451.576(2)	3.194.344	44	1.812.421	74

(1) Todos os tipos de açúcar e álcool.

(2) Preliminar.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 62. - Plano de Produção de Açúcar e Alcool da Safra 1979/80 <sup>(1)</sup>

Região e estado	Açúcar (1.000sc.60kg)			Alcool <sup>(2)</sup> (1.000l)
	Global	Consumo	Exportação	
<b>Norte-Nordeste</b>				
Pará	80	80	-	4.500
Maranhão	250	250	-	11.100
Piauí	60	60	-	1.080
Ceará	730	730	-	8.900
Rio Grande do Norte	1.360	1.360	-	32.400
Paraíba	2.330	2.130	200	105.080
Pernambuco	20.060	6.162	13.898	347.380
Alagoas	17.080	5.737	11.343	356.400
Sergipe	1.350	1.350	-	13.500
Bahia	700	700	-	4.200
Subtotal	44.000	18.559	25.441	884.540
<b>Centro-Sul</b>				
Minas Gerais	5.900	5.900	-	76.900
Espírito Santo	500	500	-	9.000
Rio de Janeiro	8.300	8.300	-	193.200
São Paulo	47.000	40.883	6.117	2.052.700
Paraná	3.000	3.000	-	504.200
Santa Catarina	500	58	442	6.750
Rio Grande do Sul	200	200	-	-
Mato Grosso	200	200	-	36.200
Goiás	400	400	-	34.300
Subtotal	66.000	59.441	6.559	2.913.250
<b>Brasil</b>	<b>110.000</b>	<b>78.000</b>	<b>32.000</b>	<b>3.797.790</b>

<sup>(1)</sup> Produção autorizada (Plano de Safra 1979/80).

<sup>(2)</sup> Inclui álcool direto e residual.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 63. - Exportação Brasileira de Açúcar 1971-79 (1)

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.748.766	1.099.773	628,89
1976	1.167.333	306.539	262,59
1977	2.454.586	462.705	193,01
1978	1.961.516	350.071	181,54
1979 (2)	564.062	100.562	189,06

(1) Demerara, cultal e refinado.

(2) Até abril.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 64. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar para Indústria, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1978/79

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (1) (kg/ha)
1971/72	759,0	42.300	55.731
1972/73	740,0	40.000	54.054
1973/74	790,0	34.000	43.038
1974/75	802,0	35.600	44.389
1975/76	932,0	47.500	64.103
1976/77	1.011,0	55.300	66.339
1977/78	1.146,5	58.070	64.897
1978/79(2)	1.153,4	65.920	69.690

(1) A partir da área colhida.

(2) Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

## - Mamona

### - Panorama internacional

A produção mundial de mamona para 1978/79 está estimada em 940 mil toneladas, apresentando um crescimento da ordem de 19% em relação ao ano anterior, quando a estimativa da produção, após a correção de quebras observadas na URSS, Brasil, China e Índia, se elevou a 790 mil toneladas. Na safra 1978/79, o Brasil será responsável por 40% da produção mundial, mantendo, assim, sua posição de maior produtor, mesmo com área cultivada inferior à da Índia. Isto deve-se ao fato do rendimento cultural no Brasil (em média de 900kg/ha) ser praticamente três vezes superior ao obtido na Índia.

Os estoques de óleo de mamona disponíveis no início de 1978/79 de 84 mil toneladas aumentados de uma produção esperada de 470 mil toneladas resultarão num estoque final de 199 mil toneladas, considerando-se um consumo de 355 mil toneladas. Diante desta situação inevitavelmente os níveis de preços internacionais serão afetados, com tendência de baixa.

A oferta mundial na safra 1977/78, superior à do ano anterior em 12%, e afetando as cotações do óleo de mamona nos mercados internacionais, fez com que a média de US\$945/t-CIF Europa, em 1977, caísse para US\$860/t em 1978; nos períodos nos quais foi comercializada a safra brasileira, as cotações se reduziram ainda mais.

A safra de mamona brasileira apresenta crescimento da ordem de 44,3% no ano agrícola de 1977/78 e para o ano de 1978/79 os acréscimos de oferta esperados variam de 2,5%, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a 20%, segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

A expectativa de safra brasileira mais elevada em 1978/79 tem contribuído para uma nova redução de preços, uma vez que em abril/79 se situavam em torno de US\$810/t-CIF Europa. Além desse fato, divergências nas estimativas brasileiras de mamona, que segundo a FIBGE foi de 317.000t e a CFP, de 387.500t para o ano de 1977/78, têm reflexos profundos nos preços do produto no mercado internacional, em vista da importância relativa do Brasil neste mercado. Uma compatibilização das estimativas da oferta de mamona brasileira sem dúvida irá contribuir para um comportamento dos preços com menores variações, podendo ser, inclusive, um fator importante para a expansão do setor no Brasil.

### - Situação interna

A produção brasileira de mamona, que em 1977 foi de 219.710t, teve uma rápida expansão no ano de 1978, em função dos preços favoráveis que prevaleceram no mercado internacional no ano anterior, pois mesmo sob condições climáticas adversas que atingiram o Centro Sul do País, a produção alcançou 316.578t. Para o ano de 1979, as previsões são de ofertas crescentes e cujas estimativas preliminares variam de 324.544t segundo a FIBGE a 380.000t segundo a CFP. As estimativas da CFP, que correspondem a crescimento na produção da ordem de 20%, têm provocado uma expectativa de redução nos níveis de preços a nível dos produtores. Fontes ligadas ao comércio estimam em 360 mil toneladas a produção nacional.

Os estados da Bahia (62,3%), São Paulo (7,5%) e Paraná (11,6%) são responsáveis por mais de 80% da produção brasileira de mamona.

Mesmo permanecendo estável a área cultivada no Estado de São Paulo, a produção recupe-

rou-se graças ao rendimento esperado de 1.151kg/ha, já que em 1977/78 o nível de produtividade obtido, consequência de forte estiagem, fora o menor registrado nos últimos 7 anos (quadro 65).

Nos anos de 1978 e 1979, as condições de mercado não foram favoráveis aos produtores de mamona, uma vez que os preços nominais foram inferiores aos observados no ano de 1977, o que indica uma redução em termos reais no preço do produto, principalmente no ano de 1979 (quadro 66).

As exportações brasileiras de óleo de mamona apresentaram, em 1978, uma expansão da ordem de 40% em relação a 1977, tendência que deverá ser mantida uma vez que na comparação entre as exportações do primeiro trimestre de 1979 e as relativas ao mesmo período de 1978, observa-se crescimento da ordem de 50%. Assim, em 1978 as exportações de óleo de mamona chegaram ao Brasil cerca de US\$100 milhões de divisas, aproximadamente 26% superior à obtida em 1977 (quadro 67). Cerca de 70% a 80% do óleo de mamona produzido no Brasil é exportado.

A produção brasileira de óleo de mamona para o ano de 1979 está estimada em 143 mil toneladas, que somadas aos estoques disponíveis no início deste ano, da ordem de 25 mil toneladas, proporciona uma oferta global de 168 mil toneladas. Considerando-se um consumo interno da ordem de 40 mil toneladas, dispõe-se de um volume exportável estimado em 128 mil toneladas.

O comportamento da produção brasileira de mamona para o próximo ano agrícola dependerá da política governamental de estímulo à produção e do comportamento dos preços nos mercados internacionais. Tendo em vista os níveis dos estoques internacionais e acréscimos de demanda dos países consumidores, inclusive com a presença chinesa neste mercado, a tendência é dos preços internacionais se estabilizarem nos níveis atuais.

Por outro lado, as decisões do Conselho Monetário Nacional tomadas no final de maio, sobre modificações na política agrícola para a próxima safra, referente a financiamento de custeio, terão efeito positivo sobre as expectativas dos produtores, estimulando a ampliação da área cultivada. Assim, os valores básicos de custeio variando de Cr\$3.370,00/ha, para produtores com uma produtividade de 1.000kg/ha; Cr\$3.700,00 para aqueles com rendimento superior a 1.000kg/ha para o Norte-Nordeste; Cr\$4.500,00/ha para uma produtividade de 1.200kg/ha; e Cr\$5.564,00 quando a produtividade for superior a 1.200kg/ha para a região Centro-Sul, constituem condições estimulantes e permitem prever que, no caso deste produto, os preços mínimos serão remuneradores, com acréscimos significativos em relação ao ano anterior. Desta forma a safra brasileira poderá chegar, em 1979/80, ao nível de 400 mil toneladas.

No Estado de São Paulo, apesar dos estímulos oferecidos pelo Governo Federal, a cultura da mamona não deverá ter uma expansão da área cultivada superior a 5%, isto porque outros produtos alternativos terão estímulos mais efetivos e com preços relativos mais favoráveis.

A mamona, por sua vez, já possui um razoável estoque de pesquisas realizadas pelo IAC, seja em melhoramento genético ou quanto a tratamentos culturais, principalmente visando utilizar a mecanização sobretudo na colheita, que, uma vez acionado, poderia resultar em maiores produtividades, já que a expansão em área, conforme exposto, dificilmente seria viável no Estado de São Paulo.

Resultados preliminares obtidos pela Associação das Indústrias de Extração de Fibras e Óleos Vegetais e do Descaroçamento de Algodão no Estado do Paraná (INDUSFIBRA - ÓLEOS), em associação com o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), mostram elevados rendimentos de sementes introduzidas do exterior, e que se encontram atualmente em fase de adaptação, podendo passar dentro em breve a fazer parte do processo produtivo em escala comercial.

Sebastião Nogueira Junior e Nelson Batista Martin.  
(IEA, 10/07/1979)

QUADRO 65. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Mamona, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1978/79

Ano	Área		Produção		Rendimento	
	1.000ha	Variação (%)	1.000t	Variação (%)	kg/ha	Variação (%)
1971/72	56,5	...	66,0	...	1.168	...
1972/73	74,0	31,0	95,0	43,9	1.284	9,9
1973/74	127,6	72,4	155,0	63,2	1.215	-5,4
1974/75	33,9	-73,5	37,5	-75,9	1.106	-9,0
1975/76	22,0	-35,1	27,0	-28,0	1.227	10,9
1976/77	17,8	19,1	25,0	-9,4	1.404	14,4
1977/78	21,0	18,0	22,4	-10,4	1.067	-24,0
1978/79 <sup>(1)</sup>	21,2	1,0	24,4	8,9	1.151	7,9

(<sup>1</sup>) Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 66. - Preços Recebidos pelos Produtores de Mamona, Estado de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/kg)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	0,82	2,58	1,19	2,87	3,40	5,57	4,51	5,38	4,28	4,59
Fev.	0,82	2,52	1,40	3,24	3,21	5,09	4,74	5,47	4,48	3,62
Mar.	0,77	2,33	1,60	2,59	4,02	6,13	4,40	4,91	4,72	3,60
Abr.	0,76	2,26	1,70	3,66	4,48	6,56	4,33	4,68	4,95	3,64
Mai.	0,79	2,30	2,10	4,37	4,93	6,97	4,42	4,63	5,13	3,69
Jun.	0,89	2,54	2,60	5,27	4,88	6,77	4,42	4,47	...	...
Jul.	1,02	2,85	3,10	6,05	4,95	6,72	4,55	4,47	...	...
Ago.	1,54	4,18	3,30	6,19	4,67	6,26	4,48	4,29	...	...
Set.	1,37	3,63	3,20	5,80	5,00	6,59	4,50	4,20	...	...
Out.	1,31	3,40	2,87	5,08	5,15	6,61	4,73	4,29	...	...
Nov.	1,16	2,86	2,80	4,87	5,36	6,70	4,69	4,14	...	...
Dez.	1,19	2,96	3,05	5,18	5,23	6,40	4,40	3,83	...	...

(<sup>1</sup>) Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica em cruzeiro de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 67. - Exportação Brasileira de Óleo de Mamona, 1970/78

Ano	Quantidade		Valor FOB		Preço FOB	
	Tonelada	Variação (%)	US\$1.000	Variação (%)	US\$/t	Variação (%)
1970	153.485	...	38.232	...	249,09	...
1971	134.945	-12,1	39.942	4,5	295,99	18,8
1972	127.182	-5,8	53.818	34,7	423,16	43,0
1973	131.683	5,3	122.807	128,2	932,60	120,4
1974	155.793	18,3	128.425	4,6	824,33	-11,6
1975	91.053	-41,6	51.872	-59,6	569,69	-30,9
1976	140.895	54,7	76.625	47,7	543,85	-4,5
1977	100.268	-28,8	87.497	14,2	872,63	60,4
1978	140.725	40,3	110.024	25,7	781,84	-10,4

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

## - Tomate

### - Panorama internacional

De acordo com as estimativas da Food and Agriculture Organization (FAO), a produção mundial de tomate em 1978 atingiu 47,1 milhões de toneladas, com acréscimo de 1% em relação a 1977.

Não se observou maior crescimento no total mundial devido à redução de área cultivada nos Estados Unidos (-13,1%), principal País produtor, cuja área estimada para 1978 foi de 166 mil hectares, e também no México (-22,5%), com área plantada de 55 mil hectares. As produções estimadas para estes países foram, respectivamente, de 7,1 e 1,0 milhões de toneladas, com quedas de 10,6% e 9,6%, respectivamente.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1978 ocorreu redução temporária da ordem de 18% na produção de tomate industrial, devido ao decréscimo do nível de preços observado em 1977 face às safras abundantes, que desestimularam o plantio.

Apesar desta diminuição, a indústria de produtos derivados de tomate nos Estados Unidos tem mostrado grande crescimento nestes últimos 5 anos. A média anual de produção no quinquênio 1974-1978 foi de 7,2 milhões de toneladas, enquanto que no de 1965-69 fora somente de 5,2 milhões de toneladas.

Para 1979, prevê-se nos Estados Unidos um aumento de 9% na área plantada, o que deverá significar um aumento na oferta para todos os derivados de tomate.

Os preços internacionais de derivados de tomate, principalmente o de concentrado (30° a 32° Brix), têm se estabilizado nestes últimos dois anos, a nível de US\$600,00/t FOB - Santos, porém, ainda superior às médias observadas na década de 60 e no período 1970-73 (US\$250,00/t a US\$300,00/t).

Em termos físicos, os países que mais contribuíram para o aumento da produção mundial foram: Turquia, China, URSS, Itália e Brasil. A URSS, com produção ao redor de 6 milhões de toneladas, continua sendo o segundo produtor mundial.

### - Mercado interno

A produção brasileira de tomate em 1978, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), foi de 1.452 mil toneladas. O Estado de São Paulo, principal produtor do País, contribuiu com 44%, percentual inferior ao de 1977.

### - Tomate rasteiro

O cultivo de tomate rasteiro no Estado de São Paulo, que em 1975 predominava nas DIRAs de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, com 60% da área do Estado, deslocou-se para as regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, onde se concentram atualmente os maiores plantios, com 57% do total do Estado (quadro 68).

Em virtude dos resultados obtidos em 1977, e com a formalização do Comitê de Agroindústria no Estado de São Paulo no mesmo ano, houve estímulo para ampliação de área em 1978 (18.640ha), verificando-se, assim, acréscimo de 14%, comparada com a do ano anterior. Entre-

tanto registrou-se em 1978, para a produção (227.000t), um decréscimo de 24% devido à ocorrência de fatores climáticos desfavoráveis, como a estiagem nos meses de março e abril e geada em julho, quando foi estimada uma perda de 60%.

Os preços que prevaleceram em 1978 para o tomate industrial foram de Cr\$1,12/kg para o produto entregue até 30 de setembro e de Cr\$1,18/kg, a partir de outubro (quadro 69). Na reunião do Comitê de Agroindústria, realizado em dezembro, houve solicitação de reajuste de preços por parte dos produtores. Os industriais propuseram o preço de Cr\$1,75/kg de tomate "posto roça", com contestação dos produtores, alegando que o mesmo apenas cobriria as despesas operacionais. Todavia, o preço de Cr\$1,75 acabou sendo praticado nas operações com a indústria. O impasse permanece até o momento, mas foram reabertas as negociações para um eventual reajuste, ainda nesta safra de 1979. O custo atual de produção de tomate rasteiro, ponderado, é de Cr\$2,23/kg, segundo os cálculos procedidos pelo IEA, incluindo também remuneração do empresário, retribuição às máquinas e arrendamento.

Segundo o levantamento de previsão de safra de fevereiro último, a produção estimada de 373 mil hectares apresentou-se 6,6% menor, em relação à área do ano anterior. Entretanto, a produção estimada representa um acréscimo de 64% em relação à do ano anterior, quando se verificou uma baixa produtividade (12,2t/ha). A ocorrência de geadas nos dias 31 de maio e 19 de junho p.p. deverá reduzir a safra corrente em 10%.

De acordo com os levantamentos efetuados em junho último pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), efetuaram-se 596 contratos até aquela época, prevendo-se uma produção total de 269 mil toneladas, em 8.700ha de área irrigada e 3.300ha de área não irrigada.

Esta diminuição de área cultivada seria consequência dos preços, considerados insatisfatórios quando da comercialização da safra passada e, principalmente, da divergência entre os critérios de cálculo do custo de produção. Com os preços abaixo do custo, muitos tomaticultores preferiram desistir da cultura, passando a se interessar por outras mais rentáveis.

Em fins de junho do corrente ano, uma das mais importantes indústrias de produtos derivados de tomate ficou paralizada devido a problemas econômicos. Solucionado esse impasse, a indústria voltou a operar em princípios de julho, não devendo ocorrer alterações na comercialização da presente safra, exceto as devidas às perdas ocorridas no período de 10 dias pela paralisação, principalmente pela falta de embalagens.

Segundo a CACEX, em 1978 foram exportadas pelo porto de Santos 5.012 toneladas de extrato de tomate, acusando um decréscimo de 53% quando comparado com o ano anterior. No presente ano, até maio totalizaram-se 1.663 toneladas exportadas, conforme dados do IEA.

#### - Tomate de mesa

Quanto ao tomate de mesa em 1978, o Estado apresentou área cultivada de 6.065ha, com diminuição de 4,6% em relação ao ano anterior. As regiões de maior plantação encontram-se nos municípios de Capão Bonito, Apiaí, Guapiara, Ribeirão Branco, na DIRA de Sorocaba, e Campinas, Indaiatuba, Elias Fausto, Sumaré e Monte Mor, na DIRA de Campinas, correspondendo a 78% do total da área cultivada.

A produção foi de 287 mil toneladas, registrando uma diminuição de 8,4% em relação à de 1977, com uma produtividade (47,3t/ha) menor em 4%, em razão do ataque de pragas e doenças.

Em agosto de 1978, na DIRA de Sorocaba as culturas já existentes, em diversos estágios de formação, foram atingidas pela geada, com prejuízos em graus variados. Devido aos replantios efetuados em seguida, houve concentração da colheita no mês de dezembro, o que provocou

queda brusca nos preços.

O preço médio ponderado em valor real, a nível atacadista, para o tomate envarado em 1978 foi de Cr\$113,84/cx., contra os Cr\$130,77/cx. em 1977. O volume total comercializado em 1978 na CEAGESP foi de 297 mil toneladas, observando-se incremento anual de 13%. O preço médio de venda para os consumidores paulistanos foi de Cr\$8,96/kg contra Cr\$9,65/kg, no mesmo período.

O 3º Levantamento de Previsão de Safra em fevereiro de 1979, realizado pela CATI-IEA, mostra uma área cultivada de 5.930ha, com redução de 2,2% comparado à safra anterior. A produção prevista é de 294,8 mil toneladas, porém, sujeitas a alterações devido aos prejuízos causados pela geada de maio/junho que atingiu as regiões de Jundiaí, Moji das Cruzes, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba, onde se estima perda de 40%. O replantio está sendo efetuado, mas em menor proporção ao verificado na safra anterior.

Apesar da diminuição de produção em decorrência da referida geada, a elevação de preço não deverá persistir, normalizando-se o mercado com a oferta de parte do tomate industrial para consumo direto.

Para o período 1974-79, observa-se um declínio anual na área de produção a níveis próximos de 3%. Este fato pode ser creditado à progressiva queda dos níveis da rentabilidade econômica da atividade devida, principalmente, à perda de fertilidade da terra e ao aumento da incidência de pragas e doenças.

A implantação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) e Mercados do Produtor tem motivado a expansão dos cinturões verdes locais, proporcionando progressiva estabilização no abastecimento de tomate e outros produtos hortícolas nessas regiões.

Para o 2º semestre do ano de 1979, a prevalecer condições normais de clima, a tendência será de baixa de preços até o final do período.

Lidia Hatue Ueno

(IEA, 03/07/79)

QUADRO 68. - Área, Produção, Rendimento de Tomate Envarado e Rasteiro, Estado de São Paulo, Junho de 1979

Ano	Tomate envarado			Tomate rasteiro			Produção total (t)
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	
1974	6.600	330,4	50,1	22.800	280	12,3	610,4
1975	6.700	310,8	46,4	20.400	235	11,5	546,0
1976	6.400	296,8	46,4	16.200	250	15,4	546,8
1977	6.360	313,3	49,3	16.410	300	18,3	613,3
1978	6.065	287,1	47,3	18.640	227	12,2	514,1
1979 <sup>(1)</sup>	5.930	294,8	49,7	17.410	373	21,4	667,8

<sup>(1)</sup> Dados preliminares, sujeitos à ratificação.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 69. - Volume e Preços de Tomate Envarado e Rasteiro, Estado de São Paulo, Junho de 1979

Ano	Volume		Preço médio <sup>(1)</sup>		
	Comercialização na CEAGESP (1.000t)	Extrato exportado p/ Porto de Santos (t)	Tomate rasteiro <sup>(2)</sup> (Cr\$/kg)	Tomate envarado	
				Atacado (Cr\$/cx.25,5kg)	Varejo (Cr\$/kg)
1974	254	2.520	1,36	134,41	8,36
1975	250	6.741	1,45	124,90	9,00
1976	229	6.095	1,31	160,55	10,90
1977	263	10.771	1,19	130,77	9,65
1978	297	5.012	1,18	113,84	8,96
1979	...	...	1,35	114,47 <sup>(3)</sup>	9,42 <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> Valores em cruzeiro de 1978, deflator Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

<sup>(2)</sup> Preço recebido pelo produtor.

<sup>(3)</sup> Corresponde à média jan./mai.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais (CEAGESP) e Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

## - Avicultura

### - Panorama internacional

Estatísticas recentes indicam tendência de crescimento da participação da produção de carne de aves na produção total de carnes, em âmbito mundial. Assim, de acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO), essa participação, que foi de 16,6% no triênio 1969-71, aumentou para 18,8% no período 1976-78. No decorrer desse último triênio, a produção mundial de carne de aves cresceu à taxa anual média de 4,4%, enquanto que a produção de todas as carnes aumentou, nesse mesmo período, 2,6% a.a.. Os países que mais contribuíram para o aumento da produção em 1978, estimada em 25,4 milhões de toneladas, foram os EEUU, URSS, Espanha e Japão, com crescimentos superiores a 5%.

As exportações mundiais de carne de aves têm aumentado a taxas crescentes, devido principalmente ao crescimento da participação dos EEUU. Os quatro maiores exportadores (Holanda, EEUU, Hungria e França) totalizam cerca de 80% das exportações mundiais. Do lado da importação, observa-se redução na participação da Alemanha Ocidental e aumento na participação da URSS, Japão e países do Oriente Médio. O comércio internacional de carne de aves cresceu cerca de 10% a.a. no triênio 1975-77, em termos físicos, e os preços apresentaram-se em alta nos principais mercados mundiais em 1978.

A produção mundial de ovos de galinha em 1978, estimada em 26,2 milhões de toneladas, cresceu 5,9% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento da produção dos países importadores, como Japão e Alemanha Ocidental entre outros.

A exportação mundial de ovos em casca experimentou leve crescimento (2%) na quantidade transacionada em 1977, após queda razoável em 1976. Há tendências de fortalecimento das posições da Holanda, País líder em exportação de ovos, e dos EEUU, concomitante com redução na participação da Bélgica-Luxemburgo e França.

O comércio exterior de produtos avícolas brasileiros, com a inclusão da carne de frango congelada na pauta de exportações em 1975, vem apresentando crescentes superávits, devido não só ao aumento da exportação da carne de frango, como também à receita de divisas com a exportação empregada de matrizes e pintos comerciais. Assim, as exportações brasileiras de frango congelado atingiram 50,8 mil toneladas em 1978, o que representa um crescimento aproximado de 55% sobre as 32,8 mil toneladas exportadas em 1977.

A prevalecer a tendência observada no primeiro quadrimestre de 1979, ou seja, incremento na quantidade exportada de 17,6%, a exportação brasileira total de frango congelado, em 1979, poderá atingir a marca de 60 mil toneladas, conquistando novos mercados na Ásia e na América Latina, bem como consolidando os mercados existentes. Alguns obstáculos poderão impedir expansão mais ampla das exportações, como excesso de oferta de frangos no mercado internacional - o qual tem forçado o aumento dos subsídios às exportações por parte dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) - o problema relacionado com a escassez de navios mercantes e, ainda, a deficiência de infra-estrutura portuária, própria para carne de aves, tanto no Brasil como nos países importadores.

### - Situação interna

Em 1978, a produção brasileira de carne de frango superou todas as expectativas e totalizou, conforme a União Brasileira de Avicultura (UBA), 772,8 mil toneladas, o que represen-

ta acrêscimo de 22,3% em relação a 1977. Estima-se para São Paulo uma produção de 294,7 mil toneladas, ou seja, 3% a mais que em 1977, indicando perda da participação paulista no volume total produzido no País (quadro 70).

A produção nacional de matrizes para corte, ainda segundo a UBA, foi de 7.320 mil cabeças em 1978, com aumento aproximado de 16% sobre o montante do ano anterior. No Estado de São Paulo, esse crescimento foi de 8,2%, atingindo um plantel acumulado de 2.838,8 mil cabeças no fim do ano de 1978. Prossegue, nesse aspecto, a tendência de queda na participação do Estado na produção total nacional.

O alojamento de matrizes para corte no Brasil, no primeiro trimestre de 1979, atingiu o total de 1.906 mil cabeças, superando em 16,5% o montante do mesmo período do ano anterior. No Estado, foram alojadas, nesse mesmo período de 1979, 621,1 mil cabeças, o que representa um decrêscimo de 7,4% em relação à cifra do período precedente.

No decorrer de 1978, a atividade de corte continuou se beneficiando do crescimento da demanda interna, via substituição do consumo de carne bovina pela de frango, e com a expansão do mercado externo já totalizando 19 países importadores de frango congelado brasileiro.

Em termos reais, os preços recebidos pelos produtores de aves de corte permaneceram estáveis de 1977 para 1978. O preço médio estimado para 1979 (período janeiro/abril), ponderado entre frango de corte e galinha de corte, representa um ganho real da ordem de 4,9% sobre a cifra de 1978 (quadro 70).

A produção de ovos no Estado de São Paulo, em 1978, foi estimada em 569,2 milhões de dúzias, representando acrêscimo de 3,5% em relação à de 1977. Admitindo-se uma participação de cerca de 75% da produção paulista no total nacional, pode-se estimar a produção brasileira de 1978 em 759 milhões de dúzias. Para 1979, a produção paulista crescerá, segundo estimativas preliminares, aproximadamente 5%, atingindo o montante de 597,7 milhões de dúzias (quadro 70).

A produção brasileira de matrizes para postura em 1978 foi, de acordo com a UBA, de 766,4 mil cabeças, correspondendo a um incremento de 24,8% em relação ao plantel de 1977. Isolando-se as matrizes por coloração de casca de ovos, nota-se que houve crescimento relativo maior de matrizes de postura de ovos vermelhos (47,2%) do que de ovos brancos (18,1%), acompanhando a tendência latino-americana de participação crescente de ovos vermelhos na produção total de ovos em casca. A produção paulista de matrizes para postura, em 1978, somou 566,7 mil cabeças (428,3 mil cabeças de ovos brancos e 138,4 mil de ovos vermelhos), correspondendo a um acrêscimo de 22,3% sobre o plantel existente em 1977.

Durante o ano de 1978, a atividade de postura experimentou conjuntura de relativa escassez de oferta no mercado paulista, com oscilações sazonais normais de produção e consumo.

O preço médio de ovos recebido pelo avicultor do Estado de São Paulo, em 1978, foi de Cr\$8,93/dz., correspondendo, em termos reais, ao preço médio do ano anterior, não havendo, portanto, aumento real no período. Para 1979, estima-se preço médio anual de Cr\$11,45, o que significa, em termos corrigidos, perda de 7,7% em relação ao de 1978 (quadro 70).

O principal problema enfrentado pela avicultura, tanto de corte como de postura, em 1978 e com perspectivas de continuar em 1979, é o de suprimento adequado de rações, principal insumo do setor. Com efeito, a redução da área plantada e a ocorrência de estiagem redundaram em pequena safra de milho em 1977/78, insuficiente para as necessidades do abastecimento interno. Visando suprir esse déficit e conter a tendência de alta nos preços, o Governo Federal autorizou a importação de 2 milhões de toneladas e tabelou o preço máximo de venda de milho em todo o território nacional. Contudo, essas e outras medidas adicionais, como a suspensão das exportações de farelo de soja, outra importante matéria-prima para rações, não surtiram os efeitos desejados, quais sejam os de conter as acentuadas altas de custo de ali-

mentação das aves e de normalizar o abastecimento do mercado interno de rações, principalmente quanto ao preço.

O poder de troca da atividade avícola pode ser inferido em grande medida, através da relação de preços produto-ração, dado o substancial peso que as rações têm no custo da produção avícola. Para a atividade de corte, essa relação apresentou-se relativamente estável no período 1975-78, apresentando, contudo, acentuada queda se comparada com o ano de 1974. No entanto, espera-se para 1979 diminuição da relação de preços frango-ração. Para a avicultura de postura, o comportamento dessa relação nesse período foi bastante instável, apresentando no triênio 1977-79 tendência de queda, coerente com o comportamento dos preços reais de ovos nesse mesmo período (quadro 71).

Não obstante os problemas enfrentados pela avicultura, mormente os relacionados com o abastecimento de rações para aves, pode-se esperar o prosseguimento da tendência de crescimento da produção. Especificamente, acredita-se num aumento mais acentuado da produção de aves para corte, devido principalmente à escassez e aos altos preços da carne bovina, o que contribui para o aumento da demanda por carne de aves. A atividade de postura, ao contrário da de corte, vem dependendo, e assim deverá prosseguir, muito mais de ganhos no desempenho das unidades produtoras, com absorção de tecnologia custo-redutora; do que de alterações do lado da demanda de ovos.

Alfredo Tsunehiro e Gilberto Corrêa de Godoy

(IEA, 29/06/79)

QUADRO 70. - Evolução da Produção e Preços na Avicultura, Estado de São Paulo, 1974-79

Ano	Aves de corte			Ovos		
	Produção (mil t)	Preço recebido pelo produtor (Cr\$/kg)		Produção (milhão dz.)	Preço recebido pelo produtor (Cr\$/dz.)	
		Corrente	Real <sup>(1)</sup>		Corrente	Real <sup>(1)</sup>
1974	230,0	3,83	13,68	388,0	2,90	10,36
1975	240,0	4,94	13,77	442,0	3,31	9,22
1976	275,0	6,50	12,86	450,0	4,80	9,50
1977	286,0	8,63	11,97	550,0	6,49	9,00
1978	294,7	11,90	11,90	569,2	8,93	8,93
1979 <sup>(2)</sup>	327,1	17,33	12,48	597,7	11,45	8,24

<sup>(1)</sup> Em cruzeiro de 1978, através do Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

<sup>(2)</sup> Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até maio de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 71. - Preço Médio de Milho ao Nível de Produtor e Relação de Preços Frango-Ração e Ovo-Ração, Estado de São Paulo, 1974-79

Ano	Preço médio de milho (Cr\$/sc.de 60kg)		Relação de preços			
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>	Frango-ração		Ovo-ração	
			<sup>(2)</sup>	Índice	<sup>(3)</sup>	Índice
1974	32,85	117,30	4,26	100	2,93	100
1975	48,09	134,03	3,76	88	2,65	90
1976	59,34	117,45	3,61	85	2,91	99
1977	68,65	95,20	3,57	84	3,05	104
1978	131,27	131,27	3,69	87	2,95	101
1979 <sup>(4)</sup>	166,33	119,74	3,59	84	2,58	88

<sup>(1)</sup> Em cruzeiro de 1978, através do Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

<sup>(2)</sup> Quantidade em quilograma que se pode adquirir de ração para frango de corte com 1kg de frango vivo.

<sup>(3)</sup> Quantidade em quilograma de ração para poedeira que pode ser adquirida com uma dúzia de ovos.

<sup>(4)</sup> Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até maio de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## - Suinocultura

### - Panorama internacional

A produção geral de carnes nos principais países do mercado internacional (Estados Unidos, Canadá, membros da Comunidade Econômica Européia e Japão) deverá apresentar novo recorde em 1979, segundo previsões do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Tal prognóstico indica que os maiores ganhos deverão se efetuar nas produções de carne de aves e de suínos, 11,5 milhões de toneladas e 17,5 milhões de toneladas respectivamente, enquanto a produção de carne bovina deverá sofrer decréscimo de 4% em relação a 1978.

Nos Estados Unidos, é prevista uma oferta de carne suína em torno de 6,25 milhões de toneladas, o que deverá contribuir para a contenção dos preços internos da carne bovina.

Quanto às exportações estadunidenses, que sofreram declínios em 1978, deverão permanecer nos mesmos níveis em 1979, com uma diminuição nas parcelas enviadas ao Japão, uma vez que a produção interna deste País deverá apresentar crescimento da ordem de 5%, atingindo um total de 1,3 milhão de toneladas.

Na CEE, a produção de carne suína, que em 1978 apresentou razoável incremento em relação a 1977 (4%), incentivada principalmente pelos baixos preços dos cereais importados, deverá atingir em 1979 uma produção de 8,8 milhões de toneladas, 3% superior à do ano precedente.

### - Situação interna

O abate de suínos no Brasil em 1978, segundo estimativas da FIBGE, situou-se ao redor de 8,2 milhões de cabeças, representando crescimento de 11% em relação ao ano anterior. Também a produção de carne apresentou o mesmo crescimento percentual no período considerado, alcançando um total de 565.980t.

Comparativamente, os dados de abate da FIBGE e os fornecidos pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPA/MA) demonstram que houve participação mais significativa nos abates realizados nos estabelecimentos sob Inspeção Federal em 1978, com relação a anos anteriores, evidenciando maior atuação do órgão fiscalizador. Segundo o SIPA/MA foram abatidas 6,7 milhões de cabeças naqueles estabelecimentos, sugerindo que pelo menos 82% dos abates no País foram realizados dentro das exigências de Fiscalização Federal em 1978, enquanto que no ano anterior o percentual estava por volta de 78%.

Os maiores incrementos no total de abates e conseqüente produção de carne, no período 1977-78, foram observados em Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente, devido à proibição do trânsito de animais vivos para outros estados e à oferta anormal de suínos naqueles mercados, gerada pela preocupação dos produtores quanto à perda dos animais pela Peste Suína Africana (PSA), associada aos altos custos de produção.

No Estado de São Paulo, segundo levantamentos do IEA, o rebanho suíno foi estimado em 1,8 milhão de cabeças em 1978, ou seja, uma redução de 5% em relação ao ano anterior. Essa diminuição pode ser admitida como conseqüência direta da propagação da PSA no Estado, que levou ao sacrifício grande número de animais.

Dada a diminuição do rebanho e as medidas restritivas à comercialização, com vista a maior controle na disseminação da doença, o abate de animais e, conseqüentemente, a produção de carne sofreu redução em relação ao ano de 1977, estimada em 14% (830 mil animais abatidos)

e de 16% na quantidade de carne produzida (61 mil toneladas).

As restrições à movimentação interestadual de animais para abate provocaram aviltamento de preços nos estados tradicionalmente fornecedores da matéria-prima (Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), enquanto que em São Paulo ocorreram elevações nas cotações a nível de produtores durante o ano, uma vez que a disponibilidade interna de animais para abate não era suficiente para atender à demanda do parque frigorífico paulista.

Na tentativa de amenizar a situação crítica dos criadores, principalmente do Sul, o Governo Federal optou pela criação de uma linha especial de crédito, com recursos da ordem de Cr\$500 milhões, para aquisição e estocagem de carne dos frigoríficos, abatedouros e cooperativas, mediante a comprovação de pagamentos ao produtor do preço de referência, na base de Cr\$12,00/kg para o animal tipo "carne", Cr\$10,80/kg para o tipo "misto" e Cr\$9,60/kg para o porco tipo "banha". Com a liberação daqueles recursos, em agosto, observou-se certa melhoria no setor. É de se supor que os estoques governamentais de carne suína tenham atingido quantidades expressivas, considerando-se não só a queda no consumo, que só apresentou sinais de recuperação no final de 1978, como as sensíveis quebras nas exportações de carne e derivados de suínos.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), as exportações de carne suína congelada, que vinham apresentando tendências de crescimento nos últimos cinco anos, sofreram bruscas diminuições em 1978 (-40%), em relação ao ano anterior, dadas as exigências bastante rigorosas em questões sanitárias dos principais importadores do produto brasileiro (Espanha, França, Portugal e Itália). Espera-se que a recuperação das exportações se processe lentamente.

A nível de produtor, o preço médio real recebido por quilograma de suíno gordo em 1978 foi inferior ao do ano anterior, uma vez que a tendência altista de preços observada em 1977 inverteu-se com o surgimento da PSA. Além da queda de preços, a situação da suinocultura agravou-se pela elevação dos custos de produção, uma vez que o milho, principal componente na alimentação dos animais, teve seu preço fortemente acrescido no decorrer do período. A análise da relação de preço porco/milho permite uma avaliação das margens de lucratividade do setor no período 1972-78.

Observa-se que 1974 e 1977 configuraram-se como anos favoráveis em termos de rentabilidade, devido, principalmente, aos baixos preços do cereal naqueles anos (quadro 72). Nos primeiros meses de 1979, observou-se novamente ligeira recuperação dos preços recebidos pelos suinocultores paulistas em relação à média do ano anterior. Essa alta vem sendo atribuída à redução na disponibilidade de animais terminados, uma vez que as condições adversas enfrentadas pelo setor no ano passado desestimularam ou mesmo eliminaram do mercado, grande número de pequenos criadores e criadores marginais, contrapondo-se a um crescimento na demanda de carne de porco, em substituição à carne bovina, cujos preços tornaram-se proibitivos à maior parcela da população.

A nível de consumidor, o preço médio da carne suína na Cidade de São Paulo em 1978 esteve em torno de Cr\$44,63/kg, correspondendo a um crescimento em valor nominal da ordem de 33% em relação ao ano anterior. Já nos primeiros cinco meses de 1979, o preço médio esteve em torno de Cr\$63,41/kg, 53% superior ao do mesmo período em 1978, refletindo a situação de déficit entre oferta e demanda deste produto no mercado.

Embora seja notada uma tendência de melhoria de preços a nível de produtor para os próximos meses, em consequência da redução na taxa de crescimento da produção, a situação do setor ainda não deverá apresentar maior estabilização, uma vez que a produção e os preços dos insumos, principalmente no caso do milho, não apresentam expectativas muito favoráveis à suinocultura. As condições de São Paulo, entretanto, são as melhores possíveis ao desenvol-

vimento de uma suinocultura em bases tecnológicas.

Sendo o maior mercado consumidor do País, o Estado ainda importa a maior parte dos produtos suínos, seja na forma de animais vivos, seja de carcaças refrigeradas, cortes congelados ou produtos industrializados. O desequilíbrio na produção e comercialização, gerado pela PSA, deve ser aproveitado no sentido de um maior apoio pelos órgãos governamentais, através de assistência técnica, pesquisa e financiamento, uma vez que esta atividade tem demonstrado capacidade de conseguir alta produtividade e de cumprir um papel de relevante alcance econômico e social.

Clotilde Cantos

(IEA, 13/07/79)

QUADRO 72. - Evolução dos Preços Médios Anuais de Suínos Gordos e de Milho, Recebidos pelos Produtores Paulistas, 1972-79

Ano	Suíno (Cr\$/kg)			Milho (Cr\$/sc.60kg)			Relação de preço porco/milho (2)
	Corrente	Real (1)	Índice real	Corrente	Real (1)	Índice real	
1972	3,03	16,03	100	18,84	99,67	100	2,40
1973	3,76	17,28	107	27,37	125,77	126	1,95
1974	6,92	24,71	154	32,87	117,37	118	3,15
1975	6,85	19,15	124	48,10	134,49	135	2,10
1976	7,99	15,81	98	59,30	117,37	118	1,95
1977	13,62	18,89	118	68,61	95,14	95	3,00
1978	17,02	17,02	106	131,26	131,26	132	1,95
1979 (3)	25,33	19,87	124	166,32	130,47	131	2,25

(1) Corrigido de acordo com o Índice "2" da FGV (Ano base: 1978).

(2) Sacos de milho que podem ser adquiridos com o valor de uma arroba de porco gordo.

(3) Até abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

## - Pecuária de Leite

### - Panorama internacional

A produção mundial de leite de vaca continua aumentando, tendo alcançado, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o volume de 402 milhões de toneladas em 1978, 1,2% mais do que no ano anterior. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), apesar do rebanho leiteiro manter-se inalterado devido às medidas de contenção, o aumento na produção de leite (3,2%), em 1978, deveu-se a melhoria do rendimento, tanto pela substituição de aproximadamente 1,5% do rebanho por vacas mais produtivas, como pelas condições climáticas favoráveis. França e Alemanha Ocidental, maiores produtores da CEE, apresentam discreto crescimento de, respectivamente, 0,7% e 1,5%. Na URSS, maior produtor mundial de leite, as más condições climáticas afetaram a oferta de forragens e permitiram apenas o moderado crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior (96 milhões de toneladas). Os resultados do primeiro trimestre de 1979 demonstraram que a produção de leite e laticínios na URSS baixou 0,9%, especificamente para a manteiga, produto importado em quantidades crescentes da CEE, que baixou 5% em relação ao mesmo período de 1978.

De modo geral, houve aumento de produção à exceção de: África do Sul (-10,4%), Nova Zelândia (-8%), Austrália (-1,5%), Canadá (-0,6%), e Estados Unidos (-1%), no qual a conjugação de uma pequena redução do rebanho leiteiro (-1%) com a deterioração da qualidade dos pastos, devido às condições climáticas adversas, provocaram queda de 1% na produção de leite em relação à de 1977 (55,2 milhões de toneladas).

Nos Estados Unidos, em 1978, com o aumento do consumo doméstico de queijo em 7%, verificou-se também crescimento de 5% na produção, afetando as produções de manteiga e de leite em pó que declinaram 9% em relação ao ano anterior. Prevê-se, para 1979, que nesse País, o leite continuará a destinar-se para a produção de queijo, cujos estoques deverão ser recuperados, enquanto que os de leite em pó e de manteiga ainda excedem à demanda comercial. Para 1979, o aumento previsto na produção norteamericana de leite, é de 1% com o mesmo efetivo leiteiro, dados os preços favoráveis das rações e aumento na produtividade do rebanho.

Quanto à produção mundial de derivados, o queijo apresentou aumento de 3,8% em 1978, para um crescimento da demanda estimada em 4,3%.

Os altos estoques de leite da CEE conduziram a uma expansão na produção de derivados, com aumento de aproximadamente 5% na produção de manteiga, 9% na de leite em pó desnatado e 3% na de queijo. Subsídios para exportação e consumo pouco contribuíram para solucionar o problema de excesso de manteiga, para o qual prevê-se aumento de 4% na produção em 1979. Entretanto, os estoques de leite em pó foram aliviados por disposições que deram subsídio à utilização para alimentação animal e para produção de caseína. Apesar dos programas governamentais de contenção na produção do leite, há indícios de que em 1979 haverá pequenos aumentos na produção da maioria dos países da CEE, com exceção da Dinamarca, onde será estável.

### - Situação interna

A produção brasileira de leite apresentou, no período 1970-78, taxa de crescimento da ordem de 5,8% a.a., segundo a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN), órgão ligado ao Ministério da Agricultura.

Em relação ao ano anterior, a produção de 1978, estimada em 10,47 bilhões de litros, apresentou aumento de 13%, ocasionando alguns problemas quanto à absorção do excesso pelas usinas.

No Estado de São Paulo, em 1978, a produção foi estimada em 1,70 bilhão de litros, significando aumento de 8% em relação ao ano precedente. Essa recuperação na oferta do produto ocorreu, principalmente, devido às boas condições das pastagens durante a entressafra, favorecidas pelas chuvas ocorridas no período.

A partir de 1º de julho deverá vigorar, no Estado de São Paulo, o novo preço de leite a ser pago ao produtor, que estará por volta de Cr\$5,70 posto plataforma da usina regional quando destinado às capitais; e Cr\$5,30 na plataforma da usina regional quando destinado a outras localidades ou para industrialização.

Para 1979, está prevista uma quebra em torno de 16% na produção estadual de leite, que poderá ser atribuída ao desfavorável estado nutricional do rebanho leiteiro e aos preços fixados pelo Governo em março último, considerados desestimulantes pelos produtores. A ocorrência de geadas entre fins de maio e começo de junho atingiu mais de um terço das pastagens nas principais regiões leiteiras do Estado. Em consequência do fato, muitos pecuaristas teriam antecipado o uso de reservas forrageiras para entressafra, o que deverá comprometer a alimentação futura dos animais. Por outro lado, em consequência dos elevados preços das rações, estaria limitado o seu fornecimento aos rebanhos.

Ao serem comparados os preços fixados pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em novembro/77 (Cr\$3,20/l) e abril/78 (Cr\$3,80/l), observa-se crescimento em valor real da ordem de 3%, enquanto que entre os preços de junho/78 (Cr\$4,16/l) e março/79 (Cr\$4,80/l) tem-se, em valor real, decréscimo de 15%, sendo que essa redução nos preços veio influenciar negativamente a expectativa e o comportamento do produtor.

Apesar do programa de estocagem de leite em pó, previsto pelo Governo em 30 mil toneladas para 1979, ser bastante inferior ao solicitado pelas indústrias de laticínio, a sua total realização não foi possível, dada a demora na liberação de crédito às indústrias, ficando comprometido um melhor aproveitamento da alta produção de 1978. Dessa forma, havia em estoques financiados, por ocasião do término do período de estocagem, 26 mil toneladas de leite em pó desnatado. Com isso, é de esperar-se que o suprimento durante a entressafra deste ano esteja abaixo do normal, já que a quantidade de leite em pó estocada é insuficiente para cobrir o período de entressafra a partir de junho.

A distribuição de leite em São Paulo, de janeiro a maio de 1979, foi 4% superior à média do mesmo período do ano precedente. A participação do leite B no total distribuído tem sido menor nestes últimos anos, situando-se em torno de 28% nos 5 primeiros meses de 1979; isto em decorrência do preço do leite tipo C ter sido considerado satisfatório, fazendo com que os produtores aumentassem sua produção ou incentivando outros a entrarem no setor (quadro 73).

Visando à fabricação de manteiga, para ser adicionada ao leite em pó desnatado, que foi estocado durante a época das chuvas, foi reduzido o teor de gordura de 3% para 2% no leite C distribuído ao consumo, numa tentativa por parte do Governo de amenizar possíveis importações daquele subproduto.

No mercado de insumo, houve acentuada elevação no preço dos alimentos fornecidos ao gado. Ao considerar o período de abril de 1978 a abril de 1979, segundo dados do IEA, houve aumento de 36% no preço efetivamente recebido pelo produtor de leite, enquanto, que os aumentos nos preços pagos por farelho de trigo e farelo de algodão foram de 51%; sal comum e mineral, 116% e 73%, respectivamente; torta de algodão, 47%; e para ração completa o fator de maior peso, 51%. Assim, em vista da elevação no preço da ração, fica consideravelmente

prejudicada nesta entressafra a possibilidade de complementação alimentar aos níveis recomendados.

Por outro lado, a escassez de vacinas tem provocado problemas, como a não vacinação de animais em idade apropriada.

Roxana M. M. Topel e Flávio Loureiro Paes Junior

(IEA, 29/06/79)

QUADRO 73. - Participação do Leite B na Distribuição Total na Grande São Paulo, 1976-79  
(em 1.000 litros)

Mês	1976		1977		1978		1979	
	Total distribuição B+C	Leite B	Total distribuição B+C	Leite B	Total distribuição B+C	Leite B	Total distribuição B+C	Leite B
Jan.	54.495	8.389	47.285	13.688	51.280	15.544	55.473	14.536
Fev.	50.618	9.951	37.855	13.822	58.057	18.555	51.763	13.441
Mar.	53.167	12.013	43.703	16.214	55.670	16.603	57.928	16.018
Abr.	46.858	14.616	44.933	17.202	46.684	16.240	54.769	14.632
Mai.	46.491	15.529	49.943	19.032	53.776	16.956	57.000	17.491
Jun.	35.126	16.021	45.151	17.958	57.062	19.500	...	...
Jul.	44.700	16.506	48.758	19.604	52.296	14.939	...	...
Ago.	45.402	17.243	51.192	20.388	65.716	21.209	...	...
Set.	48.555	16.972	49.907	19.518	56.504	15.412	...	...
Out.	51.771	15.920	54.430	18.976	66.334	15.680	...	...
Nov.	51.900	14.348	52.740	16.418	55.667	14.938	...	...
Dez.	51.662	13.544	53.260	16.195	55.285	14.896	...	...
Total	580.745	171.052	579.157	209.015	674.331	200.472	...	...

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)

- Pecuária de Corte

- Panorama internacional

A tendência de aumento da produção de carne bovina que se verificou de 1973/74 a 1977/78 (ou no quinquênio 1974/78) foi comprometida a partir de então, e esta situação, que repete o ciclo ocorrido de 1970 a 1972, deverá perdurar até meados de 1981.

O principal fator dessa alteração consiste na produção deficiente por parte dos Estados Unidos, principal produtor mundial. Pelo último censo, realizado em 1978, o efetivo do rebanho estadunidense era menor em 18,5 milhões de cabeças em relação àquele verificado em 1975, o que irá refletir numa produção declinante de carne pelo menos até 1981. A produção soviética, segundo produtor mundial, por sua vez, aumentou quase 5% em relação a 1977, mas se mantém ainda abaixo do recorde verificado em 1976. Em outros países tradicionalmente grandes produtores de carne bovina o panorama é de estagnação, caso dos países membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE), ou mesmo de declínio, como na Austrália, Nova Zelândia, Uruguai. O único País que apresenta perspectiva de aumento na produção é a Argentina, ao redor de 13%, tendo registrado aumento nas exportações em 1978 da ordem de 32% em relação ao ano anterior.

Com relação ao comércio internacional, as últimas estimativas mostram um incremento, tanto na quantidade como nos preços, em função, principalmente, da queda de produção estadunidense e da recuperação parcial da produção soviética, devido ao fato destes dois países serem os principais importadores.

Os países da CEE, ao mesmo tempo em que aparecem como grandes importadores, também são grandes exportadores, exceção feita à Itália.

Do lado dos exportadores, verifica-se a manutenção da Austrália como primeiro supridor do mercado mundial, seguida da Argentina e Nova Zelândia, que vêm alternando a segunda posição de 1975 para cá (quadro 74). A nota marcante em termos de comércio internacional é a participação do Brasil que, de exportador em 1970/74, passou a grande importador nos últimos anos, tendo adquirido cerca de 185.000 toneladas em 1978; de janeiro a abril de 1979 as importações brasileiras já autorizadas atingiram a 63.000 toneladas. Apesar do Brasil importar já há anos sob o sistema de "draw-back", as aquisições dos últimos anos tiveram o caráter de suprimento ao déficit de produção interna.

Essa ativação do mercado internacional se refletiu numa alta relativamente forte dos preços, tanto nas esferas internas de cada país como no âmbito do mercado externo. Em termos nominais, e considerando as cotações a nível de frigoríficos, no período de 1976 a 1978 houve um aumento de 28% nos EEUU e de 19% na CEE, e com perspectivas de maiores altas em 1979/80. Os preços obtidos pelas exportações brasileiras de carne "in natura" refletem bem essa elevação, dado que de US\$1.390 por tonelada em 1976, obteve-se um preço médio de US\$1.785 por tonelada em 1978, apesar da quantidade exportada neste ano ter sido mínima (9 mil toneladas).

- Situação interna

Apesar da deficiência crônica de estatísticas sobre produção de carne para o País, em 1978 o volume produzido no Brasil manteve-se relativamente estagnado, rondando a casa das 2.300 mil toneladas, já que as estatísticas do Serviço de Inspeção Federal (SIF) acusaram

abate de 7.375.287 cabeças, com peso médio de carcaça de 240kg (1.770 mil toneladas), considerando-se que a inspeção oficial representa perto de 80% do total. Os maiores produtores nacionais continuam sendo São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respondendo por mais de 40% da produção nacional. Essa estagnação de produção, parece, deve-se à forte matança de matrizes nos últimos anos, percebida inclusive pela paulatina redução do efetivo do rebanho paulista de bovinos de corte, que de 7,2 milhões de cabeças em 1975, chegou em 1978 com 6,8 milhões. A produção de carne, no entanto, aumentou cerca de 6% de 1977 para 1978, o que pode ser devido a uma melhoria de rendimento, já que foi acusado aumento de mais de 10% no peso médio das carcaças; esse fato, no entanto, não deve ser extrapolado para os anos seguintes. Esse aumento de rendimento pode ser creditado a uma expectativa otimista por parte dos produtores, que em face dos aumentos de preços ocorridos, principalmente em 1978, retiveram seus animais um pouco além do normal.

A ação do Governo no setor passou a ser feita agora procurando-se controlar os preços com estocagem subsidiada e promovendo importações, visando regularizar a oferta durante o período de entressafra. Entretanto, apesar desta política ter funcionado relativamente bem até 1977, de lá para cá com a redução da oferta de animais, passou a ser, de certa forma, gravosa ao setor dos frigoríficos, os quais em 1978/79 passaram por dificuldades de ordem financeira para tentarem cumprir acordos firmados com o Governo. O mercado, bastante favorável ao produtor, fez com que estes passassem a vender os animais, preferencialmente, à vista, prática pouco comum neste comércio. No sentido de procurar estimular a produção e aumentar o efetivo de matrizes, a atual política do Governo contemplou o setor com crédito mais vantajoso para a retenção de fêmeas que, se não veio totalmente de encontro às reivindicações dos produtores, poderá, quando de sua efetiva implantação, concorrer para solucionar esse problema.

As condições de pastagens, principalmente das maiores regiões produtoras do Estado (DIRAs de Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Bauru), foram relativamente afetadas pela estiagem do começo do ano, mas com as chuvas de abril/maio se recuperaram; e as últimas geadas de fim de maio causaram grandes prejuízos.

Assim, se o clima ocorrer sem maiores alterações, as condições de produção deverão manter-se dentro da normalidade prevista. O que tem alarmado os produtores é a escassez de vacinas, principalmente contra a aftosa, ainda comprometida pela sua má qualidade. Isso poderá gerar problemas também na área de comercialização.

No que concerne à rentabilidade do setor, o ano agrícola 1977/78 foi um dos mais favoráveis, permitindo forte capitalização por parte dos "invernistas", já que o diferencial de preço boi magro/boi gordo foi favoravelmente alterado. Essa diferença fez com que, para 1978/79, aliado à redução da oferta de animais magros, houvesse forte pressão da demanda sobre esses animais, para "investir" o sobrelucro alcançado na safra anterior. Com os animais destinados ao abate, o que se verificou foi uma nova inversão da relação de preços boi magro/boi gordo, levando à previsão de maiores aumentos nos preços da carne para o próximo ano, dado que a oferta de animais para engorda só deverá recuperar-se a partir de 1981. Na região de Araçatuba, essa expectativa de futura escassez do produto tem levado a práticas inéditas na comercialização, como a compra antecipada de bezerras de 2 a 3 meses, pagos adiantado e a preços de animais "de ano", para serem retirados após o desmame. Como sempre ocorre nos períodos de alta de preços, os do bezerro e do boi magro sobem proporcionalmente mais que os do boi gordo, tendendo nas próximas safras a reduzir a lucratividade do "invernista" - muito alta na safra passada - estabilizando o processo.

A expectativa para o próximo ano é de aumento dos preços da carne, mas que poderia ser comprometido por uma redução da demanda, dado que a pressão inflacionária sobre as camadas

assalariadas da população deve levar a uma diminuição do consumo "per capita". No entanto, essa retração da demanda deverá ser relativamente compensada com a pequena oferta, fazendo com que se mantenha a tendência atual de elevação dos preços reais em todos os níveis de produção. Aliado a isso, os estoques governamentais estão baixos e não se espera, ante o comportamento do mercado, que se consiga atingir a meta proposta de estocagem (160.000t) aos preços propostos definidos pelo Governo. Ademais, as cotações favoráveis às importações que se fazem do Uruguai e da Argentina tendem a se inverter, dado o crescimento da demanda internacional, o que impedirá que essas importações possam servir para contenção de alta de preços internos.

Eduardo Pires Castanho Filho

(IEA, 23/06/79)

QUADRO 74. - Efetivo do Rebanho, Produção de Carne, Exportação e Importação em Países Seleccionados, 1975-77

País	Rebanho (milhões de cab.)			Produção de Carne (1.000t)			Exportação (1.000t)			Importação (1.000t)		
	1975	1976	1977	1975	1976	1977	1975	1976	1977	1975	1976	1977
Estados Unidos	132	128	123	11.113	12.011	11.684	-	-	-	548	561	553
Rússia	109	111	110	6.473	6.522	6.800	-	-	-	406	226	200
Brasil	94	94	97	2.159	2.228	2.289	5	11	31	-	-	26
Argentina	59	58	55	2.438	2.814	2.827	79	224	278	-	-	-
Austrália	33	33	31	1.840	1.988	2.124	549	646	758	-	-	-
França	24	24	24	1.745	1.800	1.652	198	242	255	-	-	-
Nova Zelândia	10	10	9	508	628	558	77,5	150	111	-	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	87	24	18	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320	293	323
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	92	84

Fonte: Meat and Dairy Products - Nov./78 e Food and Agriculture Organization (FAO).

## -- Algodão

### - Panorama internacional

O mercado de algodão apresenta-se calmo, mesmo com a menor produção mundial e aumento no consumo, principalmente no Extremo Oriente, resultando em menores disponibilidades. Em situações normais, deveria ocorrer um fortalecimento dos preços, mas atribui-se o declínio nos preços, que se faz notar desde novembro de 1978, ao aumento previsto para a área mundial a ser cultivada com algodão em 1979/80 e à apreensão sobre a situação econômica geral.

O Índice "A" da Bolsa de Liverpool, considerado como indicativo de preços internacionais, que em abril p.p. estava em torno de 73 cents/libra, apresentou ligeira reação em junho, estabilizando-se em 77 cents em julho, mas ainda abaixo daquele do mês de novembro do ano passado (79 cents/libra).

A produção mundial relativa a 1978/79 está estimada em 59,9 milhões de fardos, ou seja, 6% a menos em relação ao volume obtido no ano anterior. O declínio foi mais acentuado nos países do Hemisfério Sul, atingindo níveis mais baixos que os inicialmente previstos.

O consumo mundial, por sua vez, deverá superar o recorde de 62,2 milhões de toneladas verificado em 1973/74. Diante da forte demanda mundial, combinada com a reduzida produção de 1978/79, os estoques finais deverão cair para 21,3 milhões de fardos, ou seja, 2,8 milhões de fardos abaixo do nível da temporada anterior.

O comércio internacional deverá ser expandido para 20,1 milhões de toneladas, praticamente um milhão de toneladas a mais que no ano comercial precedente.

Para 1979/80, a área cultivada prevista em 27 milhões de hectares significa ligeiro acréscimo em relação à do ano anterior, esperando-se maiores acréscimos na América do Sul, sobretudo na Colômbia.

Fontes comerciais prevêem que a produção mundial supere em um milhão de fardos as necessidades de consumo, totalizando 63,5 milhões de fardos.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo mundial de algodão poderá atingir de 69,9 a 75,6 milhões de fardos em 1985, e de 75,2 a 83,6 milhões de fardos em 1990. A efetivação ou não destas cifras, segundo o USDA, está sujeita à conjuntura econômica mundial, sobretudo vinculada aos preços do petróleo, que tem o poliéster como derivado e concorrente mais próximo da fibra de algodão.

### - Situação interna

Não fossem os estoques remanescentes da safra 1977/78 impossibilitados de serem exportados, face aos preços gravosos do produto brasileiro, talvez em 1979 houvesse necessidade de se recorrer à importação de determinados tipos para suprir a indústria nacional.

A safra de 1977/78, tida como uma das piores dos últimos anos, deveu-se não só às condições climáticas adversas, mas sobretudo à acentuada redução na área cultivada, reflexo da má comercialização do produto, que se faz notar há vários anos com os preços não estimulando os cotonicultores. Estimativas da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) indicam para 1977/78 490 mil toneladas de pluma, cifra esta superior às estimativas realizadas de fontes comerciais por volta de 470 mil toneladas. O consumo estimado é de 455 mil toneladas, tendo-se registrado um excepcional desempenho da atividade têxtil no 2º semestre de 1978. Cabe ressaltar a precariedade dos dados de consumo de algodão.

Para a safra em andamento (1978/79), as estimativas da CFP oscilam entre 545 a 560 mil toneladas de pluma, quantidade suficiente para suprir as necessidades de consumo, estimadas em 510 mil toneladas.

Quanto às exportações, as 44.515 toneladas escoadas em 1978 só foram efetivadas graças ao subsídio de 28% concedido à pluma, uma vez que os preços estavam gravosos (quadro 75). Por sua vez, as exportações de têxteis, graças aos incentivos concedidos, mostraram-se superiores às do ano precedente: 211.590 toneladas (US\$568.200 mil) em 1978 e 200.862 toneladas (US\$500.496 mil) em 1977, correspondendo, respectivamente, a acréscimos de 5,3% na quantidade e 13,5% no valor. O valor médio, por sua vez, apresentou elevação de 7,7%.

A concessão de incentivos ao escoamento de têxteis tem de certa forma beneficiado a indústria nacional, já que a gravosidade dos preços da pluma tem restringido a opção de exportação destes itens.

O desenvolvimento da cultura de algodão em São Paulo, e de modo geral para a Região Meridional, se bem que tenha ocorrido diminuição na área cultivada em 1978/79, proporcionou um volume satisfatório, graças sobretudo à excelente produtividade obtida. Levantamento realizado em fevereiro p.p. pelo IEA indica redução de 17,6% na área, que foi compensada por produtividade de 1.473kg/ha, nível bastante superior ao obtido no ano anterior (1.117kg/ha), e que se constituiu numa das piores já registradas.

Assim, a produção mostra-se 16,9% superior, atingindo 419 mil toneladas de algodão em caroço (quadro 76). A qualidade da fibra também tem se mostrado superior, com a ocorrência de 9,6% de tipos finos, comparados a 8,7% da safra anterior.

Os preços vigentes na safra presente foram relativamente satisfatórios aos produtores, aliados à boa produtividade e qualidade obtidas, em parte pela adoção da variedade IAC-17, comprovadamente superior àquelas até então utilizadas, e que estão sendo substituídas de forma gradativa, inclusive com interesse de outros estados, caso do Paraná (quadro 77).

A cotonicultura, que após vários anos mostrou-se desfavorável, poderá, em 1979/80, com os resultados relativamente satisfatórios obtidos pelos agricultores no corrente ano, apresentar acréscimo na área cultivada da ordem de 10% a 15%. Cumpre lembrar que a pouca expressão atual do produto na pauta de divisas, de certa forma, constitui-se em obstáculo à maior expansão.

O esforço por parte do Governo Federal, com o intuito de reduzir a sobrevalorização do cruzeiro, possibilitando maiores exportações, que se tem efetivado através de mini desvalorizações, parece que está de certa forma comprometido pelo acelerado ritmo inflacionário, não se esperando resultados satisfatórios no curto prazo.

Mesmo com as novas medidas a serem implantadas já em 1979/80, não se pode esperar acréscimo substancial na área de algodão, face sobretudo à concorrência que a cana-de-açúcar e a soja apresentam.

Sebastião Nogueira Junior

(IEA, 12/07/1979)

QUADRO 75 .- Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1973-78

Ano	Valor (US\$1.000 FOB)	Quantidade (t)	Preço médio (US\$/t)
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24
1976	6.957	5.579	1.247,00
1977	40.894	34.732	1.177,42
1978	52.760	44.515	1.185,22

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 76 .- Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1973/74 a 1978/79

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção <sup>(1)</sup> (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1973/74	395,6	519,6	1.313
1974/75	368,0	489,6	1.330
1975/76	223,3	332,4	1.489
1976/77	300,1	483,8	1.612
1977/78	345,1	358,5	1.117
1978/79 <sup>(2)</sup>	284,4	419,0	1.473

<sup>(1)</sup> Algodão em caroço.

<sup>(2)</sup> Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 77.- Preços Médios de Algodão em Carço, Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/arroba)

Mês	1975		1976		1977		1978		1979	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>								
Jan.	30,23	94,90	47,07	113,32	111,20	182,04	88,60	105,61	148,70	124,64
Fev.	30,76	94,49	54,30	125,60	106,80	169,34	95,20	109,74	161,80	130,69
Mar.	32,08	96,98	61,20	136,41	97,80	149,01	105,80	118,06	166,30	126,97
Abr.	33,33	99,01	66,90	143,88	100,80	147,54	120,30	129,85	164,70	121,20
Mai.	34,46	100,28	78,10	162,46	97,70	138,06	121,20	126,75	160,70	115,68
Jun.	34,72	98,86	83,20	168,37	87,50	121,24	120,30	121,44	...	...
Jul.	35,29	98,36	92,90	181,15	83,50	113,32	118,10	115,94	...	...
Ago.	37,62	102,03	104,00	195,03	82,00	109,89	120,60	115,29	...	...
Set.	39,05	103,45	113,30	205,83	82,10	108,08	121,90	113,62	...	...
Out.	40,63	105,36	120,80	213,68	82,90	106,28	125,30	113,57	...	...
Nov.	41,55	102,33	120,80	209,78	82,50	103,07	129,30	114,06	...	...
Dez.	44,51	110,41	113,30	192,28	85,00	103,99	134,70	117,02	...	...

<sup>(1)</sup> Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica em cruzeiro de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

5

POLÍTICA  
AGRÍCOLA

## 5 - POLÍTICA AGRÍCOLA

Durante o ano de 1978, as questões que dominaram as discussões no campo da política agrícola permaneceram basicamente as mesmas que vêm polarizando as atenções dos formuladores de política, das lideranças do setor e mesmo de largos segmentos da sociedade a partir de 1974. Talvez a diferenciação a realçar esteja no fato de que a política agrícola está se tornando mais dependente da política econômica global, dadas as persistentes dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela economia brasileira em seu conjunto. Assim, as questões fundamentais em discussão relacionam-se à contribuição potencial da agricultura para o crescimento do produto, para o restabelecimento do equilíbrio nas contas externas e para a melhoria das condições de abastecimento interno de alimentos dentro da conjuntura atual, não parecendo restar dúvida de que este último objetivo está no centro das preocupações do Governo, com respeito ao setor agrícola.

Entretanto, em que pese a magnitude dos problemas por enfrentar, agravados nos últimos anos por algumas adversidades com efeitos conjunturais, as alterações na política econômica dirigida ao setor agrícola (ou com efeitos importantes sobre o mesmo) têm sido reduzidas, restringindo-se basicamente ao crédito agrícola. Aliás, tais mudanças, efetuadas isoladamente como o foram, caracterizam-se muito mais como parte da política antiinflacionária posta em prática pelo Governo, do que como parte de uma política agrícola estrategicamente concebida, mostrando, como já se enfatizou, que o grau de liberdade na formulação da política agrícola vem declinando nos últimos anos.

Nos tópicos que se seguem, procura-se analisar, de modo simplificado, as principais alterações da política econômica com efeito sobre o desempenho do setor agrícola. Os comentários abrangerão os instrumentos de política com ação a curto prazo - câmbio e tributos, preços mínimos, crédito rural e seguro - baseando-se em resoluções já tomadas e, em alguns casos, em medidas até o momento apenas anunciadas.

### - Câmbio e Tributos

A partir do início do ano em curso, as autoridades monetárias vêm desenvolvendo esforço no sentido de uma redução da sobrevalorização do cruzeiro, visando, primordialmente, compensar perdas decorrentes da eliminação de favorecimentos às exportações de manufaturados<sup>(1)</sup>

---

(1) Decreto Lei nº 1.658 (janeiro/79).

e permitir a eliminação do depósito compulsório sobre importações <sup>(2)</sup>. Esse esforço tem-se materializado na aceleração das mini-desvalorizações, pretendendo-se que a ocorrência cambial su pere em torno de 6% a que se verificaria segundo o critério anteriormente vigente <sup>(3)</sup>.

Na realidade, a desvalorização acumulada de janeiro a abril acompanhou a taxa interna de inflação, indicando, pelo menos nesse período, tendência coerente com o objetivo proposto ao contrário do acontecido nos últimos anos, quando o reajuste da taxa de câmbio implicara aumento da sobrevalorização do cruzeiro. No entanto, a aceleração do processo inflacionário interno parece já estar comprometendo os resultados dessa política e dificultará sua implementação, na medida em que não existam perspectivas imediatas de reversão da taxa de inflação. Cla ro está que, mesmo obtendo sucesso, o efeito dessa alteração da política cambial sobre o setor agrícola não será expressivo a curto prazo. Assim, o sub-setor exportador provavelmente não o perará no ano em curso em condições mais favoráveis que no passado recente, continuando sujeito a elevado imposto implícito, representado pela sobrevalorização da taxa cambial.

Quanto aos impostos sobre exportações e outros instrumentos de política comercial, as pequenas alterações ocorridas são adiante sumariadas.

A quota de contribuição incidente sobre as vendas externas de café permanece em vigor, tendo sido recentemente reajustada em função da elevação dos preços de registro <sup>(4)</sup>.

Os demais produtos agrícolas não estão sujeitos, presentemente, a quotas de contribuição ou limitações quantitativas às exportações.

Por outro lado, visando melhorar a competitividade das exportações de açúcar, cujo pre ço sofreu forte declínio no mercado internacional, foi estabelecida a isenção do ICM nas saídas desse produto quando destinado à exportação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Me dida em sentido inverso foi tomada com relação ao farelo e torta de soja, tendo-se elevado o percentual de estorno do crédito do ICM, de modo a dificultar as exportações dos mesmos <sup>(5)</sup>.

Quanto às tarifas incidentes sobre as importações de insumos agrícolas, algumas modifi cações devem ser mencionadas.

No período 1978/79, algumas alterações foram introduzidas na política de importação de fertilizantes. Da lista de fertilizantes e matérias-primas, anualmente publicada pelo Conselho de Política Aduaneira (CPA), com benefício da isenção do imposto de importação e não sujeita a contingenciamento, foi excluída a matéria-prima amônia anidra <sup>(6)</sup>, que, a partir de 1978, passou a ser taxada à alíquota de 30% nas importações e somente beneficiada com a isenção do imposto quando o importador comprovar a sua compra no mercado interno. O contingenciamento inicial de 100% <sup>(7)</sup> a que ficou sujeita a amônia anidra passou para 60% <sup>(8)</sup>. Isto significa que atualmente, para cada tonelada desta matéria-prima adquirida internamente, pode-se importar 600 quilogramas com isenção tarifária.

O contingenciamento para o nutriente nitrogênio (na Região Centro-Sul), que era de

---

<sup>(2)</sup> Resolução BACEN/nº 508 (janeiro/79).

<sup>(3)</sup> Conjuntura Econômica, março/79, Nova Estratégia de Política Comercial (estudo especial).

<sup>(4)</sup> Resoluções IBC nºs 30 e 31 (maio/79).

<sup>(5)</sup> Decreto nº 13.068 (dezembro/78).

<sup>(6)</sup> Resoluções CPA nºs 3.236 (agosto/78) e 3.366 (maio/79).

<sup>(7)</sup> Resolução CPA nº 3.235 (agosto/78).

<sup>(8)</sup> Resolução CPA nº 3.322 (fevereiro/78).

160% em 1978 (<sup>9</sup>), passou para 122% em 1979 (<sup>10</sup>), quando importado na forma de sulfato de amônia e uréia. Para o fósforo expresso em  $P_2O_5$  solúvel, o contingenciamento (na Região Centro-Sul) passou de 20% (<sup>11</sup>) para 5% (<sup>12</sup>) na forma de superfosfatos. As mesmas quotas de aquisição se aplicam aos fosfatos mono e di-amônico.

Observe-se que existe também política de contingenciamento, valendo-se da isenção do Imposto de Importação, para algumas matérias-primas utilizadas na fabricação de fertilizantes. O ácido fosfórico teve a sua importação favorecida com o contingenciamento alterado de 220% (<sup>13</sup>) para 320% (<sup>14</sup>). Para amônia anidra, como já foi mencionado, esta relação diminuiu de 100% para 60% e para fosfatos de cálcio, de 65% (<sup>15</sup>) para 10% (<sup>16</sup>).

A política de contingenciamento para importação de fertilizantes tem favorecido cada vez mais a aquisição dos produtos da indústria nacional, encarecendo os fertilizantes a nível de agricultor. Das matérias-primas importadas, o ácido fosfórico é o mais importante em termos de dispêndio de divisas e teve a sua importação favorecida, ao contrário do que ocorreu com amônia anidra e fosfatos de cálcio.

Considerando-se que os preços internacionais dos fertilizantes e das matérias-primas são em geral inferiores aos produzidos internamente, os diferentes contingenciamentos apontados deverão alterar os preços pagos pelos agricultores, uma vez que resultam da média dos preços externos e internos. Por ora, é difícil prever os efeitos de todas essas medidas em termos de aumentar ou reduzir a competitividade da agricultura de exportação e os custos dos produtos de consumo interno.

Finalizando, excetuando-se alterações supervenientes, a política comercial continuará discriminando o setor agrícola, como tradicionalmente vem ocorrendo, o que, sem dúvida, impõe limites à contribuição da agricultura no esforço exportador e também ao desempenho do setor no seu conjunto. Aliás, não é mesmo de se esperar que venha a ocorrer uma reversão desse quadro a curto prazo, dadas as implicações que teria sobre os demais setores da economia.

Não obstante, a esse respeito alguns pontos merecem ser lembrados, na medida em que atenuariam o problema. Seria conveniente evitar alterações de política comercial ao longo de uma safra, pois contingenciamentos ou confiscos de caráter episódico geram insegurança e podem prejudicar o desempenho da agricultura de exportação. Por outro lado, algumas alterações da política comercial, visando ao barateamento de fertilizantes, poderiam ser estudadas com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações e de reduzir os preços pagos pelos consumidores de produtos domésticos.

---

(<sup>9</sup>) Resolução CPA nº 2.997 (julho/77).

(<sup>10</sup>) Resolução CPA nº 3.323 (fevereiro/79).

(<sup>11</sup>) Resolução CPA nº 3.120 (fevereiro/78).

(<sup>12</sup>) Ver citação 10.

(<sup>13</sup>) Resolução CPA nº 3.166 (maio/78).

(<sup>14</sup>) Resolução CPA nº 3.321 (fevereiro/79).

(<sup>15</sup>) Resolução CPA nº 3.146 (abril/78).

(<sup>16</sup>) Resolução CPA nº 3.320 (fevereiro/79).

## - Preços Mínimos

A política de preços mínimos tem, basicamente, três grandes objetivos. O primeiro se refere à tentativa de proteção da renda do setor agrícola, procurando impedir que sofra decréscimos em termos seculares. O segundo é estimular o aumento da produção agrícola; enquanto o terceiro é o de reduzir o risco de preço enfrentado pelos agricultores. Os objetivos estão, claramente, inter-relacionados; não obstante, alguns aspectos podem ser apreciados em separado, para facilidade de exposição, uma vez reconhecida essa interdependência.

Assim, quanto ao primeiro objetivo, para ser eficaz, a política de preços mínimos deve abranger o maior número possível de produtos. Na realidade, embora apreciável número deles já venha sendo amparado por preços mínimos nos últimos anos, observa-se também que não houve mudanças significativas na composição da pauta em termos da introdução de novos produtos, havendo ainda certo número deles, com ponderável importância no valor da produção agrícola, ao desabrigo da política de preços mínimos, caso da batata, cebola, tomate e outros vegetais perecíveis, além de produtos pecuários.

O segundo objetivo da política - expansão da produção - por suposto só encontraria viabilidade na medida em que os preços de garantia (ou mínimos) fossem compensadores em relação aos custos. Na prática isso não tem ocorrido de maneira acentuada. A cultura do algodão, na Região de Campinas (principal área produtora), por exemplo, cultivada com tração motomecanizada, teve na safra 1978/79 custos variáveis, representando por volta de 78% dos preços mínimos, contra 87% desses mesmos custos em relação aos preços médios de mercado. Entretanto, para o amendoim, também cultivado com tração mecânica, os custos variáveis representaram cerca de 179% dos preços mínimos, contra 24%, relativamente aos preços médios. Da mesma forma, o arroz de sequeiro teve custos variáveis, representando 171% do preço mínimo, contra 155% para os preços médios. Essa acentuada diferença na relação entre custos e preços mínimos e médios ocorre também para o milho e a soja, na Região de Ribeirão Preto, sorgo na Região de Jaboticabal e feijão das secas e das águas na Região de Sorocaba (principal área produtora no Estado). Em resumo, excetuando a cultura do algodão, os preços mínimos foram inócuos como instrumentos de estímulo à expansão da produção agrícola no Estado de São Paulo, pelo menos na safra 1978/79.

Por último, quanto ao terceiro objetivo, que é o de eliminar o risco de preço enfrentado pelos produtores, seria essencial que a política de preços mínimos antecipasse e garantisse preços de equilíbrio determinados pelas estruturas de oferta "sem risco" e de procura, evitando que, em anos de safras abundantes, dada a inelasticidade da demanda, os preços sofram acentuadas quedas. Para os produtos citados, no ano agrícola 1978/79, constata-se que amendoim, arroz, feijão, milho e soja tiveram preços mínimos inferiores aos preços médios (com a única exceção do algodão), o que sugere que a consecussão do terceiro objetivo, assim como dos outros, foi prejudicada, pelo menos nessa safra, havendo indicações de que esse fato vem se repetindo nos últimos anos.

Aparentemente, a pequena efetividade da política de preços mínimos no passado guarda relação com a política monetária. De certa forma, essas políticas envolvem um conflito de objetivos. Assim é que, por exemplo, na década de 60 a componente preços mínimos contribuiu sistematicamente de forma reducionista na expansão da base monetária <sup>(17)</sup>; também na década de 70

---

(17) PASTORE, Affonso Celso. A oferta de moeda no Brasil: 1961-72. São Paulo, IPE/USP, 1974. 61p.

contribuiu aparentemente da mesma forma em 1972 e 1973, o mesmo acontecendo em 1977 e 1978 (18). Esses dados sugerem, portanto, que, em alguma medida, a política de combate à inflação tem se efetuado via contenção da conta de preços mínimos.

Face a esse panorama, passa-se então a analisar os possíveis impactos das novas normas para o estabelecimento dos preços mínimos, cujo piso deverá ser de 1,667 vezes o valor básico de custeio (19).

A análise dos prováveis preços mínimos que poderão vigorar para o Estado permite algumas indicações sobre impacto na produção agrícola estadual (quadro 78). Em primeiro lugar, calculados os preços mínimos com base no VBC e nas produtividades médias para o Estado e comparando os custos variáveis com esses preços mínimos, tem-se que, para o algodão, essa relação é de 78%, para o amendoim de 110%, para o arroz de 78%, para o feijão de 55%, para a mamona de 91%, para a mandioca de 54%, para o milho de 85%, para a soja de 83% e para o sorgo de 99%. Percebe-se, então, que apenas o feijão e a mandioca receberão estímulos substanciais, contra estímulos moderados para algodão e arroz, tornando-se decrescentes nas culturas da soja, sorgo, mamona e milho, e chegando a ser claramente desestimulantes para o amendoim das águas.

QUADRO 78.- Relações entre Custo Variável Médio, Valor Básico de Custeio e Preço Mínimo, Estado São Paulo, 1979/80

Produto	CVme/kg (1)	P.Min./kg <sup>(1)</sup> (2)	(1)/(2) (%)	VBC/ha (3)	CVme/ha (4)	(3)/(4) (%)
Algodão	11,05	14,24	77,60	12.304	15.919	84
Amendoim	6,94	6,27	110,69	8.094	14.925	54
Arroz	4,95	6,32	78,32	3.825	5.940	64
Feijão	7,03	5,31	54,84	4.328	4.217	103
Mamona	5,68	6,26	90,73	4.508	6.811	66
Mandioca	0,41	0,76	53,95	9.100	8.198	111
Milho	2,26	2,67	84,64	4.517	6.378	71
Soja	2,97	3,57	83,19	4.503	6.237	72
Sorgo	2,33	2,36	98,73	4.422	7.263	61

(1) Calculado aplicando-se o fator 1,667 sobre o valor básico de custeio, considerando-se a produtividade média do Estado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Em segundo lugar, se forem comparados os valores básicos de custeio médios com os custos variáveis médios estimados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), é possível verificar que apenas a mandioca e o feijão têm valores iguais, sendo - no restante dos produtos acima citados - o custo variável médio sempre superior ao VBC, variando entre 46% e 16%.

Se for levado em consideração que a decisão de produzir pressupõe que pelo menos os

(18) BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, v.15. nº 3, mar. 1979.

(19) Conselho Monetário Nacional (CMN), reunião do dia 27/06/79, conforme "O Estado de São Paulo", edição do dia 28/06/79.

custos variáveis médios sejam cobertos, então seria de se esperar que os valores básicos de custo pelo menos igualassem esses custos. As comparações acima indicam que isso nem sempre ocorre, sugerindo uma subestimação da magnitude dos VBC no caso de São Paulo.

Não obstante, se isso pode ser interpretado como um fornecimento de crédito algo insuficiente para algumas culturas, nas condições deste Estado, quanto aos preços mínimos deve-se ter presente que as comparações efetuadas dizem respeito ao piso anunciado de 1,667 vezes o valor básico de custeio, não se podendo esquecer que pelo menos para alguns produtos poderão ser fixados preços mínimos mais remuneradores, superando aquele piso. De todo modo, comparativamente aos anos anteriores, há indicações de que a política de preços mínimos caminha para uma maior efetividade.

#### - Crédito Rural

O crédito rural tem sido o principal instrumento de política agrícola desde o início da década, através da expansão contínua dos montantes financiados e da manutenção de taxas de juros subsidiadas. A viabilidade e conveniência da manutenção dessa política vem sendo discutida, quer do ponto de vista dos impactos monetários, quer do ponto de vista dos efeitos sobre o setor agrícola.

Medidas tomadas em 1977, reduzindo, a nível de contrato, os empréstimos para operações de investimento <sup>(20)</sup>, complementadas em 1978 por disposições que reduziram os financiamentos de custeio <sup>(21)</sup>, mostram claramente que o crédito rural passou a sofrer restrições em decorrência da política antiinflacionária posta em prática pelo Governo, fundada predominantemente na contenção dos meios de pagamento.

Evidenciando os fatos acima, o saldo dos empréstimos à produção agrícola em 1978 apresentou incremento de 35,2%, contra 52,1% verificados no ano anterior, indicando redução das aplicações no setor <sup>(22)</sup>.

Já por iniciativa da atual administração federal, que decidiu conferir prioridade à agricultura, uma série de medidas vêm sendo tomadas e outras anunciadas, refletindo-se a linha geral da política a ser adotada na decisão de reconduzir o Ministro da Agricultura como membro do Conselho Monetário Nacional <sup>(23)</sup>.

A reformulação da política agrícola que está sendo proposta e decidida atualmente terá como instrumentos básicos, ao que tudo indica, o crédito rural (associado ao seguro agrícola) e os preços mínimos. Trata-se de um conjunto de medidas que se tornou conhecido como "saco agrícola", e que provocou grandes expectativas no meio rural; todas elas têm o intuito claro de aumentar a produção no curto prazo.

Em síntese, as decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), alterando a política de crédito rural até o momento <sup>(24)</sup>, envolvem:

---

<sup>(20)</sup> Resolução BACEN 416/78.

<sup>(21)</sup> Circular BACEN 366/78.

<sup>(22)</sup> Relatório do BACEN - 1978.

<sup>(23)</sup> Decreto 83.323/79.

<sup>(24)</sup> "Pacote Agrícola", Jornal do Brasil, edição de 24/05/79 (1º caderno).

- a) eliminação de qualquer limite no orçamento monetário para operações de crédito de custeio;
- b) modificação do critério para fixação dos valores de financiamentos de custeio;
- c) modificação dos critérios para classificação dos usuários de crédito rural;
- d) exigência de aplicação de maior parcela de recursos junto a pequenos produtores;
- e) dilatação do prazo para liquidação de financiamentos de custeio para pequenos produtores;
- f) modificação dos procedimentos de concessão de crédito vinculado à assistência técnica a pequenos produtores;
- g) criação de crédito de custeio rotativo para pequenos produtores;
- h) modificação das normas de funcionamento do PROAGRO (seguro agrícola);
- i) abertura de nova linha de crédito para a pecuária; e
- j) modificações das normas aplicáveis a financiamentos de investimento.

A liberação de limite para o crédito de custeio no orçamento monetário pode constituir decisão importante numa situação em que se procura conter o processo inflacionário via política monetária. Essa decisão indica que, em termos de suprimento de crédito para custeio, a situação do setor agrícola poderá ser tão boa quanto em anos anteriores e possivelmente melhor, pelo menos com relação a outros setores da economia.

O estabelecimento dos valores de custeio sofre mudança radical para o ano agrícola 1979/80. No passado, era determinado em relação ao preço mínimo, nunca atingindo percentual superior a 60% desse preço. A partir de agora, os financiamentos poderão atingir 100% dos desembolsos, determinados pelos VBC's, os quais são crescentes conforme aumenta a produtividade, estimulando a adoção de novas técnicas. Essa desvinculação do crédito de custeio dos preços mínimos é, no elenco de medidas adotadas, uma das mais importantes, pois permitirá que o montante de aplicação em crédito rural torne-se, a partir de agora, um instrumento independente da política de preços mínimos.

A modificação dos critérios para classificação dos beneficiários de crédito rural envolveu a criação de mais uma categoria, a de miniprodutor, resultante do desdobramento da categoria anterior de pequeno produtor. Além disso, o novo critério baseia-se apenas no valor da produção agropecuária, eliminando o grau de endividamento como parâmetro para classificação (25).

Com o objetivo de ampliar a oferta de crédito para pequenos e miniprodutores, a parcela de recursos a serem aplicados pelas instituições financeiras junto a essas categorias foi ampliada de 15% para 25%, com dotação específica de 10% dirigida aos miniprodutores (26).

Visando facilitar o acesso de pequenos e miniprodutores ao crédito e à assistência técnica, foram simplificados os procedimentos para obtenção de financiamentos, que poderão ser agora grupais (27). Com o mesmo objetivo, foi eliminada a exigência de apresentação de nota fiscal para pagamento direto ao fornecedor de bens adquiridos com crédito para investimento (28).

Outra medida com o objetivo de favorecer os miniprodutores relaciona-se à ampliação, de 60 para 90 dias após o término da colheita, do prazo para liquidação das operações de cus-

(25) Resolução BACEN 540 - maio/79.

(26) Resolução BACEN 546/79.

(27) Resolução BACEN 542/79.

(28) Resolução BACEN 545/79.

teio deferidas a mini e pequenos produtores (<sup>29</sup>).

Anunciou-se, ainda, a criação de crédito rotativo para pequenos e miniprodutores, também com o objetivo de reduzir os trâmites burocráticos nas operações de financiamento.

Quanto ao PROAGRO, estabeleceu-se a obrigatoriedade de adesão nos financiamentos de custeio agropecuário, e estendeu-se a cobertura aos encargos financeiros devidos da época do sinistro até a de indenização, e passou-se a admitir, no caso de pequenos e miniprodutores, de produção de parcela do valor da produção destinada à manutenção do produtor e sua família em caso de sinistro (<sup>30</sup>). Cogita-se também da possibilidade de cobertura total dos recursos financiados e mesmo dos recursos próprios.

Na área da pecuária, decidiu-se estender de 5 para 8 anos o prazo limite de financiamentos para aquisição de reprodutores e matrizes bovinas em projetos integrados para pequenos e miniprodutores (<sup>31</sup>). Acredita-se que todas essas medidas, beneficiando produtores de menor porte, poderão ter impacto positivo, embora sua implementação deva envolver apreciáveis dificuldades administrativas.

Quanto ao crédito para investimento, duas tendências que se manifestam desde 1977 - diferenciação das taxas de juros e, também, dos percentuais financiados - permaneceram por ocasião das mudanças recentemente introduzidas no crédito rural, e de forma ainda mais acentuada. Pequenos projetos gozam de taxas de juros inferiores (13% e 15%) e a base de adiantamento é 100% do valor da operação. Para as operações de valor superior a 200 MVR, as bases de adiantamento poderão ser de 55% a 90% e os juros da ordem de 15% a 30% (<sup>32</sup>) quando anteriormente estes não excediam 21% (<sup>33</sup>). Estas mudanças denotam esforço no sentido de exigir maior participação do produtor com recursos próprios no financiamento dos investimentos.

Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, Alceu de Arruda Veiga Filho, Nelson Kazaki Toyama, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Tanajura Cruz Gimenes, e Leônia Gadelha de Lima Furtado.

(IEA, 06/07/79)

---

(<sup>29</sup>) Resolução BACEN 544/79.

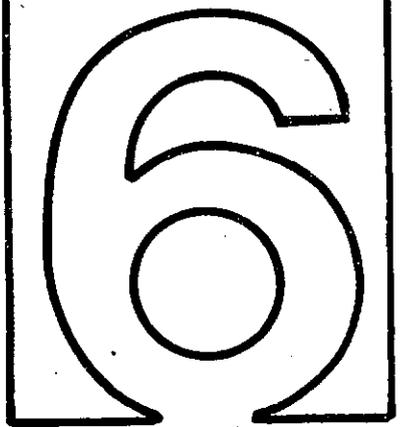
(<sup>30</sup>) Resolução BACEN 548/79.

(<sup>31</sup>) Resolução BACEN 541/79.

(<sup>32</sup>) Ver citação 30.

(<sup>33</sup>) Ver citação 19.

**IEA**



**PROJEÇÕES  
DE OFERTA E  
DE PROCURA**

## 6 - PROJEÇÕES DE OFERTA E PROCURA

### - Estimativas de Oferta

As projeções de oferta para o ano agrícola 1979/80 são decorrentes da utilização do modelo de "Ajustamento Parcial" desenvolvido por Nerlove. Tal modelo tem sido tradicionalmente utilizado para explicar modificações no comportamento da oferta de produtos agrícolas.

Utilizou-se a área plantada como variável dependente neste modelo, uma vez que pela interferência de fatores climáticos a efetiva produção obtida num ano é em geral diferente da anteriormente planejada pelos agricultores. Dessa forma, o modelo pressupõe que a área plantada de um determinado produto num ano qualquer é função da área plantada desse produto, do seu preço e do de produtos alternativos no ano anterior, e de uma tendência que tenta captar mudanças tecnológicas ocorridas ao longo do período analisado. Tal modelo foi estimado pelo método dos mínimos quadrados, a partir de dados de área e preço publicados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Estimada a função para cada produto, e de posse de dados de área, preços do produto e de produtos alternativos para o ano agrícola 1978/79, estimou-se a área plantada para 1979/80.

Com a área estimada, estabeleceram-se três hipóteses de níveis de rendimento para o cálculo da produção, obtendo-se estimativas pessimistas, médias e otimistas, conforme seja o rendimento considerado: baixo (o menor dos últimos 5 anos), médio (a média dos últimos 5 anos) e alto (o maior dos últimos 5 anos), respectivamente.

### - Estimativas de Procura

As projeções de procura para o ano agrícola 1979/80 de alguns produtos no Estado de São Paulo foram obtidas a partir de dados de consumo "per capita" publicados no "Estudo Nacional de Despesa Familiar" da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1977, e de estimativas das populações urbana e rural do Estado.

Em relação aos Prognósticos anteriores, nota-se que houve sensível alteração nas quantidades consumidas dos produtos. Isto decorre da utilização de dados de pesquisa mais recente, os quais, espera-se, reflitam melhor a estrutura de consumo da população de São Paulo. Ressalte-se, porém, que as projeções se referem tão somente ao consumo domiciliar.

#### - Oferta e Procura

Os resultados das projeções de oferta e de procura estão transcritos nos quadros 79 e 80, respectivamente.

Através dos dados apresentados, constata-se que arroz, batata, feijão, carne bovina, carne suína e leite são produtos que deverão ser importados de outros centros produtores para atender ao consumo do Estado, e que banana, café, cana-de-açúcar, laranja e ovos deverão ser exportados, fazendo com que a estrutura do intercâmbio comercial paulista não se altere muito no decorrer do próximo ano.

#### - Comparações entre as Variações de Área Plantada Estimadas pelo Modelo e pela Avaliação Subjetiva

Ao se cotejar as projeções de área resultantes do modelo econométrico e as correspondentes previsões subjetivas, observam-se divergências nos dados para alguns produtos, a curto prazo, nas tendências de produção (quadro 81). As previsões subjetivas realizadas pelo IEA são baseadas nas informações dos técnicos da CATI, produtores, cooperativas, agroindústrias, bancos, entidades de classe, comerciantes de insumos e outros agentes de comercialização (ce-realistas, maquinistas, etc.)

Para a mamona, onde o modelo sugere um aumento de 155%, tem que se reconhecer sua limitação para o objetivo pretendido, já que face a preços relativos mais favoráveis para outras culturas é de se esperar pequena expansão na área cultivada (5%).

Com relação aos demais produtos, a exceção de café, cana-de-açúcar e cebola, as projeções do modelo e avaliações subjetivas mostram relativa concordância.

Fernando Antonio de A. Sever e Nelson Kazaki Toyama

(IEA, 12/07/1979)

QUADRO 79 . - Projeções de Oferta, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1979/80

Produto	Área 1978/79 <sup>(1)</sup> (1.000ha)	Projeção área 1979/80 (1.000ha)	Rendimento estimado <sup>(1)</sup> (kg/ha)			Projeção de oferta 1979/80 (1.000t)			Produção 1978/79 <sup>(2)</sup> (1.000t)
			Baixo	Médio	Alto	Pessimista (S <sub>1</sub> )	Média (S <sub>2</sub> )	Otimista (S <sub>3</sub> )	
Algodão	284,4	363,0	1.057	1.360	1.612	384,0	494,0	585,0	419,0
Amendoim <sup>(3)</sup>	186,9	242,0	1.281	1.403	1.470	310,0	340,0	356,0	289,0
Arroz (em casca)	323,0	387,0	752	1.074	1.354	291,0	416,0	524,0	365,4
Banana	36,9	38,0	15.765	17.384	21.876	599,0	660,0	831,0	632,4
Batata <sup>(4)</sup>	29,2	30,0	12.393	13.607	14.634	372,0	408,0	439,0	470,4
Cafê	1.007,0	910,0	473	560	735	430,0	510,0	669,0	466,8
Cana-de-açúcar <sup>(5)</sup>	1.218,8	1.130,0	41.927	48.090	63.758	43.378,0	54.342,0	60.747,0	65.920,0
Cebola <sup>(6)</sup>	18,3	17,0	7.000	10.212	13.780	119,0	174,0	234,0	208,6
Feijão <sup>(7)</sup>	332,2	355,0	454	523	583	161,0	186,0	207,0	209,5
Laranja	365,5	-	-	-	-	-	6.600,0	-	5.673,8
Mamona	21,2	54,0	1.111	1.209	1.404	60,0	65,0	76,0	24,4
Mandioca <sup>(8)</sup>	40,6	37,0	11.468	12.889	13.963	424,0	477,0	517,0	586,0
Milho	1.107,3	1.317,0	1.802	2.021	2.222	2.373,0	2.662,0	2.926,0	2.457,0
Soja	546,6	562,0	1.360	1.660	1.942	764,0	933,0	1.091,0	844,2
Tomate <sup>(9)</sup>	23,3	23,0	20.694	23.782	26.899	476,0	547,0	619,0	669,8
Carne bovina	-	-	-	-	-	-	439,0	-	359,7
Carne suína	-	-	-	-	-	-	54,0	-	51,4
Leite <sup>(10)</sup>	-	-	-	-	-	-	1.688,0	-	1.415,6
Ovos <sup>(11)</sup>	-	-	-	-	-	-	605,0	-	597,7

<sup>(1)</sup> Baseada na 3ª estimativa de safra, IEA-CATI.

<sup>(2)</sup> Rendimento estimado a partir da área colhida.

<sup>(3)</sup> Amendoim das águas e amendoim da seca.

<sup>(4)</sup> Incluída a produção de inverno em volume semelhante à de 1977/78.

<sup>(5)</sup> Cana para indústria e cana para forragem.

<sup>(6)</sup> Cebola de muda e cebola de soqueira.

<sup>(7)</sup> Feijão das águas e feijão da seca.

<sup>(8)</sup> Mandioca para indústria e mandioca para mesa.

<sup>(9)</sup> Tomate envarado e tomate rasteiro.

<sup>(10)</sup> Milhões de litros.

<sup>(11)</sup> Milhões de dúzias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 80. - Projeções de Procura, Estado de São Paulo, 1979/80<sup>(1)</sup>  
(em mil toneladas)

Produto	Procura
Arroz beneficiado	1.272,0
Banana	181,0
Batata	384,0
Café	137,0
Cana-de-açúcar (indústria)	54.270,0
Feijão	590,0
Laranja ("in natura")	474,0
Laranja (indústria)	5.400,0
Soja (óleo)	165,0
Carne bovina	494,0
Frango	233,0
Carne suína	87,0
Leite	1.979,0
Ovos	389,0

(<sup>1</sup>) Populações estimadas em: área metropolitana: 11.026,1 mil habitantes; área urbana não metropolitana: 11.026,0 mil habitantes; e área rural: 1.951,8 mil habitantes. População total do Estado: 24.003,9 mil habitantes.

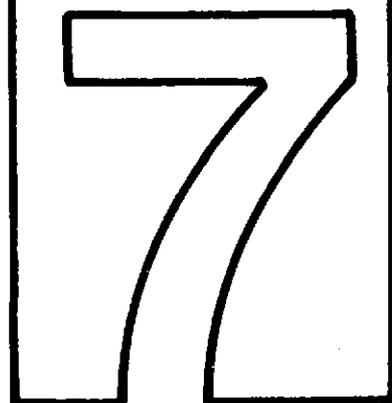
Fonte: Dados secundários obtidos através do "Estudo Nacional de Despesa Familiar", Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1977.

QUADRO 81. - Variação Percentual da Área Plantada, no Ano Agrícola 1979/80 Estimada pelo Método do Modelo de Nerlove e pela Avaliação Subjetiva, Estado de São Paulo

Produto	Variação percentual	
	Modelo	$\frac{1979/80}{1978/79}$ Avaliação subjetiva
Algodão	28	10 a 15
Amendoim	29	10 a 15
Arroz (em casca)	20	10
Batata	3	3
Café	-9	6
Cana-de-açúcar	-7	5
Cebola	-7	2
Feijão	7	10
Mamona	155	5
Mandioca	-9	-15
Milho	19	10
Soja	3	5 a 10

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

**IEA**



**DESEMPENHO  
DA  
AGRICULTURA  
PAULISTA**

## 7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

### - Valor da Produção Agrícola

Estimativas de preço e produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, referentes à safra 1978/79, demonstram um acréscimo do valor bruto da produção em relação a 1977/78 de 7,53% em valores reais (quadro 82). Ao se excluir o café, essa taxa de crescimento passa para 7,32%, pois este produto deve apresentar uma produção física 6,62% abaixo da observada em 1977/78. Utilizou-se, para esse cálculo, o deflator baseado na estimativa de variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de junho de 1978 a junho de 1979, obtendo-se o valor 0,689123. Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1977/78 e 1978/79, a preços de 1977/78, a agricultura paulista apresenta acréscimo de 4,32%; excluindo-se o café, essa taxa passaria a 6,98%.

Os 20 produtos vegetais apresentam, entre esses dois anos, acréscimos de 10,16%; excluindo-se o café, essa taxa aumenta para 10,89%.

Os produtos animais, em número de 6, deverão experimentar, em conjunto, acréscimo de 2,20% em relação a 1977/78.

Globalmente, o valor da produção agrícola está avaliado em Cr\$126 bilhões, 56,04% acima do observado em 1977/78, que foi de Cr\$80,8 bilhões. Os produtos vegetais responderam por 68,64% desse total, e os produtos animais pelos 31,36% restantes.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos em termos de participação no valor da produção agrícola do Estado (quadro 83), verifica-se que o café continua ocupando a primeira posição (19,74%), seguindo-se a cana-de-açúcar (15,53%) e a carne bovina (13,31%). Nesta safra, esses 3 produtos, mais aves e ovos (10,62%) e o leite (5,86%), responderam por 65,06% do total do setor. Desses produtos, apresentam ganhos em termos reais: aves (22,12%), carne bovina (11,84%), cana-de-açúcar (10,64%), café (8,38%); outros aumentos foram registrados por trigo (125,15%), tomate rasteiro (96,93%), arroz (55,40%), uva de mesa (43,23%), milho (28,35%), chã verde (19,78%), tangerina (16,37%), laranja (13,99%), banana (12,30%), carne suína (12,17%), soja (9,19%), batata (6,52%), tomate envarado (3,93%), algodão (3,17%), limão (1,68%), amendoim (0,86%). Entre os que registraram perda, em termos reais, encontram-se: cebola (-52,03%), mandioca (-27,48%), mamona (-24,10%), leite (-21,01%), casulo (-20,90%), feijão (-9,02%) e ovos (-2,76%).

## - Indicadores de Preço e de Quantidade

Espera-se, para este ano, variações em termos reais, da ordem de 6,52%, no Índice geral de preços, e de 5,16%, no Índice de produção física dos 21 produtos constantes das séries históricas do IEA, considerando-se como base o período 1966-70 (quadro 84).

### - Produtos de origem vegetal

Esse grupo apresenta decréscimo de 0,67%, em preços reais, e aumento de 13,67% nas quantidades produzidas. Subtraindo-se o café, os Índices de preço se retraem, em relação ao ano anterior, para 7,07%, e os Índices de quantidade se expandem 18,21%. Contribuíram para estes resultados:

- as quedas em preços reais observadas para: cebola, mamona, amendoim, algodão, milho e feijão; e

- os acréscimos de produção observados para: tomate rasteiro, arroz, milho, amendoim, cebola e algodão.

### - Produtos de origem animal

Esses produtos, na safra de 1978/79, estão acusando elevação nos preços reais (22,30%) e diminuição nas quantidades produzidas (-11,09%).

Para esse grupo, destaca-se o crescimento da produção de ovos, enquanto a produção de carne bovina, leite, carne suína e casulo deverá sofrer uma redução. Quanto aos preços reais, somente as carnes bovina e suína apresentaram incremento em relação ao ano anterior. Os demais produtos apresentaram decréscimos nos preços reais: leite, ovos e casulo. Em termos de valor da produção, somente carne bovina e carne suína apresentaram acréscimo real.

### - Produtos tradicionais, em transição e modernos

Relativamente aos preços, os produtos tradicionais e os em transição apresentaram acréscimo real, em relação a 1977/78, de 20,90% e 2,50%, respectivamente. Os produtos modernos sofreram decréscimo em seus preços reais da ordem de 5,06%. Dentre esses grupos, apresentaram-se com preços mais elevados: arroz, bovinos, suínos, banana, café, chá e tomate.

Quanto à quantidade produzida, os produtos em transição e os modernos cresceram 9,04% e 12,98%, respectivamente, e os tradicionais decresceram 12,39%. Concorreram positivamente para os produtos em transição e modernos: cebola, milho, amendoim, chá, batata, laranja, tomate, cana-de-açúcar, soja, algodão e ovos. Carne bovina, leite e carne suína foram os produtos que mais contribuíram para a queda no Índice dos produtos tradicionais.

### - Índices de Área e de Rendimento

Com relação ao ano anterior, a área plantada do Estado de São Paulo mantém-se praticamente inalterada, mas há indicações de acréscimo da ordem de 14,42% no rendimento das 16

principais culturas (quadro 85).

Aumentos na área cultivada com milho (13,91%), laranja (9,76%), amendoim (8,41%), cebola (7,65%), café (4,14%) e cana-de-açúcar (0,60%) contrabalançaram as reduções observadas para as culturas de feijão (-25,45%), mandioca (-24,25%), algodão (-17,59%), banana (-8,66%), chá (-7,88%), tomate (-5,67%), arroz (-5,53%), soja (-2,36%) e batata (-2,16%).

O ganho no rendimento, em relação à safra anterior, pode ser basicamente atribuído às seguintes culturas: arroz (57,08%), algodão (41,77%), tomate (37,17%), feijão (36,29%), milho (26,80%), chá verde (22,50%), amendoim (17,55%), soja (15,97%) e batata (13,31%). Deve-se ressaltar, no entanto, que tais acréscimos não representam rendimentos acima daqueles normalmente obtidos. Na realidade, os rendimentos observados na safra anterior, para a maior parte das culturas, foram severamente afetados, devido a problemas de ordem climática.

Analisando-se os grupos de produtos segundo o nível de tecnologia (produtos modernos, em transição e tradicionais), nota-se acréscimo de 7,82% na área sob cultivo com produtos em transição, contrapondo-se a reduções de área observadas para os produtos modernos (-1,49%) e tradicionais (-16,34%).

O milho (13,91%) foi o principal responsável pelo aumento de área dos produtos em transição, enquanto que algodão (-17,59%) e soja (-2,36%) foram os produtos que mais influenciaram na redução de área dos produtos modernos. Feijão (-25,45%) e arroz (-5,53%) determinaram substancial decréscimo na área cultivada com produtos tradicionais.

#### - Perspectivas

São Paulo, além de colocar-se entre os principais estados agrícolas, participando com 27,4% no valor da produção agrícola da Região Centro-Sul do Brasil, e representando aproximadamente 21% do setor agrícola do País, caracteriza-se como tradicional produtor de matérias-primas para os mercados interno e externo e também funcionou por longo período como ponto de concentração de mercadorias oriundas de várias regiões do País. Hoje, graças à grande demanda estadual e evolução marcante de sua agroindústria, está, até certo ponto, diminuindo sua participação como fornecedor de produtos básicos a outros destinos que não seu próprio mercado.

Em São Paulo, praticamente, esgotou-se a fronteira agrícola, de modo que acréscimos na produção só poderão ser conseguidos à custa de melhores produtividades ou de substituição de culturas de menor rentabilidade econômica, dirigidas pelo comportamento do mercado.

A agricultura paulista que, ao contrário da dos demais Estados brasileiros, se caracteriza por apresentar uma gama enorme de produtos com grande importância relativa na agricultura nacional apresentou um bom desempenho no último ano agrícola (1978/79) e, tendo em vista as recentes medidas implantadas pelo Governo Federal visando fortalecer o setor agropecuário, espera-se já para 1979/80 um impacto positivo sobre o seu desempenho.

Dentre as medidas adotadas, destaca-se a decisão de desvincular a política de crédito da política de preços, mantido o piso dos preços mínimos associado ao crédito via valor básico de custeio. Isto abre certamente a possibilidade de ações seletivas, que serão dirigidas aos produtos alimentares essenciais. Por outro lado, a eliminação do teto para os financiamentos de custeio no orçamento monetário deverá provocar impacto pela expansão monetária advinda desta medida, mas que poderão ser compensada largamente pela maior oferta de produtos agrícolas, particularmente de alimentos, caso as condições climáticas apresentem comportamento normal.

Complementando, a alteração do critério de classificação dos produtores em função do valor da produção, associada à decisão de dirigir 25% da aplicação aos pequenos e mini produtores, mostra a preocupação do Governo de desconcentrar o crédito rural, com efeitos sobre a produção de alimentos e contenção do êxodo rural.

Medidas propostas e outras já aprovadas podem ser consideradas como favoráveis ao desempenho do setor agrícola brasileiro e, em particular, ao paulista.

As previsões para os principais produtos vegetais são de expansão em 1979/80 em virtude de escassez generalizada.

Para o café, principal produto agrícola brasileiro e paulista, com a produção de 1978/79 estimada em 7,78 milhões de sacos, já apresentou neste ano quebra em razão das geadas de maio/junho p.p.. Para o próximo ano, prevê-se menor volume colhido, ao redor de 5,1 milhões de sacos, apresentando uma quebra da produção da ordem de 27% em relação a uma previsão inicial de 7,1 milhões de sacos para 1979/80.

Os resultados qualitativa e quantitativamente favoráveis da cotonicultura em 1978/79 poderão proporcionar expansão de 10% a 15% na área cultivada, recuperando, em parte, a posição de destaque do produto no cenário paulista. O amendoim poderá apresentar acréscimos de 10% a 15%, em vista dos preços favoráveis, graças à frustração de safras que se tem verificado para soja nos dois últimos anos. Apesar de carente no mercado, o arroz, mesmo com perspectivas de preços favoráveis, dado o risco enfrentado pela lavoura de sequeiro, não deverá apresentar grande expansão, devendo chegar a 10%. Para o feijão, com os atuais preços vigentes, facilidade de comercialização e incentivos proporcionados pelo "saco agrícola", deverá ocorrer acréscimo da ordem de 10%. A mandioca, de longa data com problemas na sua comercialização, deverá apresentar redução na área, dado o desinteresse geral pela cultura.

Em decorrência de escassez no mercado interno por dois anos consecutivos, inclusive colocando o Brasil como importador, o milho deverá ter sua área expandida em pelo menos 10% a nível do Estado.

A exemplo do milho, as duas frustrações de safra de soja têm provocado elevação nas cotações internas, constituindo-se em alternativa das mais favoráveis ao agricultor paulista, podendo ocorrer aumento de 5% a 10% na área cultivada.

Mesmo com o mercado externo desfavorável à colocação do açúcar brasileiro, com a ênfase dada ao Programa Nacional de Alcool (PROALCOOL), a cultura de cana-de-açúcar vem nos últimos anos apresentando contínuo crescimento de área, permitindo-se prever novo crescimento (5%). Esta cultura é a que ocupa a maior área do Estado, cerca de 1.153,4 mil hectares.

A laranja, que em 1978/79 apresentara acréscimo de 10% na área cultivada, e tendo sua produção estimada em 139 milhões de caixas (+17%), não deverá apresentar quebras significativas em decorrência das últimas geadas, havendo inclusive perspectiva de expansão de 10% na produção para 1979/80.

Quanto à pecuária, a bovinocultura encontra-se em difícil situação, comprometida em anos anteriores pelo abate indiscriminado de matrizes e pela atual condição insatisfatória das pastagens. A suinocultura e avicultura, substitutos mais próximos da carne bovina, apresentam condições relativamente satisfatórias de produção, porém com certa limitação, dados os elevados preços dos seus principais insumos. A avicultura deverá expandir-se em 5% e 3%, respectivamente para corte e postura.

No caso da pecuária de leite, os efeitos imediatos das geadas são de reduções no fornecimento de leite, agravadas pela necessidade de alimentação suplementar do rebanho.

Assim, se, por um lado, as geadas afetaram fortemente a cultura do café e as pastagens, com reflexos negativos na produção de leite e carne bovina, por outro lado, as políticas go

vernamentais já implementadas deverão ter reflexos positivos para o novo ano agrícola que se inicia a partir do segundo semestre de 1979.

O Estado de São Paulo, apresentando um setor agrícola diversificado e um dinâmico processo de mudança tecnológica, possui amplo potencial para expansão das culturas de café, algodão, citrus (laranja), milho, soja, tomate (de mesa e para indústria), amendoim e avicultura. Além desses produtos, o Estado apresenta regiões localizadas para expansão de outras alternativas agrícolas, desde que haja uma política estimulante e bem definida para produtos como o feijão (cultura extensiva), a banana, sericicultura, mamona, trigo e fruticultura de clima temperado, pecuária de leite, pecuária de corte, entre outros.

Diante do exposto, e em condições normais, espera-se que a produção a ser obtida na nova safra venha contribuir para a normalização do abastecimento interno, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a importação de certos produtos agrícolas, caso do arroz, milho e feijão.

Por outro lado, os preços dos fatores de produção deverão continuar em ascensão, com ponderável participação nos custos de produção e, conseqüentemente, provocando elevações nos preços dos produtos. Para tratores, persiste o problema da liberação de financiamento. No caso de fertilizantes, a política de contingenciamento visando proteger a indústria nacional tem provocado níveis de preços internos mais elevados que os vigentes no mercado internacional. O enfoque atual dado à agricultura deverá provocar elevações reais, tanto para o preço da terra e arrendamento como dos salários pagos no setor agrícola.

De modo geral, a elevação dos custos de produção para 1979/80 deverá acompanhar a taxa de crescimento da inflação, exceto para alguns produtos onde certos preços de insumos apresentarão incrementos ainda maiores, quando considerados níveis normais de produtividade.

As perspectivas de mudanças mais profundas na política agrícola nacional com a reorientação do setor no sentido de rever a sua contribuição para o desenvolvimento da economia brasileira, no sentido de se colocar a agricultura como o setor prioritário visando atender à demanda interna e contribuir decisivamente para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para a produção de energia substituível ao petróleo, constitui um fato histórico e existe uma grande expectativa nos vários segmentos da nossa sociedade sobre as respostas esperadas do setor.

A medida em que as propostas de reformulação na condução da política agrícola se transformam em fatos concretos visando estimular o retorno às atividades agrícolas, as perspectivas são de que o setor deverá responder positivamente, como tem demonstrado historicamente. A utilização eficiente e racional dos instrumentos de política econômica, investimentos governamentais de apoio ao setor, principalmente no setor de estocagem, crédito, efetivação de uma política de preços estimulantes, políticas de importação de alimentos, insumos a preços competitivos, subsídios, aumento no estoque de inovações tecnológicas e a sua colocação à disposição dos agricultores, constituem, sem dúvida alguma, entre outras medidas, as que deverão ser conduzidas numa linha consistente com os objetivos formulados pela política governamental.

Se persistir a indefinição da fixação dos novos valores de preços mínimos, poderão haver comprometimento da política governamental face à incerteza do produtor quanto às futuras condições de comercialização.

Rosa Maria P. Pellegrini, Abel C.M. Igreja, Laura O. Souza Barros,  
Maria Carlota Meloni, Sebastião Nogueira Junior, Luiz Flávio Barbosa  
Cancegliero e Nelson Batista Martin.

(IEA, 16/07/79).

QUADRO 82 - Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola 1977/78 e Estimativa Preliminar 1978/79

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real de 1978/79 (3) (Cr\$1.000)
	1977/78	1978/79(1)	1977/78	1978/79(2)		1977/78	1978/79	
Cafê	499,9	466,8	1.900,00	3.200,00	sc.60kg	15.830.167	24.896.000	17.156.406
Cana-de-açúcar	58.070,0	65.920,0	210,00	297,01	tonelada	12.194.700	19.578.899	13.492.270
Carne bovina	449,7	359,7	345,00	700,00	arroba	10.343.100	16.786.000	11.567.619
Leite (4)	1.705,5	1.415,6	3,78	5,22	litro	6.446.790	7.389.432	5.092.227
Ovos (5)	569,2	597,7	8,93	12,00	dúzia	5.082.956	7.172.400	4.942.666
Laranja	4.859,3	5.673,8	36,00	51,00	cx.40,8kg	4.287.618	7.092.250	4.887.433
Milho	1.701,0	2.457,0	131,84	170,00	sc.60kg	3.737.664	6.961.500	4.797.330
Aves de corte	294,7	327,1	11,90	19,00	quilograma	3.506.930	6.214.900	4.282.831
Algodão	358,5	419,0	121,00	155,00	arroba	2.891.900	4.329.667	2.983.673
Soja	745,5	844,2	214,40	300,00	sc.60kg	2.663.920	4.221.000	2.908.788
Batata(6)	434,4	470,4	259,20	370,00	sc.60kg	1.876.608	2.900.800	1.999.008
Arroz	246,3	365,4	250,00	380,00	sc.60kg	1.026.250	2.314.200	1.594.768
Feijão	206,3	209,5	500,00	650,00	sc.60kg	1.719.167	2.269.583	1.564.022
Uva de mesa	115,5	147,3	70,00	114,08	cx.8kg	1.010.625	2.100.498	1.447.501
Amendoim	227,4	289,0	156,30	180,00	sc.25kg	1.421.705	2.080.800	1.433.927
Tomate envarado	289,1	294,8	4,51	6,67	quilograma	1.303.841	1.966.316	1.355.034
Carne suína	61,2	51,4	258,00	500,00	arroba	1.052.640	1.713.333	1.180.697
Cebola	226,9	208,6	350,00	265,00	sc.45kg	1.764.778	1.228.422	846.534
Trigo	87,1	218,7	249,00	324,00	sc.60kg	361.465	1.180.980	813.840
Banana	684,8	632,4	850,00	1.500,00	tonelada	582.080	948.600	653.702
Tangerina	675,2	626,0	28,00	51,00	cx.40,8kg	463.372	782.500	539.239
Tomate rasteiro	227,0	373,0	1,15	2,00	quilograma	261.050	746.000	514.086
Limão	363,5	395,2	28,00	38,00	cx.40,8kg	249.461	368.078	253.651
Mandioca	755,0	586,0	420,40	570,00	tonelada	317.402	334.020	230.181
Casulo	5,0	4,4	46,00	60,00	quilograma	230.000	264.000	181.928
Chã verde	36,1	40,7	2,40	3,70	quilograma	86.640	150.590	103.775
Mamona	22,4	24,4	4,50	4,55	quilograma	100.800	111.020	76.506
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = 7,53%)		80.813.629	126.101.788	86.899.642
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = 7,32%)		64.983.462	101.205.788	69.743.236
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = 10,16%)		54.151.213	86.561.723	59.651.674
Valor total da produção de origem vegetal s/café(19 prod.)				(crescimento real = 10,89%)		38.321.046	61.665.723	42.495.268
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = 2,20%)		26.662.416	39.540.065	27.247.968
Valor total da produção a preços de 1977/78				(crescimento físico = +4,32%)		80.813.629	84.304.291	

(1) Terceira estimativa de safras, fevereiro de 1979.

(2) Estimativas preliminares, baseadas em informações disponíveis até maio de 1979.

(3) Deflator estimado (0,689123) em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de junho de 1978 a junho de 1979.

(4) Em milhões de litros.

(5) Em milhões de dúzias.

(6) A safra de inverno de 1978/79 foi estimada como sendo igual à de 1977/78.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 83 - Variação Percentual na Área Plantada, Produção, Rendimento, Preço e Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista entre os Anos Agrícolas 1977/78 e 1978/79<sup>(1)</sup>

Produto	Participação percentual		Variação percentual entre 1978/79 e 1977/78						
	no valor		Área	Produção	Rendimento	Preço		Valor	
	1977/78	1978/79				Corrente	Real <sup>(2)</sup>	Corrente	Real <sup>(2)</sup>
Café	19,59	19,74	4,14	- 6,62	- 8,57	68,42	16,06	57,27	8,38
Cana-de-açúcar	15,09	15,53	0,60	13,52	7,39	41,43	- 2,54	60,55	10,64
Carne bovina	12,80	13,31	-	-20,01	-	102,90	39,82	62,29	11,84
Leite	7,98	5,86	-	-17,00	-	38,10	- 4,84	14,62	-21,01
Ovos	6,29	5,69	-	5,01	-	34,38	- 7,40	41,11	- 2,76
Laranja	5,31	5,62	9,76	16,76	3,23	41,67	- 2,37	65,41	13,99
Milho	4,63	5,52	13,91	44,44	26,80	28,94	-11,14	86,25	28,35
Aves para corte	4,34	4,93	-	10,99	-	59,66	10,03	77,22	22,12
Algodão	3,58	3,43	-17,59	16,88	41,77	28,10	-11,72	49,72	3,17
Soja	3,30	3,35	- 2,36	13,24	15,97	39,93	- 3,57	58,45	9,19
Batata <sup>(3)</sup>	2,32	2,30	- 2,16	8,29	13,31	42,75	- 1,63	54,58	6,52
Arroz	1,27	1,84	- 5,53	48,36	57,08	52,00	4,75	125,50	55,40
Feijão	2,13	1,80	-25,45	1,55	36,29	30,00	-10,41	32,02	- 9,02
Uva de mesa	1,25	1,67	2,44	27,53	15,39	62,97	12,31	107,84	43,23
Amendoim	1,76	1,65	8,41	27,09	17,55	15,16	-20,64	46,36	0,86
Tomate envarado	1,61	1,56	-3,28	1,97	6,16	47,89	1,92	50,81	3,93
Carne suína	1,30	1,36	-	-16,01	-	93,80	33,55	62,77	12,17
Cebola	2,18	0,97	7,65	23,67	-26,32	-24,29	-47,82	-30,39	-52,03
Trigo	0,45	0,94	13,51	151,09	119,23	30,12	-10,33	226,72	125,15
Banana	0,72	0,75	- 8,66	- 7,65	1,93	76,47	21,61	62,97	12,30
Tangerina	0,57	0,62	-21,66	- 7,29	15,70	82,14	25,52	68,87	16,37
Tomate rasteiro	0,32	0,59	- 6,45	64,32	75,66	73,91	19,85	185,77	96,93
Limão	0,31	0,29	- 1,85	8,72	4,95	35,71	- 6,48	47,55	1,68
Mandioca	0,39	0,26	-24,25	-22,38	- 4,12	35,59	- 6,57	5,24	-27,48
Casulo	0,28	0,21	-	-12,00	-	30,43	-10,11	14,78	-20,90
Chã Verde	0,11	0,12	- 7,88	12,74	22,50	54,17	6,24	73,81	19,78
Mamona	0,12	0,09	0,95	8,93	7,87	1,11	-30,32	10,14	-24,10

(<sup>1</sup>) Terceira estimativa de safras, fevereiro de 1979.

(<sup>2</sup>) Deflator estimado (0,689123) em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de junho de 1978 a junho de 1979.

(<sup>3</sup>) A safra de inverno de 1978/79 foi estimada como igual à de 1977/78.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 84 . - Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupos de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo  
Anos Agrícolas 1976/77 a 1978/79 (1)

Grupo(2)	Nº de produ- tos	Preço					Quantidade				
		1976/77	1977/78	1978/79 (3)	Evolução(%)		1976/77	1977/78	1978/79 (4)	Evolução(%)	
					1977/78	1978/79				1976/77	1977/78
Produtos tradicionais	6	129,97	141,94	171,60	9,21	20,90	93,93	93,23	81,68	- 0,75	-12,39
Produtos em transição	7	274,06	198,12	203,08	-27,71	2,50	102,77	100,32	109,39	- 2,38	9,04
Produtos modernos	8	131,58	125,89	119,52	- 4,32	- 5,06	172,67	172,84	195,27	0,01	12,98
Produtos de origem ani- mal	5	124,56	138,40	169,26	11,11	22,30	121,59	124,92	111,07	2,74	-11,09
Produtos de origem vege- tal	16	192,55	157,82	156,76	-18,04	- 0,67	126,88	123,86	140,79	- 2,38	13,67
Produtos de origem vege- tal sem café	15	139,09	138,67	128,86	- 0,30	- 7,07	126,94	120,86	142,87	- 4,79	18,21
Geral sem café	20	133,53	138,57	144,33	3,77	4,16	124,89	122,41	130,69	- 1,99	6,76
Geral	21	169,31	151,18	161,04	-10,71	6,52	125,07	124,22	130,63	- 0,68	5,16

(1) Índices construídos pelo método de Laspeyres, ponderação fixa no período base. Índices de preços ponderados pela produção média do período 1966-70; preços transformados em cruzeiro de 1975 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica. Índices de quantidade ponderados pelos preços médios do período 1966-70. Base de comparação igual à de ponderação.

(2) Composição dos índices anuais: Índice "1" - Produtos tradicionais: arroz, feijão, mamona, bovinos, leite e suínos; Índice "2" - Produtos em transição: banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá; Índice "3" - Produtos modernos: batata, laranja, tomate, cana, casu-lo, soja, algodão e ovos; Índice "4" - Produtos animais: carne bovina, carne suína, casulo, leite e ovos; Índice "5" - Produtos de origem vegetal; amendoim, algodão, arroz, banana, batata, cana-de-açúcar, café, chá, cebola, feijão, laranja, mamona, mandioca, milho, soja e to-mate; Índice "6" - Produtos de origem vegetal sem café; Índice "5", excluindo-se o café; Índice "7" - Geral sem café: composto dos índices "4" e "6"; Índice "8" - Geral composto dos índices "1", "2" e "3", ou "4" e "5".

(3) Preço e deflator preliminares.

(4) Baseados na 3ª estimativa de safras, fevereiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 85. - Índices de Área Plantada e Rendimento no Estado de São Paulo, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, entre os Anos Agrícolas 1976/77 a 1978/79

Grupo <sup>(1)</sup>	Nº de produtos	Índice de área plantada <sup>(2)</sup>					Índice de rendimento <sup>(3)</sup>				
		1976/77	1977/78	1978/79 ( <sup>4</sup> )	Evolução(%)		1976/77	1977/78	1978/79 ( <sup>4</sup> )	Evolução(%)	
					1977/78	1978/79				1977/78	1978/79
Produtos tradicionais	3	64,66	73,19	61,23	13,19	-16,34	120,07	100,72	130,16	-16,12	29,23
Produtos em transição	7	82,68	80,60	86,90	- 2,52	7,82	117,42	104,17	113,50	-11,28	8,97
Produtos modernos	6	164,24	181,22	178,52	10,34	- 1,49	108,17	99,07	115,07	- 8,41	16,15
Produtos de origem vegetal sem café	15	95,57	99,85	99,09	4,48	- 0,76	116,91	101,45	122,01	-13,22	20,27
Produtos de origem vegetal	16	99,90	104,99	105,10	5,10	0,10	113,86	101,39	116,01	-10,95	14,42

(<sup>1</sup>) Composição dos grupos, rodapé (<sup>2</sup>) do quadro 84.

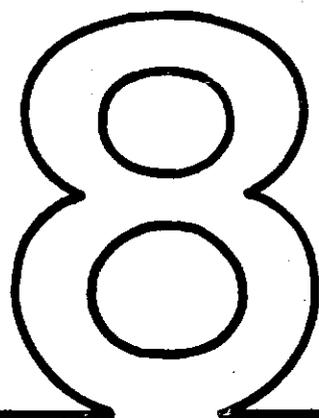
(<sup>2</sup>) Índice simples, base 1966-70=100.

(<sup>3</sup>) Índices construídos pelo método de Paasche.

(<sup>4</sup>) Baseados na 3ª estimativa de safras. fevereiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA



PREÇOS  
MÍNIMOS

## 8 - PREÇOS MÍNIMOS

As recentes medidas divulgadas pelo Governo Federal visando estimular o setor agropecuário foram agora complementadas com a oficialização dos preços mínimos para a safra 1979/80.

Em virtude da elaboração desse prognóstico ter precedido a divulgação dos preços mínimos, os comentários a seguir complementam em alguns casos, e retificam em outros, algumas análises e perspectivas introduzidas no texto original.

Os acréscimos verificados em relação aos preços mínimos vigentes para a safra 1978/79 foram bastante significativos, variando de um mínimo de 49,6% para o algodão em caroço até 110% para a soja. Embora o algodão tenha registrado o menor índice de incremento, o preço mínimo de Cr\$201,90 por arroba está acima da cotação do mercado internacional, tornando-o, pelo menos no momento, gravoso para exportação. Os índices de incremento para as demais culturas se situaram nesse intervalo, conforme mostra o quadro 86.

De um modo geral, pode-se dizer que os preços mínimos estabelecidos para a safra 1979/80 são bastante estimulantes e garantem um mínimo de rentabilidade para a agricultura e, por via de consequência, é de se esperar aumentos na área plantada na safra que se inicia.

Uma evidência desse fato é mostrada no quadro 87, comparando os preços mínimos estabelecidos para a safra 1979/80 com os respectivos custos variáveis médios. Essa relação mostra que o preço mínimo estabelecido para o algodão é 21,8% superior ao custo variável médio dessa cultura; o amendoim, 3,7%; o arroz, 29,3%; o feijão, 45,1%; a mamona, 11,6%; a mandioca, 78,0%; o milho, 36,7%; a soja, 76,8% e o sorgo, 12,9%. Verifica-se, portanto, que apenas o amendoim com 3,7%, a mamona com 11,6% e o sorgo com 12,9% tiveram estímulo pouco significativo, mas nenhum deles ficou abaixo do custo variável médio. Com efeito, considerando que a decisão de produzir pressupõe que pelo menos os custos variáveis médios sejam cobertos, os riscos de perda significativa do produtor por um eventual excesso de oferta, dada a inelasticidade da demanda, foi eliminado com os atuais níveis de preços mínimos.

É importante notar, porém, que esses valores dos custos variáveis médios foram obtidos utilizando-se preços de insumos projetados segundo as tendências verificadas e informações disponíveis em maio/junho passados. Os recentes aumentos autorizados para os derivados de petróleo, e os que ainda poderão advir no decorrer da safra 1979/80, através de sua participação direta como componentes do custo de produção ou indiretamente via sua participação no custo dos demais insumos, poderão alterar o quadro favorável descrito acima.

A resolução do Conselho Monetário Nacional tomada na reunião de 27/06/79 desvincula o crédito de custeio do valor do preço mínimo. Assim, contrariamente ao que ocorria no passado, o preço mínimo fica reduzido a um instrumento de ordenamento da comercialização. Mesmo assim, em parte pela expectativa gerada em torno de sua divulgação, em parte pelo nível médio de aumento sobre os preços mínimos vigentes para a safra 1978/79, superiores aos aumentos verificados nos preços pagos pela agricultura, e também pelo fato dos preços mínimos recém, pu-

blicados se situarem, na média, acima dos preços correntemente pagos aos agricultores por produtos da safra passada, os novos preços mínimos deverão representar um impacto positivo sobre a safra a ser plantada. O efeito geral a esperar é de um aumento na área a ser cultivada. No caso de cada produto em particular, a estimativa do impacto dos preços mínimos deverá se situar dentro do quadro de referência apresentado para os produtos específicos, ao longo desse trabalho.

(IEA, 08/08/79)

QUADRO 86. - Preço Mínimo 1978/79 e 1979/80 e Estimativas do Custo Operacional

Produto	Unidade	Estimativa do custo operacional <sup>(1)</sup> 1979/80	Preço mínimo		
			1978/79	1979/80	Δ %
Amendoim	25kg	175,00 <sup>(2)</sup>	108,00	180,00	66,7
Arroz	50kg	225,00	182,00	320,00	75,8
Algodão em caroço	arroba	141,00	135,00	201,90	49,6
Milho	60kg	158,00	108,00	185,40	71,7
Soja	60kg	178,00	150,00	315,00	110,0
Feijão de cores	60kg	494,00	369,00	612,00	65,8
Mandioca	t	410,00	440,00	733,00	66,6
Mamona	60kg	341,00	210,00	380,40	81,1
Sorgo	60kg	140,00	91,80	157,80	71,9
Girassol	40kg	123,00	85,20	143,20	68,1

<sup>(1)</sup> Exclui-se do custo operacional total a depreciação e o juro bancário.

<sup>(2)</sup> Com base no custo operacional da região de Ribeirão Preto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 87. - Relações entre Preços Mínimos e Custo Variável Médio, Estado de São Paulo, 1979/80

Produto	CVme/kg (1)	Preço Mínimo/kg (2)	Δ %
Algodão	11,05	13,46	21,8
Amendoim	6,94	7,20	3,7
Arroz	4,95	6,40	29,3
Feijão	7,03	10,20	45,1
Mamona	5,68	6,34	11,6
Mandioca	0,41	0,73	78,0
Milho	2,26	3,09	36,7
Soja	2,97	5,25	76,8
Sorgo	2,33	2,63	12,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.